

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**JULIANE NOSCHANG**

**O MODELO TEÓRICO SISTUR DIANTE DA COMPLEXIDADE DO FENÔMENO  
TURÍSTICO**

Brasília

2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**JULIANE NOSCHANG**

**O MODELO TEÓRICO SISTUR DIANTE DA COMPLEXIDADE DO FENÔMENO  
TURÍSTICO**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília, na área de concentração: Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa de Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marutschka Martini Moesch.

Brasília

2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1015950.

Noschang, Juliane.  
N897m O modelo teórico SISTUR diante da complexidade do fenômeno turístico / Juliane Noschang. -- 2014.  
181 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo, 2014.  
Inclui bibliografia.  
Orientação: Marutschka Martini Moesch.

1. Turismo. 2. Teoria do conhecimento. 3. Complexidade (Filosofia). I. Moesch, Marutschka Martini. II. Título.

CDU 338.486



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

Dissertação mestrado de autoria de Juliane Noschang, intitulada O modelo teórico SISTUR diante da complexidade do fenômeno turístico, submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, em 24/04/2014, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada.

---

Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch  
Orientadora CET/UnB

---

Prof. Dr. Mário Carlos Beni  
CET/UnB

---

Prof. Dr. Neio Lucio Campos  
CET/UnB

Brasília, 24 de Abril de 2014.

Dedico carinhosamente esta dissertação,  
aos meus pais Julio e Vera, o início de  
tudo.

## AGRADECIMENTOS

Durante o período do mestrado, foram muitas mudanças acontecerem na minha vida pessoal e profissional e a materialização dessa dissertação só foi possível por uma grande rede de amor, hospitalidade, apoio, incentivo, logística, que se formou e me deu a base necessária para a concretização desse objetivo. Por isso sou grata ...

... À Energia universal que move tudo e todas pela oportunidade de mais uma grande e intensa jornada de aprendizado;

Ao meu pai Julio (águia sem asa) pelo apoio incondicional, logístico e afetivo; pelas passagens aéreas; pelos cafés da manhã, pelo amor e torcida incansável, pelo incentivo a pesquisa e por ter me ensinado desde pequena, com sua escolha profissional, a ver o mundo de outro ângulo e nunca ter medo de voar.

À minha mãe amiga e companheira Vera, pelo amor incondicional; pelo acolhimento nas madrugadas depois de horas de voos. Por ter influenciado na escolha da minha graduação que me trouxe até aqui. Pelo apoio constante, por me incentivar a ultrapassar fronteiras e por ensinar pelo seu exemplo a superar limites.

À minha orientadora e amiga Prof<sup>a</sup>. Dra. Marutschka Moesch, Maru, brilhante pesquisadora tecedora de redes, sua inquietação me inspirou e me fez continuar caminhando nessa estrada da pesquisa, buscando superar os meus próprios limites. Como educadora foi muito além do trabalho de orientação. Expresso minha gratidão pelo incentivo em todas as etapas da jornada; pela compreensão, paciência, generosidade, dedicação, acolhimento, aprendizado, companheirismo e afeto, responsável por grande parte da minha formação e aprendizado no turismo e na vida.

Ao Rafael, meu namorado, companheiro de todas as horas que me conheceu já nesse processo. Amor, expresso minha gratidão pelo seu carinho, paciência e apoio nos momentos mais críticos, por me incentivar diariamente e aturar a TDM (tensão durante o mestrado) e manter o humor tornando a rotina e a convivência mais leve, te amo!

Aos meus irmãos Jr e minha cunhada Carla, pela torcida e incentivo, e por me presentear com um título inédito e delicioso, por causa de vocês eu me tornei a Tia Ju;

A Joaquina minha sobrinha que me encanta e torna a jornada mais leve com um sorriso;

Ao meu irmão Luís Octávio (Lula), companheiro de madrugadas que mesmo a distância sempre esteve presente, gratidão pela torcida, pelo exemplo de determinação em busca de um sonho. A Aline minha cunhada gratidão pela torcida.

Ao meu irmão João Paulo pela torcida, descontração, leveza, gratidão e parabéns pela conquista do seu sonho de voar pelos céus proporcionando também a realização do meu.

A minha amada prima Larissa exemplo de garra, disciplina e coragem a quem expressei enorme gratidão pela generosidade e parceria que me proporcionou o deslocamento pelo Brasil e para concluir os créditos;

A colega, e grande amiga Thaísa, companheira de peregrinação, com ela formei a dupla carinhosamente batizada pelo Prof. Cristovam Buarque de ciganas. Desde a inscrição no mestrado compartilhamos amigos, conquistas, angústias, materiais, conhecimentos, dúvidas, caronas, perrengues, refeições. Amiga, sou grata e sentirei saudade de cada um desses momentos, por sua presença mesmo na distância, pelos conselhos, por me mostrar o foco, por me puxar para o chão, pela cumplicidade, tornando o aprendizado mais agradável;

Aos “Claps Friends” minha segunda família, André Aline, Vicente, Alice Flavia, Rodrigo, “Alinenem” sem os quais toda a vida seria mais pesada.

A também Claps Friends minha grande amiga Tatiana Tannus, pela generosidade, pela amizade, hospitalidade. Pelo apoio emocional e afetivo, pelas risadas e conversas na madrugada, por compartilhar a sua rede.

A Raquel Nogueira pelo acolhimento e generosidade, pelo senso de humor que tornou a tensão pré-seleção mais leve, pelos comentários novelísticas e sua

inesquecível expressão “manual”. Sua amizade foi um presente nessa jornada

Ao companheiro Zé Ricardo pelo acolhimento e hospitalidade, pela gentileza das caronas, pelas conversas e convites a reflexão, entre uma escrita e outra na República. A Julinha pela leveza e sorriso que tornavam mais leves as cansativas jornadas de idas e vindas.

A Sonia companheira de república pela generosidade e acolhida;

A família Praxedes pelo acolhimento e apoio emocional e logístico; ao seu Nael pelas orações e sábios conselhos, a Dona Nelly pelo humor, carinho e leveza; ao Vini por muitos transfers para o aeroporto, na madrugada fria ou quente de Foz do Iguaçu; ao Tarsus e Angelita pela parceria e torcida e ao Dudu, pela leveza da infância proporcionando muitos momentos divertidos e de descontração meio ao caos;

A Érica, amiga que também ganhei durante o processo, pelo acolhimento, risadas;

Ao professor Dr. Mario Beni, expresso minha gratidão por sua generosidade em permitir e incentivar o nosso mergulho nesse tema. Grata também por sua contribuição a ciência pelo exemplo de vitalidade e disposição em trocar conhecimento e continuara jornada de artesão tecendo redes em busca da compreensão do turismo;

Ao professor Dr. Neio Lucio Campos pelo incentivo e apoio em todo o processo e as contribuições tanto na sala de aula, como na banca de qualificação. Gratidão por conhecê-lo e por compartilhar conhecimento, energia e até samba;

A professora Karina Dias, pelo apoio e disponibilidade enquanto coordenadora do curso e pelas contribuições e reflexões em sala de aula por estimular o exercício do olhar;

A professora Dra. Suzana Gastal, gratidão pelo reencontro, gratidão pelas trocas e disponibilidade;



Ao Professor Dr. Antônio Carlos Castrogiovanni, por ter proporcionado importantes momentos de reflexão sobre a complexidade e por seu trabalho que foi de grande contribuição para a nossa pesquisa;

Aos professores, Cristovam Buarque, Elane Ribeiro e Elenita pelas contribuições.

Aos colegas de mestrado pelas trocas, por compartilhar angústias, conhecimentos e risadas. Especialmente a Maria pela hospitalidade, a Laís e Elissélia fundamentais para essa etapa final.

Ao amigo Gustavo que esteve presente durante boa parte do processo, sempre me mostrando caminhos e ajudando a desatar nós da rede interna;

Ao Instituto Poloiguassu, Fernanda pela credibilidade pelo apoio e incentivo; Diego e Meire pela torcida e apoio administrativo fundamental ao núcleo e ao projeto. Especialmente aos meus companheiros do NIT- núcleo de investigação turística, Joelma, Andressa, Pedro e Thiago, juntos construímos e desconstruímos o banco de dados que inspirou a realização desta pesquisa. Sempre com muito humor, fizemos do ambiente de trabalho um espaço divertido e leve.

As amigas Alana e Vanessa, a amizade de vocês foi um presente que ganhei em Foz do Iguaçu, Gratidão pela amizade e carinho.

A Taninha Santos pelos seus preciosos conselhos e sua afetividade. Sou muito grata por sua participação em momentos importantes de decisão, pelas conversas pela generosidade e inteireza. Por educar pelo exemplo.

A equipe da Fundação PTI, pela credibilidade e apoio na realização do trabalho de pesquisa em Foz do Iguaçu, em especial ao Juan pelos conselhos incentivo e confiança. Ao Marcel pela compreensão flexibilização e por seus questionamentos que me ajudavam a organizar o pensamento caótico;

Aos amigos Marcelo Alves, Maria Angélica e Fabiano, pelas conversas pelo incentivo, por caronas e pela presença;

A Secretaria Municipal, Secretário Luís Fernando, Maria Helena, Cinthia Joana pela flexibilidade, possibilitando na medida do possível conciliar trabalho e mestrado;

Ao Guilherme, atual coordenador pela compreensão e apoio flexibilizando a jornada de trabalho. Às colegas Luciana e Maria, companheiras de coordenação e a todos os colegas que incentivam e torcem pela jornada, Maria Luiza, Martha, Morupy, Fabiano, Roque;

Ao amigo Maurício Pimentel, pelas conversas, pelas inquietações compartilhadas e pela serenidade transmitida;

As minhas amigas irmãs Julinha, Luciane Drescher, Mila e Flor, pela amizade e compreensão pela ausência. Ao meu amado afilhado Iuri;

A Graça Razeira, pela amizade, inspiração, incentivo e por mostrar que era possível!

Aos amigos espalhados pelo Brasil, Leandra, Silvana Gomes, Nazaré; Paula, João Neto, Maíra, Raquel;

A minha afilhada e pesquisadora que me enche de orgulho Fernanda V. Machado que me incentiva e inspira com sua energia contagiante. A dinda/comadre Ju que me deu esse presente e muitas risadas.

A família Sidi Oliveira Pires que vem me acolhendo e compreendendo as ausências desde que entrei na vida deles, seu Roberto, dona Helena, Isabel, Regina, Raquel, Anaclara, Rafão e Rafinha.

Ao Lucas Pimentel pelo acolhimento em um dos raros momentos de descanso.

E a todos os familiares, amigos e colegas que participaram direta ou indiretamente desse processo.

## RESUMO

Esta investigação de cunho qualitativo busca a ressignificação do modelo teórico SISTUR e suas possibilidades e limites de aplicação metodológica na compreensão do turismo na sua complexidade. Entende-se o turismo como uma combinação complexa de relacionamentos entre produção e serviços cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, a um meio ambiente diverso, relações sociais de hospitalidade e troca de informações interculturais. Utilizando como método a dialética histórico estrutural, a pesquisa apresenta-se em três momentos: No primeiro momento, apresenta-se a teoria sistêmica sua origem e derivações, a compreensão sistêmica a partir da teoria da complexidade. No segundo momento descreve-se o caminho metodológico e se apresenta o SISTUR. No terceiro momento apresenta-se uma transposição ao estudo de caso na cidade de Foz do Iguaçu onde se utilizou o SISTUR enquanto modelo teórico de análise, suas relações às noções operatórias de campo e habitus de Bourdieu e a reconstrução do modelo do SISTUR, em suas características e componentes tendo as categorias da complexidade como um possível caminho metodológico de compreensão do turismo na contemporaneidade.

**Palavras-chaves:** Foz do Iguaçu. SISTUR. Teoria Geral dos Sistemas. Epistemologia do Turismo. Complexidade. Turismo.

## ABSTRACT

This qualitative investigation seeks the redefinition of the SISTUR theoretical model and its possibilities and limitations of methodological application in the comprehension of tourism in its complexity. It is referred to as tourism the complex combination of relationships between production and services in which the composition integrates a social practice with cultural basis, to a diversified environment, social relations of hospitality and exchange of intercultural information. Using as a method the structural historical dialectic, the research is presented in three stages: In the first stage, it is presented the systemic theory, its origins and derivations, the systemic comprehension as from the theory of complexity; In the second stage, is described the methodological approach with the deconstruction of the SISTUR model taking as reference a holistic conception of dialogical and interdependent recursive system. In the third stage is presented a transposition to the case study of the city of Foz do Iguaçu, where the SISTUR was utilized as theoretical model of analysis, its relations to operative notions of field of Bourdieu and the reconstruction of the SISTUR model, in its characteristics and components having the categories of complexity as a possible methodological approach of comprehension of tourism in the contemporaneity.

**Keywords:** Foz do Iguaçu. SISTUR. General Systems Theory. Epistemology of Tourism. Complexity. Tourism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Comtur	Conselho Municipal de Turismo
FPTI	Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
POLOIGUASSU	Instituto Polo Internacional Iguassu
WTTC	<i>World Travel and Tourism Council</i>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O Processo do Reequilíbrio Regional Turístico.....	57
Figura 2	Sistema Turístico.....	65
Figura 3	O Modelo SISTUR.....	70
Figura 4	Campo Turístico.....	79
Figura 5	Paradigma Sistêmico.....	86
Figura 6	Diagrama SISTUR.....	93
Figura 7	Conjunto das Relações Ambientais.....	95
Figura 8	Diagrama macroeconômico.....	108
Figura 9	Conjunto das Relações Operacionais.....	122
Figura 10	Campo turístico e a noção de complexidade.....	141
Figura 11	Sistema de Turismo (Sistur) – Modelo Referencial.....	157
Figura 12	Imagem vinculada a anuncio promocional de operadora de turismo	161
Figura 13	Sistema Turístico Orgânico Hologramático.....	171
Figura 14	Representação do Ecossistema Turístico.....	177

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 DESAFIOS DA COMPREENSÃO DO TURISMO COMO FENÔMENO.....</b>	<b>23</b>
1.1 O turismo no discurso funcionalista.....	26
1.2 Princípios de um olhar sistêmico sobre o turismo.....	30
1.3 A Teoria Sistêmica: origens e derivações.....	35
1.4 A teoria dos sistemas sociais da ação de Parsons.....	44
1.5 Revisando os estudos sistêmicos do turismo.....	52
<b>2 CAMINHO DA DESCONSTRUÇÃO DO MODELO SISTUR.....</b>	<b>71</b>
2.1 Percurso Metodológico.....	71
2.2 Categorias operatórias em Bourdieu.....	75
2.3 Os princípios da teoria da complexidade:.....	79
2.4 Descrição do objeto de estudo,o SISTUR.....	93
2.4.1 Conjunto das Relações Ambientais do SISTUR.....	94
2.4.2 Conjunto da Organização Estrutural SISTUR.....	117
2.4.3 Conjunto das Ações Operacionais:.....	121
<b>3 DESCONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO O SISTUR.....</b>	<b>129</b>
3.1 O estudo de caso Foz do Iguaçu tendo como noção operatória o Sistur- incompletudes.....	131
3.1.1 A construção do banco de dados a partir do modelo do SISTUR limites de sua aplicação no campo da pesquisa.....	133
3.2 O SISTUR e a noção de campo: O resultado da experiência de Foz do Iguaçu.....	140
3.3 A concepção por trás da rede.....	153
3.4 A dinâmica do modelo Sistur: (des) atando nós.....	157

3.4.1 A dinâmica das relações entre os componentes do Sistor e o olhar da complexidade .....	162
3.5 A energia do Sistor.....	169
3.6 O Sistor e a noção de espaço .....	172
4 NAS TRAMAS DA COMPLEXIDADE O DESAFIO DA CONCEPÇÃO DE UM ECOSISTEMA TURÍSTICO .....	<b>175</b>

## REFERENCIAS



## INTRODUÇÃO

Essa dissertação teve como objetivo principal analisar o modelo teórico do SISTUR, enquanto noção operatória e suas possibilidades e limites como aplicação metodológica diante da complexidade do fenômeno turístico. A investigação inicia-se no exercício de transposição do modelo teórico SISTUR para a categorização das informações na construção do diagnóstico crítico da cidade de Foz de Iguaçu, realizado em 2012.

Durante o processo de construção do diagnóstico encontraram-se limitações do modelo em relação aos papéis do sujeito no sistema. A compreensão das relações entre os subsistemas e a determinação morfológica, estruturada a partir da relação oferta-demanda evidenciaram a incompletude do modelo diante da complexidade que o fenômeno turístico apresenta. Essas questões vivenciadas na aplicação do modelo motivaram a presente investigação que tem como objetivos: analisar a propriedade metodológica do modelo do SISTUR na construção de um campo turístico a partir do diagnóstico realizado na cidade de Foz de Iguaçu e agregar categorias analíticas ao modelo do SISTUR visando ampliar sua representação diante da complexidade do fenômeno turístico.

O SISTUR – Sistema de Turismo constitui-se num modelo referencial desenvolvido por Beni, publicado em 1997, a partir da conceituação de sistema como o conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias e princípios logicamente ordenados e coesos. Com a intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo, o autor buscou:

[...] retratar até o limite máximo, a configuração que tenta assumir o fenômeno como o do turismo, tão sujeito a variáveis internas e externas que escapam, no momento de análise científica, à praticamente todo esforço de cristalização para se estudá-las, determiná-las e avaliá-las (BENI, 2001, p.44).

Ao desenvolver o modelo teórico SISTUR, o autor se apropria da Teoria Geral dos Sistemas – TGS concebida como hipótese de trabalho, inicialmente, por Bertalanffy. Publicada, em 1968 a TGS considera como principal função dos modelos teóricos a explicação, a previsão e o controle de fenômenos até então inexplorados.

Sob a concepção da teoria geral dos sistemas, os sistemas são constituídos por partes em interação. É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes tomando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo.

Partindo dessa concepção, Beni (2001, p.43) propõe a redução da complexidade do fato e do fenômeno do turismo para de forma didática extrair a parte (subsistema) do todo, o que denomina de fato, dentro do fenômeno do turismo. Seu objetivo com este modelo referencial é retratar toda a riqueza da noção de sistema na dinâmica das variáveis envolvidas permitindo obter conformação e confirmação ordenadas de como se processam os movimentos do SISTUR que possibilite a estudiosos e pesquisadores a construção de modelos teóricos matemáticos visando análise qualitativa e quantitativa.

Nos destinos turísticos, onde historicamente há um processo em consolidação, o turismo vem sendo estudado como consequência das relações de mercado (oferta-demanda). O conceito adotado oficialmente pelo Brasil foi estabelecido pela Organização Mundial de Turismo – OMT e compreende o turismo como: “o conjunto das atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001 apud MTur, 2010).

A fim de mensurar esses resultados, o governo brasileiro através da Política Nacional de Turismo incentiva o monitoramento da atividade turística por meio de índices e estudos quantitativos. Assim, mensurar o fluxo de turistas, saber o gasto médio o tempo de permanência do turista na cidade, seu perfil de viagem e em alguns casos o nível de satisfação do turista, passou a ser anseio dos destinos turísticos, o que por um lado é um avanço em relação ao acesso às informações.

Entretanto, as análises dessas informações são fragmentadas, parciais e pouco contribuem para o entendimento do turismo enquanto um fenômeno social.

A investigação científica do turismo mesmo na academia se concentra sobre as manifestações do turismo, o consumo do turista, as políticas de promoção e desenvolvimento, não explicando o porquê dessas manifestações. Demonstra-se maior preocupação por obter resultados significativos e relações causais do que entender o porquê dessas manifestações (MOLINA, 2000).

Por outro lado, a epistemologia do turismo é tecida artesanalmente, fio a fio por poucos pesquisadores que vão tramando diferentes saberes e conhecimentos na tessitura de uma rede, uma trama metodológica, que auxilie a desvelar do fenômeno e suas especificidades.

Para Frankling e Crang (2001) a primeira dificuldade com os estudos do turismo, e paradoxalmente, também um dos campos de interesse, é que o seu objeto de pesquisa, o turismo, tem crescido dramaticamente e rapidamente e a comunidade de pesquisa é relativamente nova. Na verdade, às vezes, não está claro o que tem crescido mais rapidamente - o turismo ou a pesquisa em turismo. Parte deste problema decorre do fato dos estudos turísticos tentarem acompanhar e registrar essa expansão impressionante, produzindo um enorme registro de casos, estudos de caso e variações. Uma razão para isto é que o estudo turístico tem sido demandados e patrocinados por lideranças políticas ou empresas de turismo assim a análise tende a internalizar prioridades e perspectivas destes órgãos financiadores.

Entende-se o turismo como uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços. O fenômeno é a composição de uma prática social com base cultural, com herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural parte de um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, que venha a ser consumido por milhões de pessoas, enquanto síntese – o produto turístico, que está sendo tratado como um fenômeno totalizante, e não dialeticamente – uno/diverso, mas como produto final possível de total controle, suficiente em si mesmo (MOESCH, 2002).

Nesse contexto, inicia-se o processo de construção desse projeto de pesquisa, fruto da inquietação da pesquisadora que, quinze anos após o início de sua trajetória no turismo, passa a atuar em um instituto privado e recebe o desafio de implantar um núcleo de estudos e pesquisas de turismo no município de Foz do Iguaçu. Durante essa experiência foi possível constatar duas dificuldades: uma delas foi a falta de interesse de gestores e empresários do turismo em investir em estruturas de pesquisa, os estudos quantitativos e diagnósticos são encomendados, mas não se investe na construção de conhecimento. A segunda dificuldade se dá no campo epistemológico, em busca de teorias e metodologias adequadas que permitissem compreender o estado da arte do turismo naquela realidade fronteiriça e assim cumprir a missão de um centro de pesquisa.

Diante disso, recorri a minha orientadora de graduação Marutschka Moesch que aceitou mais esse desafio na construção da epistemologia do turismo. E nosso primeiro exercício conjunto foi atender uma demanda da Fundação Parque Tecnológico Itaipu que tinha como objetivo identificar fatores que contribuem ou dificultam na realização de ações de inovação em turismo em Foz do Iguaçu e Região Trinacional do Iguassu.

Para responder a demanda entendia-se que era necessário compreender como se estabeleceu o processo turístico na cidade de Foz do Iguaçu, em suas relações políticas, técnico-gerencial, social, cultural, e econômica. Assim, foi proposta a realização de um diagnóstico na perspectiva da construção de sentido em torno do termo turismo, nas suas especificidades na cidade de Foz do Iguaçu, considerando-se a possibilidade de constituição de um campo turístico específico.

Nesse percurso metodológico dividimos a pesquisa em etapas e uma delas consistia na análise preliminar e categorização das informações coletadas. Para otimizar o esforço da pesquisa nessa etapa de organização das informações e possibilitar o acesso às informações após a pesquisa, construímos uma plataforma wiki onde eram inseridas. Porém o volume de informações era grande e foi necessário criar critérios e parâmetros para sua organização de forma a facilitar a busca e análise durante as demais etapas da pesquisa.

A partir desse momento a equipe passou a buscar modelos teóricos que pudessem subsidiar essa categorização das informações. Após análise de estudos

semelhantes, revisão de literatura e debate entre os pesquisadores da equipe, optou-se por adotar o modelo do sistema turístico – SISTUR, BENI (1998) como referencial para criação das categorias e classificação das informações.

A opção pelo SISTUR de Beni se deu pela característica estruturante e abrangência do modelo. Conforme, Beni (2001), este modelo referencial busca, a partir dos fundamentos da teoria de sistema, situar o Turismo em toda sua abrangência, complexidade e multicausalidade, em um esquema sintetizador dinâmico demonstrando suas combinações multifacetadas de forças e energias, sempre em movimento.

De acordo com Dencker (1998), embora haja uma consciência de que o turismo se trata de um fenômeno complexo, cuja abordagem deva ser transdisciplinar. A abordagem mais abrangente que de fato é utilizada por teóricos e pesquisadores, de modo predominante é a abordagem sistêmica. Provavelmente esse uso se dê por sua adequação a estudos que tem por objetivo a administração das atividades turísticas.

Entende-se que qualquer teoria, interpretação ou concepção do mundo está imersa, e depende de uma construção histórica dada e das demandas suscitadas por fenômenos naturais e sociais novos. A essa característica de dependência sócio temporal, que oferece substrato para as sociologias do conhecimento, se aliam outras circunstâncias como a casualidade e o imprevisível – características da aventura do conhecer (ALMEIDA, 2008).

O turismo, enquanto tema de estudo revela-se indisciplinado, não é possível ser dominado por uma disciplina só e requer interdependência entre elas e a transposição de suas fronteiras para tratá-lo teoricamente. Enquanto prática social o turismo é dinâmico, suas mudanças de forma e conteúdo frequentemente se desvencilham de proposições que buscam explicá-los, tornando-o um discurso sobre uma prática já transformada e que a ele não condiz mais inteiramente (CASTROGIOVANNI, 2004).

O paradigma da complexidade propõe a ruptura do raciocínio linear e reducionista que fragmenta o real para caber nos seus esquemas de análise. O olhar metodológico da complexidade admite a contradição o acaso e a contingência

como definidores da dinâmica do real, busca uma compreensão dialógica da relação entre todo e parte (MORIN, 2003).

O entendimento de que o observador infere na realidade por ele tratada, permite reduzir a distância entre sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, mundo fenomênico, teoria e prática, fazer e saber. A relação de simbiose entre política e ciência, ética, vida e ideias assume um importante papel no debate sobre ciência e sociedade. O pensamento complexo entende a ciência como uma entre outras formas de representação do mundo e por isso requer o diálogo com diversos métodos e outras constituições do saber (ALMEIDA, 2008).

A problematização que orienta este estudo parte da incompletude do modelo teórico SISTUR diante da dinâmica do real e sua historicidade metodológica nos estudos do turismo. A complexidade do fenômeno turístico vai além da representação exposta pelo modelo sistêmico – SISTUR, o que remete ao seguinte questionamento: Como compreender o turismo enquanto fenômeno, a partir de um modelo referencial que permita desvelar sua complexidade?

Agregam-se ao problema central as seguintes questões de pesquisa: Qual a propriedade metodológica do uso do modelo do SISTUR na construção de um campo turístico? É possível no caminho de uma epistemologia do turismo relacionar categorias operacionais como SISTUR, campo turístico, habitus, aos princípios da complexidade?

Entendendo a construção do conhecimento enquanto um processo recursivo e contextualizado, ao utilizar o SISTUR como um instrumento possível para a compreensão do turismo enquanto fenômeno não se pretende nesse estudo exaurir-lo nem invalidá-lo enquanto questionamento. Uma vez que se adotam o princípio dialógico e da incerteza oriundos da teoria da complexidade na tecitura de uma trama que contribua para a compreensão do turismo.

O princípio da incerteza, é evocado na obra de Morin, para a compreensão das contradições e do imprevisível que apresenta o mundo, Estes, individualmente, são verdades, mas, no seu conjunto, encaminham para dúvidas. O princípio dialógico. “Pode ser definido como sendo uma associação complexa (complementar/concorrente/antagônica) de instâncias necessárias em conjunto à

existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado” (MORIN, 1999, p. 110). A dialógica permite assumir, racionalmente, a associação de ações contraditórias, para conceber um imenso fenômeno complexo.

Ao ressignificar o SISTUR pretende-se relativizar a sua pertinência em relação à realidade estudada. Nesse contexto agregar novos conhecimentos não exclui os já existentes e sim possibilita ampliar a compreensão e a interpretação do objeto, considerando o enquanto parte do todo.

Buscando responder, ainda que provisoriamente, as questões de pesquisa expostas optou-se pelo desenvolvimento de uma investigação qualitativa. Utilizando como caminho metodológico a Dialética Materialista Histórica propõe-se a reconstrução do modelo teórico SISTUR utilizando as os princípios da complexidade expostos por Morin (2003), buscando a ressignificação do SISTUR como um caminho metodológico para a análise do turismo enquanto fenômeno complexo.

No segundo capítulo são apresentadas as bases teóricas que fundamentam essa investigação No terceiro capítulo, apresenta-se o percurso metodológico traçado durante a investigação e a composição do Sistur encaminhado para sua desconstrução e ressignificação. No quarto capítulo, descrevem-se os desafios e possibilidades encontrados no processo de construção dessa nova trama, com o objetivo de compartilhar experiências, buscando responder as questões de pesquisa.

Por fim são apresentadas as considerações finais da pesquisadora em contribuição a tecitura de uma epistemologia do turismo a partir dos desafios encontrados no processo da dissertação.

## 1 DESAFIOS DA COMPREENSÃO DO TURISMO COMO FENÔMENO

Neste projeto não se tem a pretensão de definir o turismo, pois se entende que isso seria limitá-lo. Para Molina (2000, p.15) conceituar o turismo é ir além de uma lista de definições, implica em discorrer sobre a realidade e estruturado objeto e o contextualizar através do emprego de diversos discursos e pensamentos científicos. A intencionalidade deste sub capítulo é apresentar conceitos de considerando os discursos científicos a eles atrelados.

Nessa busca pela compreensão do fenômeno, encontrou-se um volume significativo de reproduções e repetições de conceitos. São poucas as publicações e investigações que se destinam a estudar o turismo enquanto fenômeno e suas especificidades.

Em 1911, o economista austríaco Hermann Von Schattenhofen (FUSTER, 1974, p. 21) escrevia: “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou Estado”.

É no período entre guerras que o turismo passa a ser objeto de economistas da Europa ocidental. Em 1929, surgiram essas conceituações da chamada “Escola Berlinesa”, a partir dos esforços de Benscheidt, Glücksmann e outros. O turismo passa a ser entendido como “um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa” (BENSCHIEDT apud FUSTER, 1974, p. 24).

Burmann, em 1930 (MOESCH, 2004, p. 20), introduz o conceito de viagem de prazer característico de toda a primeira metade do século XX.

Turismo é o conjunto das viagens, cujo objeto é o prazer ou por motivos comerciais, profissionais e outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária. Não são turísticas as viagens para o lugar de trabalho.



Retocada por Benscheidt (apud FUSTER, 2001, p. 24), a definição é assim formulada: “o conjunto de relações pacíficas entre viajantes que se detêm num lugar, as pessoas não domiciliadas ali e os naturais dessa região”.

Norwal, em 1936, acrescenta um novo elemento ao debate – o Sujeito que viaja: “Turista é a pessoa que entra num país estrangeiro sem a intenção de fixar residência nele, ou de nele trabalhar regularmente, e que gasta naquele país de residência temporária, o dinheiro que ganhou em outro lugar”. (NORWAL, apud FUSTER, 1974, p. 17).

Crang e Franklin (2001) consideram que o problema com a teoria do turismo é o crescimento acelerado do turismo e uma comunidade científica relativamente nova, em termos de ciência. Outra questão levantada pelos autores é a tendência das pesquisas em turismo em registrar essa expansão do turismo, quantificar, mensurar resultados e descrever estudos de casos pouco contribuindo para o arcabouço teórico do turismo.

O estudo do Turismo revela novas maneiras de vê-lo, planeja novos conceitos, elabora novas teorias e constrói um acervo de conhecimento. Contudo, o estudo é essencialmente muito inferior à atividade que ele descreve, pois normalmente generaliza sobre o mundo fenomenal do objeto turístico e o conjunto de teorias. Portanto, o estudo é apenas um microcosmo do Turismo. Na verdade, podem existir aspectos interessantes do Turismo que ainda não foram revelados ou descobertos pelo seu estudo. A relação entre o estudo e a atividade do Turismo também mostra a importante questão das fronteiras e dos conceitos, de que partes do fenômeno do são estudadas e de como estas partes devem ser conceituadas.

Em sua tese sobre a epistemologia do turismo, Moesch (2004) recupera os conjuntos de problemas relativos às ciências humanas, enumerados por Jean Piaget (1992) e os transpõe para o turismo. O primeiro conjunto seria o domínio material de uma ciência, quer dizer, com o conjunto dos objetos sobre os quais ela incide. De acordo com a autora, o programa do ensino acadêmico de turismo deveria integrar o sujeito (turista), a sociedade (encontro turístico) e o mundo (espaço turístico) como objetos de estudo (ou seja, conteúdo material do programa).

O segundo conjunto refere-se às conceitualizações ou conhecimentos sistematizados, elaborados por essa ciência sobre o seu ou os seus objetos. Trata-se aqui da fragmentação do turismo em disciplinas, epistemologia do turismo, marketing turístico, turismo rural, desenvolvimento e planejamento turístico, hospitalidade, turismo ecológico (MOESCH, 2004).

O terceiro conjunto aborda a epistemologia interna da ciência; quer dizer, os problemas dos fundamentos. Trata-se das abordagens teóricas do turismo: teorias compensatórias funcionalistas do Turismo, o humanismo e o Turismo como expressão, teorias da alienação e o Turismo como objeto de consumo massivo, a concepção sistêmica do Turismo (MOESCH, 2004).

O quarto conjunto revela o domínio da epistemologia derivada da ciência trata do problema do sujeito e do objeto no conhecimento constituído. Trata-se de ver como a constituição da ciência do Turismo tornou-se possível.

Nesse capítulo, o foco estará no terceiro conjunto de problemas, a partir da revisão das obras de Luiz Fernandez Fuster, Jofre Dumazedier, Arthur Haulot, Marc Boyer, Jost Krippendorf, e, em seguida, dos modelos sistêmicos construídos por Alberto Sessa, Pierre Lainé, Sérgio Molina e Mario Carlos Beni busca-se apresentar as diferentes abordagens teóricas aos paradigmas que as sustentaram.

Os primeiros ensaios teóricos no campo do Turismo visam romper com os pressupostos empiristas, demarcados pela verificação estatística, e pelo determinismo econômico. Banhados pelo pós-positivismo e pela lógica kantiana, de um lado, esses ensaios não têm a preocupação de uma reflexão sobre os princípios, os fundamentos, a validade da ciência turística, pois nem como disciplina o classificam, quanto mais esforços epistemológicos empreendem para verificar a possibilidade de o Turismo ser uma ciência (MOESCH, 2004).

Para Tribe (1979, apud MOESCH, 2004) é possível mapear as inter-relações entre o Turismo como um fenômeno e o estudo do Turismo, utilizando o paradigma popperiano da diferenciação do fenômeno entre três mundos fornecendo uma estrutura útil para a distinção do Turismo como um fenômeno e como um estudo. Usando Popper, Tribe (1979) define o mundo exterior (mundo I), a consciência humana (mundo II) e o mundo do conhecimento objetivo (mundo III).

## 1.1 O turismo no discurso funcionalista

Na década de 1970, influenciados pelo crescimento vertiginoso do Turismo e suas manifestações multifacetadas, ampliam suas conceituações. Dentre eles, Fuster (1974, p. 29) para quem:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes [...]. Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda [...]. Também, são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras.

Embora seja uma visão sistêmica, que descreve o turismo como conjunto de turistas e suas relações, percebe-se também uma visão dicotômica e causal do autor ao conceituar o turismo.

Para Fuster (2001, p. 25) o turismo é um "conjunto de fenômenos originados pelas viagens, seguindo a definição de Hunziker e Krapf, originários em um mercado formando e engrossando as correntes turísticas e dirigindo-se aos núcleos receptores".

O mesmo autor identifica aqueles que estudam o lado dinâmico, tendo como característica principal a mudança de lugar, as correntes turísticas, ou os que o observam pelo lado estático, ou seja, a chegada das correntes turísticas. Ressalta, nessas conceituações, a importância dos efeitos econômicos nos núcleos receptores, e não o interesse teórico de conhecimento do fenômeno, ou então a sua apreensão metodológica, enquanto um objeto de conhecimento.

A Sociedade das Nações, em 1937, determina um critério estatístico para definir a categoria de turista: "Toda a pessoa que viaja durante 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto da sua residência habitual" (FUSTER, 1974, p. 17).

Tal definição está vinculada à construção racional das estatísticas turísticas; portanto, o termo turismo deve ser interpretado, em princípio, como o indicativo de toda a pessoa que viaje durante 24 horas ou mais por qualquer outro país que não o de sua residência (FUSTER, 2001, p. 25).

Assim, para o conceito de turistas, tem-se as pessoas que efetuem viagens por prazer ou por razões de família, saúde, etc., ou aquela motivada por uma reunião ou na qualidade de servir (cientistas, administradores, diplomatas, religiosos, desportistas, etc.), as pessoas que viajam por negócios, os visitantes dos cruzeiros marítimos, incluídos quando a duração de sua estadia é inferior a 24 horas, devendo ser contados à parte, segundo sua distinção, segundo domicílio habitual.

Para a Sociedade das Nações (s/d, apud, BENI, 2001) não são turistas as pessoas que chegam com contrato de trabalho, ou não, para ocupar um emprego no país, ou para exercer uma atividade profissional; pessoas que venham fixar residência no país, os estudantes e jovens hospedados em alojamentos ou pensões de escolas, os moradores naturais e pessoas domiciliadas num país e seu trabalho em outro; os viajantes em trânsito com estada no país, inclusive quando a travessia do mesmo teve mais de 24 horas.

O limite na concepção histórica proposta restringe assim o conceito *tour*, que absorveu todos os tipos de viagens, ou melhor, segundo Fuster (2001, p. 26), que concentrou nessa síntese todo o conteúdo do processo de viagens; afirma que a causa foi a mentalidade da época antiturística-pragmática, que descreve um *tour* como uma aventura com o propósito em si mesmo, o que poderíamos analisar como uma visão dicotômica entre a racionalidade fechada que embrenhara o pensamento moderno da época, 1800, e/ou o conceito de Aristóteles sobre o prazer.

Fuster (1974), em sua obra “Teoria y Técnica del Turismo”, editada pela primeira vez em 1967, Madri, a qual foi declarada “Texto Oficial”, para as Escolas de Turismo, por resolução do Conselho Reitor do Instituto de Estudos Turísticos registra uma das mais consistentes tentativas de construção de uma teoria para o turismo

Segundo Fuster, (1974, p. 17):

Nestes tempos de especialização em que vivemos, a consideração científica do Turismo se impõe como problema de prestígio. E é certo que nosso fenômeno forma hoje em dia um corpo de conhecimentos com entidade própria suficiente para que possa reclamar, com razão ou não à parte, categoria de especialização científica.

Registra-se aqui, notadamente, a busca incessante da maturidade teórica do Turismo. Fuster (1974) apud Moesch (2004) vê o turismo enquanto uma unidade temática, de difícil união entre teoria e prática, onde o produto turístico é subsistema de um sistema-mãe. A parte é vista como unidade produtiva, isolada de sua constituição e gênese. As relações são simplificadas, enquanto causa e efeito.

Fuster (1974, p. 17), utiliza uma análise comparativa e analogias, onde um único elemento pode ter várias funções, existindo equivalentes ou substitutos funcionais. Os aspectos revelados, na pesquisa turística limitam-se a mostrar a utilidade do turismo não explicando como ele nasceu nem como ele é o que é.

Discussões sobre se o Turismo é ciência ou não, estão, todavia na ordem do dia entre os investigadores. Mas entenda-se bem, sobre se é ciência própria e separada das demais, com características específicas, dado que os estudos do fenômeno turístico se realizam como é lógico, com o auxílio de outras ciências: Economia, Estatística, Ciências Sociais, etc.

O reducionismo, encontrado nos estudos teóricos do turismo, baseado no discurso funcionalista, limita-se ao próprio alcance epistemológico explicativo deste discurso. Para Fuster (1974) os estudos sobre Turismo nos conduzem a uma Teoria Turística: a prática do Turismo — tanto no aspecto do turista como daquele que o promove e o acolhe, a uma Técnica do Turismo. Teoria e técnica se dão as mãos em uma especialização indubitável, que afeta ademais por seu volume a várias centenas de milhões de pessoas, precisamente dos países mais desenvolvidos. Teoria e técnica de um fenômeno social, econômico, político e cultural, não é ciência por suas incidências nestes campos nem pelo seu volume de pessoas sobre as quais age; será ciência por sua doutrina, sistematizada, lógica e válida (MOESCH, 2004).

A maneira peculiar com que o pesquisador funcionalista define as relações entre os fenômenos entre si e com os efeitos que eles produzem, a qual os faz aparecer sobre o campo de reconstrução racional e de interpretação, como conexão racional.

Para Fuster (1974), se o turismo tem, hoje, a transcendência que possui, se os financiadores se lançam a promover empresas turísticas, é porque, em primeiro lugar, o turismo tem se revelado como potente força econômica, jogando entre a demanda e a oferta turística, rendendo-se ao domínio da economia. E é certo que existe um ramo, a economia turística, que a cada dia toma maior identidade como campo teórico. O fato econômico do turismo foi o primeiro a despertar a atenção dos interessados, devido a sua materialidade, mas é curioso que não foram os economistas, senão os políticos, que primeiro o defenderam. Estes falavam a favor de uma *prioridade* histórica, cronológica, da política do turismo.

Mas se a política é uma ciência de atuação, há que reconhecer que todas as medidas de organização e de promoção turística atuam, fundamentalmente, sobre o número da demanda. Não obstante, outra característica da modernidade — a coordenação de esforços através de organizações internacionais possui esta universalidade que alcançaria uma política turística. Para Fuster (1974), continua a dúvida, da força totalizante da política turística, como núcleo básico da diferenciação deste fenômeno.

Esta análise funcionalista proposta tem por objeto a descoberta e explicação das conexões funcionais, assim entendidas, em contextos empíricos, previamente delimitados, sendo irrelevante se os dados de fato são obtidos mediante reconstrução histórica ou via observação direta.

O paradigma funcionalista, dominante na obra de Fuster, provocou a redução do complexo ao simples. A ponto de falar do surgimento de um técnico ideal que soubesse juntar todas as facetas: “Pode haver um técnico turístico, turistólogo — ou algo assim — que envolva a totalidade eficientemente” (FUSTER, 1974, p.21).

Para Moesch (2004), os esforços de Fuster na construção de uma teoria e técnica turística limitam-se a um exaustivo trabalho descritivo-explicativo, com o resultado final interpretativo: a realidade turística, que deveria ser descrita como um

todo, passa de fato a ser descrita em alguns dos seus aspectos (não importa que, eventualmente, sejam os mais numerosos ou importantes).

Para Bunge (2000) as explicações funcionalistas, mesmo importantes para as ciências sociais, são insuficientes. É igualmente importante descobrir o mecanismo dos mecanismos subjacentes, sobretudo porque qualquer função pode ser desempenhada por diferentes mecanismos. O fato de que a relação entre o conjunto de funções e o conjunto de mecanismos não seja par-e-par mostra os graves limites do funcionalismo, mesmo que seja na análise da biologia, da psicologia ou ciências sociais. Não é que o funcionalismo seja falso: simplesmente é superficial. O funcionalismo ademais é estéril na prática, porque somente podemos alterar o curso das coisas manipulando seus mecanismos. Assim, é essencial para um mecânico que precise conhecer os mecanismos da máquina para repará-la, mas insuficiente para o cientista social explicar, encontrar as causas de uma crise conjuntural ou do fenômeno turístico em sua complexidade e interdisciplinaridade metodológica.

A abordagem funcionalista adotada por Fuster (1974) busca uma concepção totalizante, e mesmo sistêmica, diante dos fatos turísticos, pela qual cada um deles é englobado num conjunto integrado de natureza teológica. Cada elemento, ou uma de suas características, determina certo estado de totalidade-sistema, a qual, por sua vez, condiciona seu funcionamento de conjunto.

## **1.2 Princípios de um olhar sistêmico sobre o turismo**

Dumazedier teve muito cuidado em detalhar o caráter funcional de sua definição. Referindo-se à pesquisa realizada em 1950, assinala que quase todas as respostas estabeleciam que o ócio, qualquer que seja sua função, é, em primeiro lugar, uma liberação e um prazer; logo, separa três categorias que, em sua opinião, correspondem às três funções principais do ócio: o descanso, a diversão e o desenvolvimento da personalidade.

Essas investigações o levaram a formular a seguinte definição, de caráter “funcional e banal, mas completa”, segundo o próprio autor:

O ócio é um conjunto de ocupações a que o indivíduo pode entregar-se com pleno consentimento, ou seja, para descansar, ou para divertir-se, ou para desenvolver suas informações ou sua formação desinteressada, sua voluntária participação social ou sua livre capacidade criadora, quando nos liberamos de (todas) nossas obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

Destaca-se a importância do trabalho de investigação de Dumazedier para o processo de construção de uma ciência do turismo, pois foi o tratamento da sociologia comparativa por ele estabelecido, que permitiu a continuidade da pesquisa dentro da academia francesa, com forte influência nos estudos do lazer no Brasil, conseqüentemente permitindo o tratamento de fatos do cotidiano como objeto de pesquisa acadêmica, a exemplo do turismo.

Alberto Sessa (1984) caracteriza o turismo como atividade industrial real, porque nele existe um processo de transformação de matérias primas para elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado. A matéria-prima é constituída pelos recursos naturais ou culturais que sofrem uma transformação antes de serem introduzidos no circuito econômico (SESSA, 1984 apud LEMOS, 2005).

De acordo com Burns (2002) a vantagem de um enfoque sistêmico é que o turismo não é visto como algo isolado dos ambientes político, natural, econômico ou social. A visão sistêmica permite o entendimento de interligação das diferentes partes do sistema turístico.

Embora sejam dados enfoques diferenciados, o turismo ainda não tem uma episteme consolidada (MOESCH, 2002) alerta para a necessidade de se fazer um esforço para a construção de base epistemológica do turismo. A mesma autora define o turismo por

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços. Cujas composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2002, p.9).



A conceituação de turismo mais aceita é a da OMT (1992, p. 19): “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais”.

O avanço do fenômeno turístico, através da sua utilidade, permite aos economistas ampliar o crescimento das taxas de desenvolvimento das diferentes regiões. Este contexto histórico corrobora a vertente pragmática, segundo a qual o turismo é tomado como uma atividade de forte apelo econômico. Quanto mais cresce, mais gera novas necessidades: hotéis, estradas, comunicações, restaurantes, artesanatos, entretenimento, gerando uma espiral de bens e serviços, os quais, para servirem aos turistas, empregam mais mão de obra. Portanto, o fenômeno se configura como uma “indústria sem chaminés”, segundo alguns economistas e planejadores públicos.

A ciência humana (que se sabe em crise, porque está viva) quer trazer à área do conhecimento uma incessante complexidade, uma racionalidade dialogante. Sob esta instância epistemológica é que se deseja entender a construção e reconstrução do objeto científico do turismo. Integra-no o lazer, o nomadismo, o tempo, o espaço, a economia, a comunicação, a tecnologia, o imaginário, a diversão sendo fundante de um corpo de conhecimentos com entidade teórica particular, dentro da complexidade de sua práxis.

O conjunto das teorias utilizadas para produzir uma relação de observação pode ser mais ou menos importante, ou mais ou menos discutível. Todas as proposições empíricas dependem de uma rede de hipóteses interpretativas da experiência. Porém, elas não se referem às experiências do mesmo modo: não se observa do mesmo modo um turista, um pôr do sol ou a ocupação hoteleira.

O que confere uma impressão de imediatez à observação é que não se colocam de maneira alguma em questão as teorias que servem de base à interpretação; a observação é certa interpretação teórica não contestada (pelo menos no momento). Ao passo que, se observando um fluxo de pessoas visitando outro lugar que não o seu local de residência, coloco em questão o meu conceito de turista, não terei mais o sentimento de observar, mas de teorizar. Uma observação seria, portanto uma maneira de olhar o mundo integrando-o à visão teórica mais antiga e aceita (MOESCH, 2004).

Apresentam-se diferentes espaços configurativos que articulam conceitos, elementos e variáveis numa arquitetônica mais ou menos rigorosamente construída, representativas de uma ruptura epistemológica, seja funcionalista, compensatória, humanista, sociocrática, face às pré-noções do senso comum, construídas no campo teórico do turismo.

O Turismo nasceu e cresceu associado ao capitalismo. Talvez por isso ainda seja visto como uma atividade de caráter, quase que essencialmente, economicista. Portanto, estaria relacionado a verdades fechadas, inseridas na ciência econômica, geralmente defendida por um estruturalismo funcionalista. Poucos trabalhos têm demonstrado preocupação para a construção de uma epistemologia do turismo, o que o torna frágil frente aos estudos transdisciplinares, que devem considerar a complexidade. Segundo Pearce e Butler (2002, p. 12):

O crescimento do número de estudos sobre Turismo não se fez acompanhar, necessariamente, de melhoramentos na qualidade das pesquisas realizadas neste campo. [...] Existe não apenas uma crescente necessidade de estudar mais o Turismo, à medida que aparecem novos assuntos/problemas e a magnitude crescente do significado, social, econômico, ambiental e político do setor, como também existe a necessidade de se compreender melhor o fenômeno, chamando a atenção para a qualidade da pesquisa que está sendo feita e como ela pode ser incrementada.

“O Turismo é um fenômeno que, em última análise, consiste numa constante migração temporária, que gera riquezas, pois produz e consome produtos” (CASTROGIOVANNI, 2002, p. 62) e, portanto, evoca determinantes objetivos e subjetivos. Seu contexto é complexo, e, como tal, possibilita uma *polissemia de significados*. Assim, não pode haver uma bipolaridade linear onde exista apenas o certo e o errado. O Turismo não é exógeno à sociedade, ele também representa a própria sociedade.

Durante os anos da década de 90, final do século XX, a *World Travel and Tourism Council (WTTC)* estimava que o setor turístico, categorizado por este órgão, como indústria, era a maior do mundo Para Castrogiovanni (2004, p.34) parece ser a Complexidade o caminho mais saudável para a reflexão dentro de um ecletismo e

diversidade de paradigmas, que compõem o Turismo. Ele necessita de trânsito nas diversas áreas do conhecimento.

Echtner e Jamal (1997, apud CASTROGIOVANNI, 2004, p.34) identificam que as cinco áreas que mais têm se relacionado com pesquisas em Turismo são a Economia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e a Geografia. Os mesmos autores relatam outra pesquisa, realizada apenas nos Estados Unidos, em que observam a Geografia entre as seis áreas, que mais têm se dedicado à pesquisa em Turismo e Hospitalidade.

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que, no estudo do Turismo, devem ser empregados referenciais teóricos das seguintes disciplinas: Antropologia, Economia, Sociologia, Geografia, Administração, Estatística, Ecologia e Novas Tecnologias. No item Novas Tecnologias, estão inseridas os Meios de Comunicação, com as suas linguagens.

Para Sessa (1984), representante da escola italiana de Turismo, deve-se dar um tratamento científico ao fenômeno, pois este representa uma nova ciência; mas o objeto deste conhecimento pertence, indubitavelmente, às ciências sociais. Interessa à Economia, à Sociologia por seus aspectos sociais, à Geografia por seu conteúdo espacial, à Psicologia individual e social pelo comportamento individual, social e de grupo do turista e pela investigação motivacional que lhe é conexas.

Na realidade, no turismo, o epicentro do fenômeno é de caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias. Isto complica, posteriormente, o esforço de uma argumentação sistemática desta realidade. Basta que se pense na série importante de inter-relações humanas que deriva do comportamento consumidor-turista com os grupos de habitantes do local de férias; enfim, todo o complicado processo de identificação do turista com o grupo ideal ou efetivo que determina a escolha da localidade de destino (SESSA, 1984).

Para Beni a viagem ou o deslocamento é um elemento implícito na noção de Turismo. O movimento está intimamente conectado ao próprio sentido etimológico do termo *tour*: viagem em circuito; deslocamento de ida e volta. Sem deslocamento não existe Turismo e, ainda que pareça óbvio, para se aprofundar na correta noção desse fenômeno, é necessário colocar em destaque este seu elemento indispensável.

O Sujeito do turismo é o elemento subjetivo caracterizante de todo o fenômeno. Sobre isso não pode haver dúvida. O homem se situa no centro de todos os processos que nascem do turismo. Para Beni (2001), o homem, com seu desejo e sua necessidade, dá origem às várias atividades econômicas causadas pelo Turismo; e esta é a primeira e direta derivação. O turista é também fonte de uma série de elementos não materiais que surgem da sua permanência na localidade turística e que se completam em uma série de relações humanas e materiais, de cuja complexidade e beleza o fenômeno se reveste.

Beni (2001) define como objeto do turismo o equipamento e o fornecimento dos serviços para a satisfação das necessidades do turista, que se denomina Empresa de Turismo. Ela é complexa e, em grande parte, responsável pela produção, preparação e distribuição dos bens e serviços turísticos.

### **1.3 A Teoria Sistêmica: origens e derivações**

A relação homem mundo foi, por muito tempo, explicada pelo conhecimento filosófico/racional e religiosidade (misticismo). No século XVI, com Descartes, aparece a preocupação da compreensão dos fenômenos, a partir da observação científica aliada ao raciocínio.

Na concepção de Descartes e de Newton, o mundo era uma máquina do século XVII, essencialmente um mecanismo de relógio. É esse o tipo de máquina que temos em mente quando comparamos seu funcionamento com o de organismos vivos.

No final dos anos 1960, mais precisamente, 1968 em resposta aos problemas contemporâneos oriundos da tecnologia, relações homem-máquina, um período de pós-guerra de reestruturação, Bertalanffy divulga a Teoria Geral dos Sistemas, um conjunto de ferramentas conceituais e metodológicas apropriadas para gerar um conhecimento fidedigno da realidade como um todo organizado no funcionamento composto de múltiplas dimensões e elementos inter-relacionados.

Entre as obras que contribuíram para o postulado de uma teoria geral dos sistemas a obra clássica de Lotka (1925) foi a que mais se aproximou do objetivo, comenta Bertalanffy (1968). Sendo um estatístico mais preocupado com os problemas das populações do que com os problemas do organismo individual, Lotka concebeu os organismos individuais como uma soma de células, e as comunidades como sistemas.

Intrigado com as evidentes lacunas existentes na pesquisa e na teoria da biologia os primeiros enunciados do autor datam de 1925-1926 defendendo uma concepção organísmica na biologia que acentuasse a consideração do organismo como totalidade e a descoberta dos princípios de organização em vários níveis.

Entretanto somente mais tarde se tornaram visíveis a necessidade e exequibilidade da abordagem sistêmica uma vez que o esquema mecanicista de séries causais e isoláveis e do tratamento por partes se mostra insuficiente para atender aos problemas teóricos, especialmente nas ciências biossociais, e aos problemas práticos propostos pela moderna tecnologia (BERTALANFFY, 1968).

A tecnologia foi levada a pensar não em termos de máquinas isoladas, mas em termos de "sistemas". Uma máquina a vapor, um automóvel ou um receptor de rádio achavam-se dentro da competência do engenheiro treinado na respectiva especialidade.

A ciência dos sistemas trata-se, predominantemente de um desenvolvimento da ciência da engenharia em sentido lato, exigido pela complexidade dos "sistemas" na tecnologia moderna; nas relações entre o homem e a máquina, na programação e em outras considerações que não eram sentidas na tecnologia do passado recente, mas que se tornaram imperiosas nas complexas estruturas tecnológicas e sociais do mundo moderno, segundo Bertalanffy (1968). É uma concepção operatória com graus variáveis de sucesso e exatidão, em diversos terrenos, que anunciava uma nova compreensão do mundo, de considerável impacto.

Embora os estudos de Bertalanffy tenham se iniciado pela biologia, na década de 1920, a teoria por ele desenvolvida e suas reflexões sobre os temas a ele contemporâneos, como Segunda Guerra Mundial, contribuíram significativamente para um novo olhar sobre as ciências sociais. Para ele as questões das

regularidades, ou das leis dos sistemas eram dotadas de sentido embora não signifique inevitabilidade histórica. Bertalanffy, (1968, p.24).

Parece que somos vítimas de "forças históricas", qualquer que seja o significado desse termo. Os acontecimentos parecem implicar mais do que unicamente as decisões e ações individuais, sendo determinados mais por 'sistemas' socioculturais, quer sejam preconceitos, ideologias, grupos de pressão, tendências sociais, crescimento e declínio como um sistema de civilizações, ou seja, lá o que for. Conhecemos precisamente os efeitos da poluição, da devastação, da explosão populacional. Mas sociedade parece, nem de forma individual nem coletiva, parece ser capaz de fazer alguma coisa a respeito.

Um panorama histórico é, sobretudo, um estudo dos sistemas históricos. Essa concepção penetra em campos aparentemente situados fora dela e é assim que já se disse que a escola arqueológica do processo tirou o embrião de seu desenvolvimento da concepção de Bertalanffy, segundo a qual os sistemas desencadeiam o comportamento em conjunturas críticas e, uma vez isso acontecido não podem mais voltar a sua condição original (FLANNERY, 1967, apud BERTALANFFY, 1968, p. 120).

Buckley atribuía uma característica revolucionária à teoria de Bertalanffy, segundo ele, a riqueza de princípios, ideias e concepções forneciam alto grau de ordem e de compreensão científicas a muitas áreas da biologia, psicologia e algumas ciências físicas. Uma vez que incorpora igualmente a manutenção e a mudança, a preservação do sistema e o conflito interno sendo, portanto apta para servir de esqueleto lógico para uma teoria sociológica melhorada, Buckley (1967, apud BERTALANFFY, 1968, p.261).

As contribuições a outros campos da ciência até os dias de hoje se originaram de descobertas de Bertalanffy, durante o seu trabalho na biologia. Em conexão com o trabalho experimental sobre o metabolismo e o crescimento, de um lado, e o esforço para concretizar o programa organísmico, do outro, a teoria dos sistemas abertos foi proposta, baseada no fato bastante trivial de que o organismo é um sistema aberto, embora na época não existisse nenhuma teoria desse tipo. A

biofísica aparecia assim exigir uma expansão da teoria física convencional no sentido da generalização dos princípios cinéticos e da teoria termodinâmica, sendo esta última conhecida mais tarde como termodinâmica irreversível.

A época, a teoria dos sistemas foi recebida com incredulidade no meio acadêmico. Segundo os críticos os supostos isomorfismos eram simplesmente exemplos do truísmo segundo o qual a matemática pode aplicar-se a todas as espécies de coisas, e, portanto não tem maior peso do que a "descoberta" de que  $2+2=4$  é igualmente verdadeira para maçãs, livros ou galáxias.

A teoria era considerada por alguns como *falsa* e *desnorteadora*, porque as analogias superficiais - como na famosa similitude entre a sociedade e um "organismo" - ocultariam as diferenças reais e conduziriam a conclusões erradas e mesmo moralmente inaceitáveis. Dizia-se que a teoria era filosófica e metodologicamente *infundada*, porque a alegada "irreducibilidade" dos níveis superiores aos inferiores tendia a impedir a pesquisa analítica, cujo sucesso era evidente em vários campos, tais como na redução da química aos princípios físicos ou os fenômenos da vida à biologia molecular (BERTALANFFY, 1968, p.32).

O problema do sistema é essencialmente o problema das limitações dos procedimentos analíticos na ciência, que pode ser expresso como "o todo é mais que a soma de suas partes", mas tem uma clara significação operacional. "Procedimento analítico" significa que uma entidade pode ser estudada resolvendo-se em partes e, por conseguinte pode ser constituída ou reconstituída pela reunião destas partes. Na ciência clássica, estes procedimentos buscam resoluções em série isoláveis, procuram unidades atômicas nos vários campos da ciência e são entendidos tanto em sentido material quanto em sentido conceitual. O progresso da ciência mostrou que estes princípios da ciência clássica – enunciados primeiramente por Galileu e Descartes - tem grande sucesso em um amplo domínio de fenômenos.

Enquanto o procedimento analítico tem como condicionantes: 1- que as interações entre as "partes" ou não existam, ou seja, suficientemente fracas para poderem ser desprezadas nas finalidades de certo tipo de pesquisa. Assim as podem ser "esgotadas" reais, lógica e matematicamente; 2- as relações que descrevem o comportamento das partes sejam lineares, pois só então é dada a condição de aditividade, isto é, uma equação que descreve o comportamento do

todo é da mesma forma que as equações que descrevem o comportamento das partes. Os processos parciais podem ser sobrepostos para obter o processo total. (BERTALANFFY, 1968)

A descrição reducionista de organismos pode ser útil e, em alguns casos, necessária. Porém não deve ser interpretada com se fosse a explicação completa. Deve ser considerada como um enfoque complementar. Reduccionismo e holismo, análise e síntese, usados em equilíbrio adequado, nos ajudam a chegar a um conhecimento mais profundo da vida (CAPRA, 1982).

Um conjunto de equações diferenciais simultâneas não lineares no caso geral. Um sistema ou "complexidade organizada" pode ser definido pela existência de "fortes interações" ou de interações "não triviais" (SIMON, 1965 apud BERTALANFFY, 1968, p.38), isto é, não lineares. O problema metodológico da teoria dos sistemas consiste, portanto em preparar-se para resolver problemas mais gerais, se comparados com a ciência clássica.

A teoria geral dos sistemas considera as seguintes características: a totalidade, o estudo de um sistema implica a avaliação dos conjuntos de problemas, situações e objetos que não poderiam ser compreendidos se abordados separadamente. A teleologia dos sistemas refere-se à intencionalidade dos sistemas, implica em conhecer e avaliar a conduta persecutória de objetivos e metas que desenvolvem os sistemas. A teleologia leva em conta o comportamento que segue um sistema para obter suas metas e objetivos. O isomorfismo compreende a analogia de estruturas e de forma que se nos apresentam diversos campos da ciência, ou seja, por mais distintos que sejam os sistemas tem características comuns (MOLINA, 2000).

O conceito mecanicista da natureza até agora predominante acentuava a resolução dos acontecimentos em cadeias lineares causais e a concepção do mundo como resultado de acontecimentos causais, um "jogo de dados" físico e darwinista e a redução dos processos biológicos às leis conhecidas da natureza inanimada. Por oposição na teoria dos sistemas abertos tornam-se visíveis os princípios de interação entre múltiplas variáveis (por exemplo, cinética das reações, fluxos e forças termodinâmica irreversível), uma organização dinâmica de processos



e a possível expansão das leis físicas. Portanto, estes desenvolvimentos tomam parte de uma nova formulação da concepção científica do mundo (BERTALANFFY, 1968).

Para dar um exemplo simples, uma lei exponencial de crescimento aplica-se a certas células bacterianas, a populações de bactérias, de animais ou de seres humanos e ao progresso da pesquisa científica, medida pelo número de publicações em genética ou na ciência em geral. Parece, portanto que uma teoria geral dos sistemas seria um instrumento útil capaz de fornecer modelos a diferentes campos e transferidos de uns para outros, salvaguardando ao mesmo tempo do perigo das analogias vagas, que muitas vezes prejudicaram o progresso nesses campos.

É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes. Tomando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo. Sob o paradigma da teoria geral dos sistemas, os sistemas são constituídos por partes em interação.

Os "problemas encontrados na organização" aqui demarcam que o "problema" é do todo como este se relaciona com a parte, mas não relacional com o contexto geral (social/cultural) e este sociocultural como se fosse desvinculado da parte.

Em termos metodológicos talvez a grande contribuição de Bertalanffy, descrita em sua obra teoria geral dos sistemas, tenha sido reunir princípios, modelos e teorias até então estranhas ao mecanicismo ou restritas a um determinado campo do conhecimento, como física engenharia, teoria da informação. A entropia, um conceito utilizado até então na termodinâmica para conceitos fechados, na teoria dos sistemas é adaptado a sistemas abertos; O princípio da retroação atribuído aos sistemas complexos vem da teoria da informação e sistemas de controle. As noções de teleologia e finalidade pareciam estar fora do âmbito da ciência, sendo o local de recreio de entidades misteriosas, sobrenaturais ou antropomórficas.

Características como crescimento, diferenciação, ordem hierárquica, dominância, controle e competição adotados na biologia para explicar as formas de organização dos seres vivos, podem ser adaptados para explicar o comportamento

de organizações sociais.

A teoria expressa por Bertalanffy (1968) busca a quantificação e as explicações matemáticas para descrição e entendimento dos sistemas e leis e princípios que se nos reproduziriam diferentes sistemas. Há, contudo muitas facetas das organizações que não se prestam facilmente à interpretação quantitativa.

Considerando que somente a humanidade apresenta o fenômeno da história que se liga intimamente à cultura, à linguagem e à tradição. Bertalanffy lança o questionamento, é possível uma *história teórica*? Se de algum modo isto é possível, deve ser uma investigação de *sistemas* enquanto adequadas unidades de pesquisa, de grupos humanos, sociedades, culturas, civilizações ou quaisquer outros objetos apropriados de pesquisa, tendo em vista o fato de serem as leis relações em um modelo ou teoria conceitual.

Sabendo-se que nesse caso não há respostas exatas, o autor encontra possíveis caminhos nas pesquisas realizadas por Hegel, Marx, Spengler, Toynbee, Sorokin e Kroeber e outros pensadores que um modo ou de outro, procuram construir uma história teórica com leis que se aplicam aos processos históricos. Considerando, no entanto, que há diferenças entre estes sistemas, todos concordam que o processo histórico não é completamente acidental, mas obedece a regularidades ou leis que podem ser determinadas (BERTALANFFY, 1968).

O mesmo autor reforça a aplicabilidade da teoria dos sistemas em seu enfoque científico a certos *aspectos* da sociedade humana. Um destes campos seria a estatística. Para Bertalanffy podemos, e de fato conseguimos, formular muitas leis estatísticas ou pelo menos regularidades relativas às entidades sociais.

Boulding (1953, apud BERTALANFFY, 1968), em sua obra *A revolução organizacional*, apresenta uma aplicação da teoria dos sistemas para compreender a dinâmica das organizações sociais. Partindo de um modelo geral de organização o autor enuncia as chamadas leis de Ferro: a lei malthusiana segundo a qual o aumento da população é em geral maior que o dos recursos disponíveis; A lei do tamanho ótimo das organizações, de acordo com a qual quanto mais uma organização cresce maior é o caminho da comunicação e este fato, dependendo da natureza da organização, atua como fator limitante, não permitindo que uma

organização cresça além de certo tamanho crítico. De acordo com a lei da instabilidade, muitas organizações não se acham em equilíbrio estável, mas revelam flutuações cíclicas resultantes da interação de subsistemas. A lei do oligopólio declara que, se existem organizações em competição, a instabilidade de suas relações e, por conseguinte o perigo de atritos e conflitos aumenta com a diminuição do número dessas organizações.

Assim, enquanto forem relativamente pequenas e numerosas, embaralham-se em alguma forma de coexistência. Mas se restarem apenas poucas ou se sobrar um par em competição, conforme acontece com os colossais blocos políticos, os conflitos tornam-se devastadores, chegando ao ponto da mútua destruição.

Em relação aos sistemas sociais a teoria dos jogos e a teoria da decisão fornecem modelo para tratar de aspectos do comportamento humano e social aos quais a matemática da ciência clássica não é aplicável. Livros como *Fights, Games and Debates* de Rappaport (1960) e *Conflict and Defense* de Boulding (1962) apresentam análises detalhadas de fenômenos tais como a corrida armamentista, a guerra e os jogos guerreiros, a competição no campo econômico e em outros, tratados por estes métodos comparativamente novos (BERTALANFFY, 1968).

Em sua obra sobre a teoria geral dos sistemas Bertalanffy (1968) aponta para a possibilidade de estudo dos modelos. Os "grandes sistemas" aparecem como modelos do processo histórico, no entanto Bertalanffy chama a atenção para as vantagens e os perigos dos modelos. A vantagem é que o modelo permite deduções a partir de premissas, explicações e previsões muitas vezes com resultados inesperados, permitindo a criação de teorias.

O perigo da utilização de modelos é o excesso de simplificação, pois para torná-lo conceitualmente manejável temos de reduzir a realidade a um esqueleto conceitual e nessa redução corre-se o risco de excluir parte essencial da realidade. Esse risco é diretamente proporcional a complexidade do fenômeno, ou seja, quanto mais variado e complexo for o fenômeno maior será o risco na hora de reduzi-lo. Isto se aplica não somente às "grandes teorias" da cultura e da história, mas aos modelos que encontramos em qualquer revista de psicologia ou sociologia.

Desenvolvido com objetivo de se tornar um modelo referencial, o SISTUR é constituído por Beni (1998) como um sistema aberto, o que para Bertalanffy (1968) significa que se mantém em um contínuo fluxo de entrada e saída nunca estando em um equilíbrio estacionário.

Na visão de Bertalanffy (1968) as categorias do conhecimento, tanto do conhecimento cotidiano quanto do conhecimento científico, dependem primeiro, de fatores biológicos e segundo de fatores culturais. Em terceiro lugar, apesar deste emaranhamento demasiado humano, o conhecimento absoluto, emancipado das limitações humanas, em certo sentido é possível.

Por oposição ao animal que tem um "ambiente" determinado por sua organização, o homem cria seu mundo, aquilo que chamamos cultura humana. Entre os pressupostos de sua evolução encontram-se dois fatores, a linguagem e a formação de conceitos, estreitamente relacionados um com o outro.

Para Bertalanffy a conceituação está ligada à cultura porque depende dos sistemas simbólicos que aplicamos. Estes sistemas simbólicos são amplamente determinados por fatores linguísticos, à estrutura da linguagem, no sentido mais amplo da palavra, compreende não somente a fala, mas também a escrita e o sistema simbólico da matemática. Estes sistemas de *símbolos* não herdados, mas livremente criados e tradicionais. Antes de tudo, isto explica a especificidade da história humana, por oposição à evolução biológica, a tradição em confronto com as mutações hereditárias que somente ocorrem num longo período do tempo.

Assim, Bertalanffy (1968) que iniciou seus estudos na biologia, desenvolve a teoria geral dos sistemas carregada das concepções desse campo de estudo, contudo avança no sentido de outros campos do conhecimento. A partir da reformulação de termos como totalidade, qualidades emergentes, equifinalidade, diferenciação e retroalimentação que podem ser aplicados e relacionados com outros campos do conhecimento para compreender os diferentes sistemas:

A apresentação dos enunciados de Bertalanffy serve como suporte teórico para compreender a dinâmica do SISTUR, que tem sua base na teoria dos sistemas. Contudo se faz necessário avançar para o entendimento em relação a aplicação

desta teoria aos sistemas sociais. Nessa busca revisaram-se os textos de Walter Buckley (1967), Parsons (1951, 1974), Churchman (1971); Fritjof Capra (1982).

#### **1.4 A teoria dos sistemas sociais da ação de Parsons**

Em uma obra anterior a Teoria Geral de Sistemas (1968) Parsons (1951), inspirado nos fundadores da moderna ciência social, Pareto, Durkheim e Max Weber, descreve de forma sistemática e generalizada os elementos principais de um esquema conceitual para a análise da estrutura e processo dos sistemas sociais dentro dos termos do marco da referência da ação.

O ponto de partida fundamental é o conceito dos sistemas sociais de ação. Nesse sentido, a interação dos atores individuais tem lugar em condições tais que é possível considerar esse processo de interação como um sistema (no sentido científico) e submetê-lo a mesma ordem de análise teórica que tenha sido aplicado com êxito a outros tipos de sistemas em outras ciências. Para Parsons, (1951, p.06):

O marco de referencia se ocupa da orientação de um ou mais atores até uma situação, que compreende a outros atores. O esquema - relativo às unidades de ação e interação - é um esquema *relacional*. Analisa-se a estrutura e processos dos sistemas constituídos pelas relações dessas unidades com suas situações, incluindo outras unidades. Enquanto tal, não lhe cabe a estrutura *interna* das unidades, exceto na medida em que afete diretamente o sistema relacional.

Para Parsons (1951), a ação não seria uma resposta *ad hoc* a estímulos particulares da situação e sim um sistema de expectativas desenvolvido por atores na relação com os diferentes objetos da situação. Estas podem estar relacionadas às próprias necessidades do ego ou às possibilidades de privação ou recompensa, dependendo das diferentes alternativas da ação que o ego possa empreender. No caso dos objetos sociais se agrega outra dimensão. Parte das expectativas do ego –

em muitos casos, consiste na reação provável do (álter), do outro a ação possível do ego.

A partir desses termos Parsons (1951, p.07) conceitua sistema social da seguinte forma:

Um sistema social consiste numa pluralidade de atores individuais que interagem entre si em uma situação que possui, ao menos, um aspecto físico ou de meio ambiente, atores motivados por uma tendência a «obterem o máximo de gratificação» e cujas relações com suas situações — incluindo os demais atores— estão mediadas e definidas por um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados.

Quando existe interação social, os signos, os símbolos adquirem significados comuns tornando-se um sistema simbólico que serve de meios de comunicação entre os atores se podem falar dos princípios de uma cultura, que passa a ser parte dos sistemas de ação dos atores relevantes.

Parsons, (1974) considera o homem enquanto ser biológico que se diferencia de outras espécies por sua capacidade para criar, aprender e usar sistemas simbólicos (cultura) sob as formas de linguagem e outros meios.

Assim, parte-se da tese de que toda sociedade humana é cultural e o sistema moderno das sociedades, embora resultante de um processo complexo de vários séculos, constituiu de um salto da capacidade adaptativa dos seres humanos.

Não pretendendo conceituar o que seria cultura, Parsons (1951) destaca três notas fundamentais: a cultura é transmitida, constitui uma herança ou tradição social; a cultura é aprendida, não é uma manifestação genética do homem e terceira, a cultura é compartilhada. Neste sentido a cultura é de uma parte, um produto dos sistemas de interação social humana e, de outra, um determinante desses sistemas. E pode ser estudada enquanto um sistema.

De acordo com o autor, o sistema cultural seria um dos componentes da estrutura do sistema social de ação, a este se agregam o sistema de personalidade dos atores individuais e o sistema social que se estabelece em suas ações. Cada

um desses sistemas deve ser considerado fora do sistema da ação, no sentido de que nenhum deles é teoricamente redutível aos termos de nenhum dos outros dois. Cada um dos sistemas é indispensável para os outros dois, no sentido que sem personalidade e sem cultura não existiria o sistema social (PARSONS, 1951).

Em termos metodológicos para Parsons (1951), o empirismo se supera mediante a descrição dos fenômenos como partes ou processos de sistemas empíricos sistematicamente concebidos. A descrição do sistema empírico tem que ser feita sobre a base de uma série de categorias «estruturais», dentro das quais se encaixam as apropriadas construções «motivacionais» necessárias para constituir um conhecimento utilizável dos mecanismos. As categorias devem ser um sistema de conceitos cuidadosa e criticamente elaborado que se possa aplicar de um modo coerente a todas as partes ou aspectos relevantes de um sistema concreto. Assim se torna possível à comparabilidade e transmissão de uma parte ou estágio, do sistema a outro, e de sistema a sistema.

Parsons enfatiza a importância do aspecto estrutural do sistema de categorias. Em relação ao sistema social, deve se levar em conta que não é possível captar as uniformidades dos processos dinâmicos além de um modo casual. Porém aquelas que são possíveis de captar devem ser estruturadas em um quadro para situá-las no sistema assim como as relações dadas de suas partes em um estágio dado do sistema e, onde as trocas ocorrerão, o em que parte e como se dão essas interações e mudanças. O sistema de categorias estruturais é o esquema conceitual que proporciona este âmbito para a análise dinâmica. À medida que se amplia o conhecimento dinâmico, a significação explicativa independente das categorias estruturais diminui.

A base analítica dessas generalizações pode ser extremamente variável. Porém, a formulação do problema motivacional, como mecanismo, é essencial para estabelecer a relevância do nível de conhecimento motivacional de que se dispõe para resolver os problemas do funcionamento de um sistema social.

Sobre o sistema social podemos estabelecer três unidades de análise. A unidade mais elementar aplicável a qualquer sistema social de ação é o ato. Ele se converte em uma unidade no sistema social, na medida em que é parte do processo de interação entre o seu autor e os outros atores.

Para a maioria das análises mais macroscópicas dos sistemas sociais é conveniente, utilizar uma medida de unidade de ordem maior que o ato, que seria a segunda unidade no sistema, o que Parsons denomina de “status-rol”. Considerando o sistema social como uma trama de relações e processos de interação entre atores. Cada ator individual encontra-se envolvido em uma pluralidade de semelhantes relações interativas, cada qual com um ou mais pares em seu papel complementar. Assim a participação de um ator nessas relações interativas é para muitos fins a unidade mais significativa do sistema, segundo Parsons (1951).

O mesmo autor identifica dois aspectos principais nessa participação. Um seria o aspecto posicional, ou seja, a “localização” daquele ator na estrutura do sistema social, em relação com outros atores, que denomina de status. O outro aspecto seria processual, qual a significação funcional daquele ator no sistema. Isso é o que o autor chama de “rol”, em português papel.

A distinção entre status e papel encontra-se nas duas perspectivas inerentes a interação. De uma parte cada ator é um objeto de interação para outros atores (e para si mesmo), à medida que esta significação de objeto deriva de sua posição no sistema é uma significação de status. Por outro lado, cada ator se relaciona com os outros atores, ao fazê-lo ele está atuando, não servindo como objeto, e sim desempenhando um papel.

Parsons (1951) destaca que é necessário esclarecer que o conjunto “status-rol”, não é em geral atributos do ator e sim unidades do sistema social, ainda que a posição de um status concreto possa ser considerada muitas vezes como um atributo.

A terceira unidade que o autor descreve é o ator enquanto unidade do sistema social. Como ponto de referência um ator individual que ocupa um status ou desenvolve um papel nos termos acima colocados, é sempre uma unidade significativa que, para os fins da análise dos sistemas sociais deve ser considerado como uma unidade de ordem mais alta que o conjunto “status-rol”. Nesse sentido o ator social é um conjunto composto de status e papéis que desempenha. Porém esse tem que ser distinguido da personalidade, que enquanto si mesma é um sistema de ação. Esta distinção procede da irreduzibilidade mútua entre a personalidade e os sistemas sociais.



Por fim, temos uma unidade complexa que é a coletividade, como ator e como objeto, entrecruzando-se com o ator individual. Neste caso os setores particulares dos sistemas de ação dos atores individuais relevantes se abstraem de seus outros status-roles e são considerados conjuntamente. Parte da significação do status-rol, enquanto unidade procede do fato de que é unidade tanto para sistema de ação do indivíduo como para o da coletividade. Assim serve para articular os modos entrecruzados da organização dos sistemas sociais.

O autor reconhece que esta teoria é fragmentária e incompleta. Porém, o conceito de sistema como esquema conceitual de guia tem, uma grande importância como princípio organizador e como guia para a investigação. Pode-se dizer, pois, que o conceito de uma teoria dos sistemas é o instrumento mais estratégico para trabalhar o sistema social (PARSONS, 1951).

A interdependência e interpenetração exposta por Parsons para explicar o sistema social é uma característica de uma concepção sistêmica de turismo. “Concebemos os processos dinâmicos como mecanismos que influem no sistema de funcionamento do sistema” (PARSONS, 1974).

Para a teoria da ação o organismo não é um sistema, e sim um ponto de referência. O foco de interesse para a teoria da ação não se encontra no processo de equilíbrio interno do organismo como sistema, e sim processo de equilíbrio implicado em suas relações com o meio ou situação no que outros organismos têm uma importância crucial. Este sistema relacional é o sistema da ação.

Um sistema de ação é um sistema de relações de organismos em interdependência recíproca e com os objetos não sociais no meio ou situação. Para distinguir estes organismos do conceito de organismo biológico, em vez de usar o termo conduta do organismo, adota-se ação do ator, e em vez de utilizar o termo meio, fala-se da situação da ação. O segundo ponto fundamental dos sistemas da ação é que, como sistemas relacionais, mantem seus limites. Esta propriedade dos sistemas é a que *estabelece* a independência analítica do marco referencial. (PARSONS, 1951).

Deve se considerar e ver as implicações do objeto de identificação de que a investigação científica é ela mesma um processo de ação. Precisamente sobre a

base deste esquema conceitual, se o objeto de investigação é um objeto físico — que compreende organismos - não há processo de interação entre o ego e o objeto. A ação do ego não interfere no objeto de forma que possa ser analisado, nos termos da teoria da ação.

Para a visão do turismo como produto a teoria da ação não se aplica por não ter sujeito, ser social, o social é o mercado, assim é destituído deste jogo de ego-objeto. Se o SISTUR tivesse sido construído a partir da concepção da teoria ação, o turismo teria sido entendido como fenômeno e sua força motriz do sistema seria o deslocamento humano, o encontro, portanto o fluxo e o fixo. Assim até mesmo a visão sistêmica de Parsons teria sido mais dimensional, pois haveria a percepção da interação social, a comunicação entre alter e ego. Aponta-se a questão epistemológica não dimensionada na abordagem do SISTUR, conforme Moesch (2004).

Já no caso de um objeto social, o processo de investigação é por si só um processo de interação social. Essa interação implica em comunicação. Sobre esta base, não é possível interpretar a conduta do “alter” nos termos do marco de referência da ação sem se comunicar com ele, e entender seus motivos em todo o sentido da teoria de com o cuidado científico que se pretende.

Segundo Parsons (1951) é possível distinguir três níveis de organização da ação racional nos sistemas da ação. Em primeiro nível a tecnologia, na estrutura da ação social a tecnologia implica na mobilização dos recursos para alcançar determinada meta, por um ator individual ou por uma coletividade. A tecnologia também implica dois aspectos ou séries de fatores: os que pertencem às condições de êxito e os que se referem ao «custo», que é em última instância o sacrifício de metas alternativas implicadas na aplicação de recursos a uma única meta. A eficiência é a medida da efetividade de um processo tecnológico em relação com seu custo.

O segundo nível de organização consiste no processo dos recursos em relação a uma pluralidade de metas alternativas. Aqui o custo não é uma constante, uma variável, porque há uma consideração explícita não simplesmente da minimização de gasto compatível com a efetividade, mas numa alocação de

recursos entre metas alternativas. Isso é o que faz o processo de tomada de decisão com os bens no sistema social.

O terceiro nível de organização da ação racional tem como orientação da ação a maximização do mundo total dos bens no sistema social por parte de um ator, individual ou coletivo, em relação com os demais. Não existe limitação inerente a esse campo, porém algo especialmente na esfera da relação de bens que pode ter significação com o meio material e podem implicar num sistema político de poder.

A crítica à teoria de Parsons decorre de sua colocação de que a sociedade pode ser comparada a um sistema autorregulável. Sentencia um otimismo quanto à estabilização das economias em crescimento e o progresso social. Todas as crises, revoluções, são vistas como rearranjos internos, tendo como horizonte a otimização do desempenho da sociedade.

A sociedade é una, um todo consistente, um sistema, um conjunto de elementos ordenados pela razão, organizada através da imposição dos limites sobre as partes. Estes limites demarcam os campos do saber e do poder, como espaços sociais diferenciados, construindo uma visão reducionista e unidimensional da relação existente entre saber-poder. Tal visão impõe uma mutilação do real, na qual o outro é uma parte do todo, una e, portanto, traduzível em produto mercantilizável (MOESCH, 2004).

Churchman (1971) desenvolveu sua aplicação à empresa, incluindo o conceito de sistema de informações na administração. Na visão de Churchman, existem cinco considerações básicas relativas ao pensamento sistêmico: os objetivos do sistema total – as metas ou fins em direção aos quais o sistema tende; o ambiente do sistema – constitui tudo o que está do “lado de fora” do sistema; os recursos do sistema – são os fatores internos e representam todos os meios disponíveis ao sistema, para a realização das atividades necessárias para o alcance da meta; os componentes do sistema – são todas as atividades que contribuem para a realização dos objetivos do sistema; e a administração do sistema – na administração do sistema, Churchman, (1971) inclui o planejamento do sistema e o controle do sistema.

Traçando um parâmetro desse referencial com situações cotidianas para

explicar e defender o enfoque sistêmico em um ambiente empresarial, Churchman ressalta que a melhor maneira de descrever um carro é fazendo menção à sua função, e não à sua estrutura, que pode sofrer diversas variações.

Percebe-se no atual momento, mais pelo senso comum do que através de uma abordagem analítica, a impregnação do modelo sistêmico em várias áreas, senão na maioria, do conhecimento, o que vale dizer que' o modo vivente capitalista requer para sua "retroalimentação" e controle a inspiração num modelo que caminhe com ele, lado a lado, mantendo-o com maior garantia de "eficiência" e "eficácia" (ARECO, 1989).

Destacam-se os princípios da teoria geral dos sistemas:

- Totalidade entendida na teoria dos sistemas como o todo é maior do que a soma das partes, portanto o todo são as partes e suas relações;
- Qualidade Emergente: que se refere que o todo tem atributos não redutíveis às partes que o compõem. Molina (2000) exemplifica que em hotelaria a qualidade emergente seria o serviço hoteleiro, se reduzirmos o estudo só ao prédio, ou só a uma parte desse serviço não compreenderemos o objeto;
- Equifinalidade e multifinalidade: A equifinalidade corresponde à ideia de que os sistemas evoluem de estados iniciais diferentes a estados futuros iguais. E a multifinalidade indica que outros sistemas evoluem de estados iniciais iguais a estados futuros diferentes;
- Diferenciação: De acordo com esse princípio que vem da biologia os sistemas para sobreviver e se desenvolverem requerem que suas estruturas se tornem mais complexas e diferenciadas. O que Parsons (1971) vai chamar nos sistemas sociais de qualidade adaptativa;
- Retroalimentação: Os sistemas avaliam seu comportamento e aprendem do entorno através de um processo de observação. Esse processo chamado retroalimentação e resulta imprescindível para estabilizar dinamicamente a conduta do sistema. Por meio da retroalimentação se avalia o desvio do sistema aos seus objetivos e metas.

## 1.5 Revisando os estudos sistêmicos do turismo

O método analítico consiste em dar um modelo que mostre o real como construído considerando-se seus elementos e base. Para encontrar um modelo adequado, os pesquisadores tentam determinar todos os componentes de um sistema para reconstruí-lo.

Costuma-se opor esse método ao “método sistêmico”, que se interessa menos pela reconstrução de um sistema de base em seus componentes, mas privilegia a compreensão do sistema como um todo. Segundo esse método, são consideradas primordiais as interações entre os componentes, a ponto de considerar o sistema como uma caixa preta sobre a qual se vai avaliar o efeito dos diferentes *inputs* sobre os *outputs* (MOESCH, 2004, p.155).

Sob o ângulo metodológico, um sistema comporta pelo menos, segundo Bruyne (1977), a identificação dos elementos que o compõem (conjunto de unidades e objetos), a especificação das características ou das propriedades dos elementos, em relação às quais os estados dos sistemas podem ser descritos, a especificação das regras ou das leis que regem as interações dos elementos ou de suas propriedades, assim como a sucessão dos estados dos sistemas.

O paradigma teórico sistêmico embasa as análises das organizações, compreendidas como sistemas abertos que se influenciam mutuamente, permitindo cotidianamente a existência da prática do poder enquanto relação, mencionada por Foucault.

O paradigma funcionalista aplicado na análise de sistemas traz em si um conteúdo altamente conservador em termos de valores, concebendo o sujeito como simples detentor de status e desempenhador de papéis, em função da manutenção do sistema vigente.

A viagem, o tempo livre, o lazer, o fazer turismo, para os teóricos desse paradigma, têm a função reparadora do trabalho, conforme Moesch (2004). Sua finalidade única é a de melhorar o desempenho dos papéis individuais produtivos, visando assim à otimização da relação global entre os seus *input* e *output*.

Compartimentaliza o campo do trabalho e o campo do tempo livre como se fossem duas partes estanques de um todo, com funções determinadas.

A relação trabalho- tempo livre - turismo, na visão funcionalista sistêmica, não considera a ordem causal no tempo – a não ser no sentido da recuperação das forças – em que o tempo anterior determina o seguinte, não levando em conta que a alienação em um dos campos vem gerar atitudes de evasão ou compensação do outro.

Apresenta-se aqui um meta discurso, impondo uma verdade injusta: a vida e seus prazeres são reduzidos ao império da racionalização econômica. A compreensão do objeto turístico é una. O Turismo passa a ser uma parte de um todo: o sistema econômico, tomado como subsistema produtivo. Essa abordagem diminui sua complexidade, ocasionando, enquanto objeto de conhecimento, uma derivação simplificada como atividade do campo produtivo. Para Moesch (2004, p.161) a falta de preocupação epistemológica por parte dos autores que estudam o turismo como sistema não lhes permitiu romper com a compartimentação analítica em seus estudos.

Como síntese desse limite epistemológico, onde o método – análise de sistemas – se sobrepôs ao objeto, apresentaremos as teses elaboradas a partir da Teoria Geral dos Sistemas quanto à metodologia de apreensão do objeto turístico pelos autores Alberto Sessa, Mario Carlos Beni, Pierre Lainé e Sérgio Molina.

De acordo com Leiper (1990) provavelmente o engenheiro Raymundo Cuervo, Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão do então Departamento de Turismo do México na segunda metade dos anos 60 teria sido o primeiro a utilizar a TGS para interpretação do turismo. Porém sua formulação não teve repercussão, talvez pela descrição matemática que fez do modelo utilizando a análise operacional e a engenharia de sistemas.

Leiper (1979) propõe uma abordagem de sistemas ao estudo acadêmico do Turismo por ter implicações potenciais em diversas áreas e em muitos níveis de análise. Na pesquisa acadêmica pode servir como ponto de referência para estudos gerais e específicos, permitindo estudar sua estrutura e a ênfase em conexões existentes entre e dentro de vários elementos do sistema, como impactos

comerciais, aplicações potenciais em diversas áreas da indústria turística, principalmente em empresas multissetoriais que operam em diversas localidades. Pode ser particularmente útil para o planejamento do *marketing*, assim como um governo pode usar a estrutura para reconhecer relações de sua unidade eleitoral geográfica no sistema turístico (MOESCH, 2004).

Mathielson e Wall em 1982 centrado na visão mercadológica do turismo, onde o output seria a demanda, Trata-se de um modelo que entende o turismo como um sistema composto de elementos dinâmicos, estáticos e resultantes. O elemento dinâmico, conforme os autores, seria a demanda de todo tipo de turismo. Os elementos são relacionados tanto com as características do turista (incluindo características socioeconômicas, tipo de atividade, nível de utilização, duração da estadia e satisfação). Como com as do destino (incluindo processos ambientais, organização e estrutura social, nível de desenvolvimento turístico e estrutura econômica), que se combina para constituir o destino. Disso deriva a pressão ao destino, resultante dos impactos provocados. Os impactos do turismo são visto como consequências do turismo e podem ser físicos, sociais ou econômicos, que precisam ser controlados por políticas de planejamento e gestão.

O turismo é o movimento temporário das pessoas para destinos fora da sua área de residência e de trabalho, as atividades realizadas durante a sua estada nesses destinos e os equipamentos criados para satisfazer as suas necessidades, Mathieson e Wall (1982). O estudo do turismo é o estudo das pessoas fora do seu habitat habitual, das atividades que satisfazem as necessidades dos viajantes e dos impactos que resultam no bem-estar econômico, físico e social dos seus anfitriões. Engloba as motivações e experiências dos turistas, as expectativas e ajustamentos efetuados pelos residentes nas áreas receptoras os papéis desempenhados por numerosas agências e instituições que os intermediam (MATHIESON e WALL apud MARTINS, 2010, p. 6).

No ano de 1982, foi organizado pela Escola Internacional de Ciência Turística de Roma, em colaboração com a Associação Nacional Italiana de Cientistas em Turismo (ANIEST), o primeiro Fórum Aberto Internacional tendo como tema “O desenvolvimento do Turismo: pesquisa, teoria, formação, políticas”.

Nos atos de abertura do Fórum, foi assinalada a tentativa de construção de

uma ponte entre a pesquisa e a política para o Turismo, através da teoria e da formação, havendo, segundo Sessa (1984), impressionante semelhança de propostas de parte de Jost Krippendorf e Pierre Lainé.

Para Krippendorf (apud MOESCH, 2004), se impunha a exigência de um sistema diferente, mas com referências comuns, que permitissem classificar e reconhecer os fatores e as forças presentes na relação entre as duas teorias, propondo uma elaboração de uma concepção suíça de turismo através da utilização da analogia da teoria dos sistemas, e também o fenômeno turístico como resposta global de conhecimento à finalidade de um melhor desenvolvimento local.

Lainé (1984) utilizou a teoria dos sistemas para explicar a complexidade do fenômeno turístico formado a partir de mecanismos elementares heterogêneos que transpõem no mesmo fenômeno graças à relação que se estabeleceu entre eles. O sistema é formado de uma série de elementos de base que são os ambientes onde se inserem os turistas, os ambientes que lhes recebem os elementos de troca e de inter-relação que se encontram todos reunidos através das relações econômicas, tecnológicas, sociais e culturais que interferem entre si, ligando-se e dividindo-se.

Assim, para o autor, o turismo é um conjunto de relações e de trocas entre as pessoas, entre as pessoas e os ambientes, entre os sistemas criados pelo homem, entre sistemas e os ambientes. O estudo desta relação de troca pode permitir estabelecer estratégias, táticas e, portanto uma política diferenciada. Conclui indicando que a pesquisa relativa ao turismo implica a elaboração de uma teoria útil para a educação, ou para a escolha política, mas que não pode servir a uma teoria universal senão através do reconhecimento de uma série de sistemas turísticos de base. Em consequência, a teoria do Turismo transforma-se em teoria do sistema de base turística (LAINÉ, 1984).

A noção do turismo utilizada por Sessa (1984) entende-o como um fenômeno complexo e típico da civilização industrial que tem a sua origem na viagem ou na estada temporária de não residentes. Os processos dos vários gêneros que dele decorrem encontram nas inter-relações humanas sua base única e original.



Esta noção do Turismo, a partir da qual começou o estudo de uma ciência “para” o Turismo, representou uma proposta e estava ligada à concepção de Hunziker e Krapf, segundo a qual “o Turismo é um conjunto de relações e de fenômenos resultante da viagem e da estada numa determinada localidade por parte de não residente”, não motivado por veraneio em um estabelecimento principal sendo, de modo geral, não ligada a nenhuma atividade lucrativa (SESSA, 1942, p. 21 apud MOESCH, 2004).

Segundo Sessa (1984), as duas definições são orgânicas e permitem estudar o fenômeno turístico na sua globalidade, com o recurso de várias ciências através uma abordagem interdisciplinar. Moesch (2004) considera o conceito expresso por Sessa como um ensaio de uma concepção complexa do fenômeno.

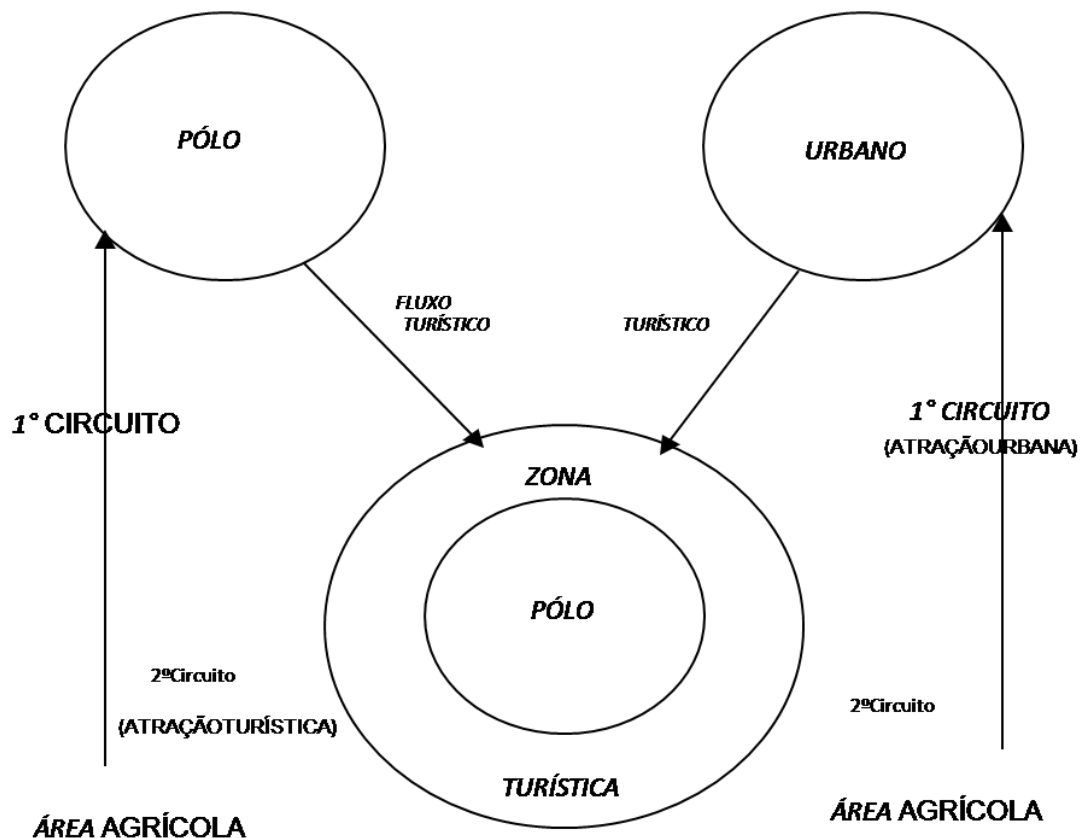
Moesch (2004) enfatiza que a abordagem econômica foi sem dúvida uma abordagem redutora do estudo de um fenômeno realmente muito mais complexo; porém, foi graças a esta abordagem, segundo Sessa, que podemos entender que seu estudo nesta única ótica foi à origem da impossibilidade de compreender seu caráter global e unitário.

O turismo apareceu, então, como um sistema. Esta nova maneira de enfrentar os problemas complexos das sociedades atuais permitiu reduzir a um sentido unitário a problemática em tratar o desenvolvimento do Turismo. Uma série de estudos e de ensaios apareceu no que tange à análise e à teoria dos sistemas. (SESSA, 1984, p. 56).

Sob este paradigma, Sessa começa por propor um método decorrente de uma nova maneira de enxergar o problema, ou seja, para ele existem conexões e inter-relações entre os fluxos de turistas e as regiões visitadas por estes. Esses fluxos desencadeiam uma série de inter-relações com os serviços utilizados pelos turistas: transportes, hotéis, lazeres, restaurantes. Algumas inter-relações estabelecem-se entre os turistas e a região que os recebe, com um importante impacto sociocultural, como também econômico. O impacto cultural e socioeconômico determina na região de acolhimento a exigência por parte do poder público em estabelecer uma política “para” o turismo.

Para Sessa, a definição do sistema turismo, é a de um sistema global que

deve ser reatado a seu desenvolvimento regional. Sessa descreve o processo de reequilíbrio regional, apenas econômico, ou, sobretudo econômico, estabelecido pelo desenvolvimento turístico numa determinada área. É importante ressaltar que nesse momento de sua tese ele revê a categoria espaço, tão significativa na determinação do objeto do turismo, o ressignificando como região, conforme figura 1.



**Figura 1** - O Processo do Reequilíbrio Regional Turístico

Fonte: Sessa (1984 apud MOESCH, 2004, p. 172)

Conforme Sessa (1984, apud MOESCH, 2004), os fluxos de turistas provocam fluxos monetários e criam, com esta transferência espacial de renda, as causas da possibilidade de acumulação de rendas numa localidade do território nacional geralmente desprovida de quaisquer outras justificativas de crescimento econômico. Esta acumulação provoca a transformação das rendas em consumo, poupança ou investimentos e rendas ulteriores e determina, ao interior do polo

turístico, um processo de crescimento que não é mais somente o processo primitivo de transformação decorrente da renda primitiva tipicamente turística, mas do gênero “induzido”. Porque após o primeiro processo de transformação de renda em consumo, poupança, nova renda, estabelece-se toda uma nova série de novas atividades, serviços, comércios, tipicamente ligados à noção de cidade e que são induzidos em relação ao móbil primitivo do crescimento espacial devido ao Turismo.

A busca da racionalidade no desenvolvimento dos planos e projetos turísticos é acentuada inúmeras vezes na tese de Sessa. O rompimento com o empirismo é assinalado de forma veemente com suas construções figurativas, na busca de uma metodologia eficiente diante dos desafios vivenciados pelas regiões.

Pierre Lainé afirma em 1985, (apud MOESCH, 2004) que a teoria do sistema geral (ou teoria dos sistemas) capta cada vez mais a atenção dos pesquisadores científicos e dos homens de ação como um instrumento novo, suscetível de ajudá-los a tomar um melhor conhecimento de seu universo ou a ultrapassar as dificuldades que conhecem todas as sociedades do mundo.

De fato a noção de sistema constitui uma abordagem realmente adaptada ao fenômeno turístico. O estudo turístico não representa em si uma *ciência*, mas um conjunto de várias disciplinas científicas. Querer entender o turismo somente através de uma delas conduz à obtenção de uma visão deformada e necessariamente incompleta. A abordagem sistêmica, que tem sua origem no global, tem aqui seu maior valor, no entendimento de Lainé (s/d, apud MOESCH, 2004, p. 200).

Primeiramente, há o fato de que os sistemas abertos podem ser reconhecidos e inventariados segundo vários níveis, indo dos elementos de base – como os átomos – até os sistemas complexos, tais como os seres humanos e as sociedades que eles formam. Isto é, o caso do turismo.

Por outra parte, devemos lembrar que todo sistema é incluído em outros sistemas com os quais ele se relaciona. É o caso dos sistemas turísticos onde, dentro de um conjunto sistêmico, são encontrados, por exemplo, sistemas de base ou postos de recepção, os quais incluem outros sistemas tais como hotéis, unidades de serviços e mesmo ecossistemas e, obviamente, sociedades.

Qualquer objeto complexo pode ser reconhecido como sistema aberto no momento em que responde ao seguinte leque de hipóteses:

- O objeto possui seus ou seus projetos (finalidade);
- O objeto encontra-se dentro de um ambiente no qual emerge por todas as partes princípios geral similar (ambiente);
- O objeto possui certa atividade (comportamento);
- O objeto possui estruturas supostas, ou está se estruturando;
- O objeto está em evolução constante através do tempo (evolução).

Cada elemento do paradigma é o ponto de partida de um leque de relações em direção aos outros elementos que por natureza são relações de influências transformadoras; o objeto possui seus projetos, mas evolui no tempo. Esta evolução se traduz por modificações de relações com o ambiente e sua estrutura, e por modificações em seus comportamentos.

Da mesma maneira, a estrutura evoluindo influirá sobre os comportamentos, sobre as relações com o ambiente e sobre as condições da evolução em direção às finalidades. Em retorno, os comportamentos influirão sobre a estrutura e poderão conduzir o tipo de evolução. Eles provocarão eventualmente a transformação do projeto, ou ao contrário, permitirão atingir a finalidade.

As relações internas e externas a um sistema são de natureza muito diferente. Elas podem depender do sistema em si ou de seu ambiente. Se um sistema é submetido inevitavelmente a diversos determinismos de seu ambiente, esses determinismos terão sobre ele várias influências diferentes em função de suas capacidades próprias de reação. Essas capacidades do sistema introduzem as noções de *regulação* e de *controle*, que podem ser nulas ou, ao contrário, extremamente desenvolvidas. Convém também salientar a noção de hierarquia necessária nas estruturas e nas finalidades; sendo assim as unidades de regulação, de reação e de colocação devem estar em coerência.

Podemos notar agora o quanto o paradigma recobra perfeitamente a realidade de um sistema turístico.

O uso da abordagem sistêmica estuda não apenas as inter-relações entre todos os elementos do paradigma e suas funções lógicas, especialmente sobre às finalidades, mas procede também a um exame sincrônico que permite encontrar as forças em equilíbrio num certo nível de organização e as tensões que podem favorecer a evolução desta organização. Também procede a um exame diacrônico que põe em evidência o encadeamento lógico das estruturas históricas. Por fim, procede ao estudo das relações com os vários ambientes.

Lainé (s/d, apud MOESCH, 2004), afirma que esta abordagem permite salientar os defeitos de numerosos conjuntos turísticos concebidos sem a coerência necessária para um sistema eficaz. O modelo de análise sistêmica explicita que cada zona relacionada à dominante de emissão forma um sistema; cada zona relacionada à dominante de recepção, forma outro sistema, e a relação que se estabelece entre esses dois tipos de sistema constitui igualmente um sistema.

Cada um desses sistemas é reconhecido como originado no seu ambiente nacional, regional, com todos os elementos sociais, econômicos, etc.; ambiente no qual cada um desses sistemas estabelece trocas para viver e para evoluir no decorrer do tempo, procurando atingir seus objetivos.

A relação turística é um sistema de sistemas. Cada relação entre um sistema de emissão e um sistema de recepção constitui um sistema turístico de base. O estudo de um sistema turístico de base toma em conta os dois polos principais e suas relações.

O estudo dos sistemas emissores é geralmente negligenciado, sendo frequentemente citado apenas através de estudos de mercado, o que é realmente insuficiente e não permite conhecer as necessidades e os comportamentos induzidos pelos modos de funcionamento das zonas de emissão. Pelo resultado dessas negligências, Lainé responsabiliza a má compreensão do turismo; e esta má compreensão do Turismo tem repercussões negativas sobre os conceitos de planejamento ou mesmo sobre os modos de organização ou de gestão. Ele ainda insiste sobre a necessidade, no caso de uma abordagem sistêmica, de considerar e examinar com cuidado as características mais significativas dos ambientes emissores (MOESCH, 2004).

Oposto ao sistema de emissão, encontramos o sistema de recepção, que pode ser descrito seguindo os mesmos princípios.

O sistema de emissão caracteriza-se por:

- se introduzir no sistema receptor, e de forma recíproca ter efeitos ligados a este retorno;
- os ambientes do sistema emissor e a organização interna deste sistema, como uma cidade, têm influência na finalidade da troca, sobre o estado de espírito do turista, sobre sua escolha do lugar, sobre os meios dos quais dispõe para realizar a viagem;
- os ambientes do sistema receptor e a organização interna deste sistema, seus elementos originais – por exemplo estação de montanha e estação de mar, estação “verde” – têm influência nos caracteres da recepção;
- as finalidades das duas zonas ou de dois polos não são as mesmas e podem ser convergentes, divergentes ou opostas;
- trocas, como por exemplo o dinheiro do turista para pagamento do alojamento, alimentação, entretenimento;
- modificações de certas maneiras e em certos graus do sistema receptor, do mesmo modo que sua ida e sua volta modificam o sistema emissor (efeitos econômicos e sociais, mas também eventualmente ecológicos e culturais);
- algumas das relações podem ser medidas em termos matemáticos e outras em valores sociais, culturais; do mesmo modo que podem ser medidos os efeitos de atração da zona receptora sobre a zona emissora em função da distância, das facilidades de acesso, dos impactos no interior de cada um dos sistemas, etc., podem ser medidos os impactos transformadores das trocas que operam entre os sistemas receptores e de acolhimento.

Esses diferentes tipos de medições e de estudos oferecem certo conhecimento da situação dos sistemas ou subsistemas considerados, e através da

relação analisada fornecem as informações necessárias à tomada de decisões de organização, de gestão, de *marketing*, de animação, etc. a respeito tanto do ambiente emissor quanto do ambiente receptor.

Para Lainé a teoria dos sistemas pode servir de ferramenta tanto para a pesquisa fundamental como para a pesquisa aplicada. Pode tornar-se a base de um método prático para a compreensão dos fenômenos turísticos, assim como para a concepção e práticas de políticas nacionais de desenvolvimento turísticos e a programação do planejamento regional e local. Oferece, para o futuro, uma grande oportunidade de integração do Turismo no desenvolvimento da economia e das comunidades locais.

Molina (2000), na obra *Conceitualização do Turismo* apresenta sua contribuição nesse exercício de compreender o turismo. Na busca da essência do turismo como fenômeno, o autor propõe a abordagem fenomenológica, avançando na abordagem reducionista onde turista e turismo estão mutilados por serem visto apenas como valor econômico, como um consumidor e não como uma complexa totalidade. Para o modelo fenomenológico proposto, encontra seu ponto de partida no ócio, que representa a síntese do conjunto de conceitos acerca do homem e de sua auto realização, mas que não pode operacionalizar-se sem as realizações materiais da cultura (hotéis, estradas, transportes) nem com a omissão de suas manifestações e consequências ideológicas, políticas, econômicas, sociais, ecológicas.

Um modelo alternativo de turismo, de base fenomenológica, não se limita somente ao estabelecimento de sua conceituação; obriga a criação de novas metodologias e de tecnologias articuladas à sua concepção fenomenológica. Um início de proposta de uma metodologia alternativa valoriza os aspectos ecológicos para orientar as análises econômicas, de mercado, financeiras e arquitetônicas, sem sacrificar os níveis de rentabilidade dos investimentos, senão que os ajusta a concepções de maior amplitude, uma vez que garante ganhos a médio e longo prazo.

Em sua abordagem fenomenológica Molina (1999) explicita sua preocupação existencial e humanista, e desenrola uma tentativa teórica de construir cientificamente uma tradução da noção corrente de Turismo, não sendo suficiente para construir um novo esquema teórico para a compreensão do objeto turístico, por

não conseguir abandonar sua concepção de ciência ideal, ou seja; um modelo do mundo real. Lembra-se que não vai aqui nenhum desabono ao autor, e sim, a constatação de que a construção científica não escapa ao papel do sujeito na elaboração do conhecimento (MOESCH, 2004).

A estrutura do sistema turístico, para Molina, está integrada por um conjunto de partes ou subsistemas que se inter-relacionam e interatuam com um fim de alcançar um objetivo comum:

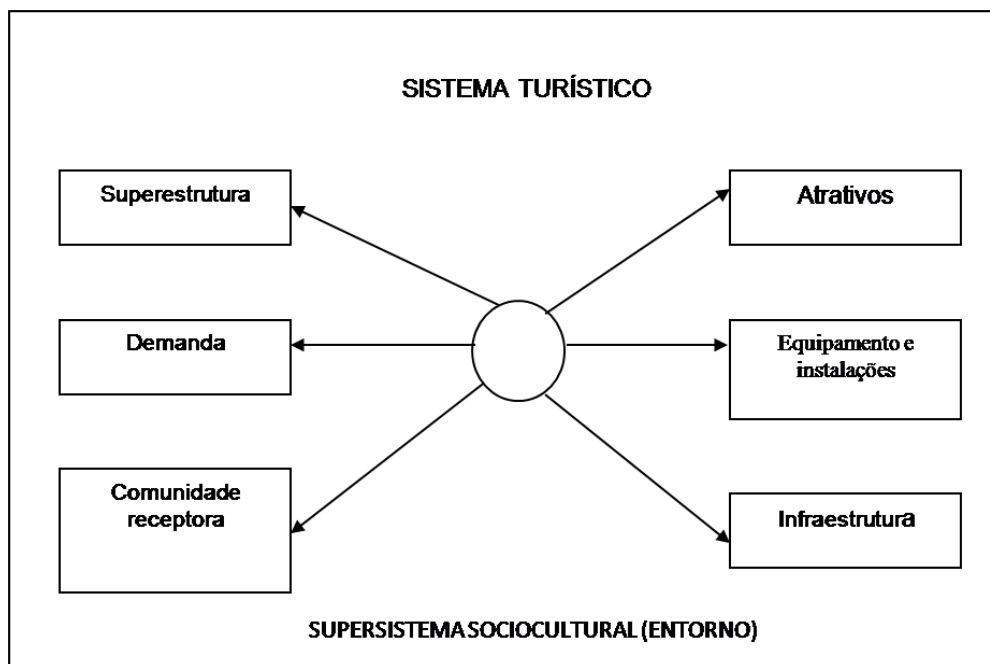
- Superestrutura tem a função de regular o sistema turístico, recolhendo os interesses, expectativas e objetivos dos subsistemas restantes: são organismos do setor público, organizações do setor privado e organismos intragovernamentais: conceituais, são as leis, regulamentos, planos e programas;
- Demanda que estão constituídos pelos turistas, os indivíduos e, sim, e pelas necessidades físicas e espirituais. A demanda turística em relação aos indivíduos está composta pelos turistas residentes no país e os residentes no estrangeiro. Cada um destes grupos pode ser separado ainda mais, de modo que os turistas residentes no estrangeiro são suscetíveis de agrupar-se por seu continente e país de residência. Por outro lado, a demanda de necessidades físicas se refere à satisfação fisiológica, como o comer, dormir; as espirituais, à contemplação, à aprendizagem, à auto realização.
- Atrativos são aqueles que se constituem em um dos principais motivadores e orientadores do fluxo turístico. Os atrativos se classificam da seguinte maneira: sítios naturais (praias, lagos, montanhas); museus e manifestações culturais (ruínas arqueológicas); folclore (gastronomia e artesanato); realizações técnicas, científicas e artísticas contemporâneas (o trem metropolitano, planetário, pinturas); eventos programados (festivais e torneios esportivos);
- Equipamentos e instalações que compreendem o conjunto de estabelecimentos especializados na prestação de serviços turísticos e nas instalações que os apoiam. Equipamentos: estabelecimentos de hospedagem (hotéis, motéis, *campings*, *trailers*-parques); alimentos e



bebidas (restaurantes, bares, cafeterias); entretenimento (discotecas) e outros serviços (agências de viagens, comércio). Quanto às instalações estas se dividem em de água e praia (marinas, molhes); de montanha (miradores, teleféricos, funiculares) e gerais (piscinas, campos de golfe, canchas de tênis);

- Infraestrutura são os que prestam serviços básicos ou de apoio ao sistema turístico. A infraestrutura, normalmente, serve também na gestão de outras atividades econômicas, além de resultar imprescindível para satisfazer as necessidades sociais. A infraestrutura pode classificar-se de interna (redes telefônicas, de esgoto, de água potável, vias de comunicação, localizadas dentro dos limites de influência de um destino turístico) e externas (aeroportos, rodovias, telégrafos; quer dizer, o sistema que contribui para aproximar um destino turístico ao outro, ou então, com centros urbano-industriais);

- Comunidade local que está conformada em grupos de indivíduos que residem de forma permanente nos polos ou centros turísticos. Também se conhece com o nome de comunidade receptora. Basicamente a comunidade local está composta pelos grandes segmentos; os grupos que estão diretamente relacionados com o Turismo (guias de turismo, empregados de transportadoras aéreas, de agências de viagens, de hotéis) e os grupos relacionados indiretamente com o Turismo (pescadores, camponeses, agricultores, trabalhadores e policiais), conforme figura 2:



**Figura 2-** Sistema Turístico

Fonte: MOLINA (1999)

Mário Beni (1998), em sua obra “Análise Estrutural do Turismo”, desenvolve um modelo de sistema turístico visando uma melhor compreensão do fenômeno. Podemos sem dúvida indicá-la como uma obra conceitual de maior envergadura da bibliografia brasileira.

De acordo com o autor o turismo, pode ser visto como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo super abrangente, complexo e pluricausal.

Em sua obra, trata de conceituar, descrever e definir o Sistur, identificando os componentes desse sistema, suas relações de causa e efeito e o surgimento de subsistemas controladores e dependentes; de identificar e analisar outros sistemas antecedentes; interferentes e condicionantes do Sistur; de analisar os elementos que constituem as relações do sistema com todos os componentes que a ele estão ligados, em interdependência, estruturando-se, mediante tal análise, o Modelo Referencial do Sistur.

Esses elementos, em linhas descritivas gerais, são:

- Estudo do espaço turístico;

- Perfil socioeconômico da área receptora;
- Estudo da ordenação geopolítica e administrativa da área receptora;
- Estudo e previsões do comportamento do mercado de Turismo na área receptora, compreendendo a análise de clusters e o levantamento de oferta e demanda;
- Diagnóstico do Turismo na área receptora, analisando-se seu potencial de influência no processo de desenvolvimento econômico.

Os fundamentos da teoria do sistema adotados por Beni tomam o sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.

O modelo tem sua construção baseada em informações obtidas pela realidade através da observação e/ou da medição. É, dessa forma, o instrumento mais útil para o estudo de sistemas. Afirma-se que uma ciência será tanto mais exata quanto maior for a correspondência entre os modelos que usa e a realidade. O acelerado desenvolvimento tecnológico dos computadores facilita muito a utilização de modelos matemáticos para representar sistemas de alta complexidade.

No Turismo, pode-se imaginar, a priori, que tanto a área estrutural como a empresarial tem como objetivo real o lucro. O Estado espera da atividade turística o superávit no balanço de pagamentos na conta específica, em razão do ingresso de divisas, e as empresas que atuam no setor igualmente dimensionam a prestação de seus serviços em razão da lucratividade dos investimentos necessários. Entretanto, quando se analisam as partes do sistema, verifica-se que a medida de seu rendimento global está na razão direta da capacidade de controle de seus componentes e atividades, e nem sempre esse rendimento está vinculado ao lucro.

Ao Estado compete o investimento social, não só na infraestrutura de apoio à atividade, mas também na implantação de programas de Turismo socializado, com o objetivo de facilitar o acesso ao Turismo das classes menos favorecidas economicamente. E esse estrato da demanda somente poderá ser atendido e

viabilizado sem objetivo de lucro e recuperação dos investimentos. A empresa privada igualmente terá de investir na qualificação de mão de obra e aperfeiçoamento de pessoal, sacrificando parte de seu lucro líquido. Não apenas o ambiente é alguma coisa que está fora do controle dos sistemas, mas é também algo que determina, em parte, seu funcionamento (BENI, 2001).

Para Beni (2001) um dos mais importantes aspectos do ambiente do sistema é a “lista dos requisitos”. Em turismo, a tarefa de configurar o ambiente do sistema é extremamente difícil, considerando a especificidade, complexidade e amplitude do seu universo de análise e abrangência. No caso de uma indústria, a lista dos requisitos consiste nos pedidos de vendas. É evidente que, em certo sentido, a empresa pode fazer alguma coisa com relação a eles por meio de anúncios, marcação de preços e procedimentos afins. Mas na medida em que a demanda dos produtos da empresa é, por assim dizer, determinada pelas pessoas individuais situadas “fora”, ou seja, seus clientes, então a demanda acha-se situada no ambiente do sistema, porque é um “dado” e porque sua natureza influencia o funcionamento do sistema”.

Ao estabelecer um paralelo com o turismo – lembrando que o produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operam a transformação da matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços já existentes – ele constata que a demanda é gerada pelos clientes potenciais, que estão dispostos a consumir o produto mediante a propaganda de seus atributos. Portanto, esses consumidores estão “fora” do sistema; na medida em que solicitarem esse produto, inserem-se no consumo, gerando a demanda que vai influenciar no funcionamento do sistema.

No caso do turismo, há uma característica ainda mais marcante: o produto turístico é produzido e consumido no mesmo local e o consumidor é que se desloca para a área de consumo, portanto rigorosamente dentro do sistema (o que Morin, 1990 define como ação recursiva). O momento de produção coincide com o da distribuição e muitas vezes com o de consumo – em linguagem sistêmica, o input e o output acontecendo num mesmo instante, dificultando a compreensão.

Sabemos que todo sistema se potencializa por energias, para Beni a energia potencial, de seu SISTUR, é traduzida pelo conjunto de recursos naturais ou culturais, que exercem poder de atração, ou seja, que possuem força emanizadora capaz de atrair o turista do núcleo emissor para o núcleo receptor, e que a energia cinética é representada pelo tráfego turístico, com o fluxo de turistas e o acionamento de equipamentos e serviços responsáveis pela expansão das áreas receptoras de Turismo.

O fluxo de massa e de energia no interior do sistema processa-se através de “canais de comunicação” que, muitas vezes, não são claramente delineados. No transcorrer desse fluxo, pode ocorrer que parcelas de massa e de energia fiquem armazenadas em diversos setores, por lapsos de tempo das mais diversas escalas, constituindo reservas para o funcionamento do sistema. Dessa forma, no conjunto há quantidades de massa e de energia que estão constantemente circulando, se transformando ou temporariamente retidas.

Desde que haja fluxos de matéria e energia iniciando o funcionamento do sistema, pode-se empregar o conceito de entropia. Beni, ao trazer o exemplo para o Turismo, prediz que a pesquisa e o conseqüente planejamento supõem o maior aproveitamento dos recursos potenciais, evitando que um plano produza um aproveitamento deficiente das possibilidades da região vocacionada para o processo de ocupação turística.

Assim, os estudos a serem empreendidos teriam que possibilitar a resposta às seguintes questões: Qual é a importância do fenômeno do Turismo para a economia da região? Qual é a tendência revelada pelo fenômeno do Turismo nessa região? Para expandir-se? Para estagnar-se? Para retroceder? Quais as medidas que deverão ser tomadas para proteger, ordenar e desenvolver o impacto turístico que essa região, pelos recursos que oferece, tem nos mercados nacional e internacional?

O Turismo, na linguagem da Teoria Geral dos Sistemas, deve ser considerado um sistema aberto que, conforme definido na estrutura dos sistemas, permite a identificação de suas características básicas, que se tornam os elementos do sistema.

Para Beni (2001), essa abordagem facilita estudos multidisciplinares de aspectos particulares do Turismo, possibilitando assim a realização de análises interdisciplinares a partir de várias perspectivas com um ponto de referência comum.

Sua pretensão intelectual com o trabalho produzido é ser o mais abrangente e completo possível, segundo o atual estágio do conhecimento, embora reconheça a perda de informações que sempre acontece entre a preparação de um livro – com o objetivo de didático e indutor de pesquisas – e a realidade diária, altamente dinâmica e cambiante do Turismo no país e no mundo, quer nos meios acadêmicos, quer nos empresariais e governamentais.

Pela conceituação de sistema como o conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios logicamente ordenados e coesos, com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo, o autor situa o Turismo, em toda sua abrangência, complexidade e multicausalidade, em um esquema sintetizador dinâmico que demonstre as combinações multifacetadas de forças e energias, sempre em movimento, de modo a produzir um modelo referencial.

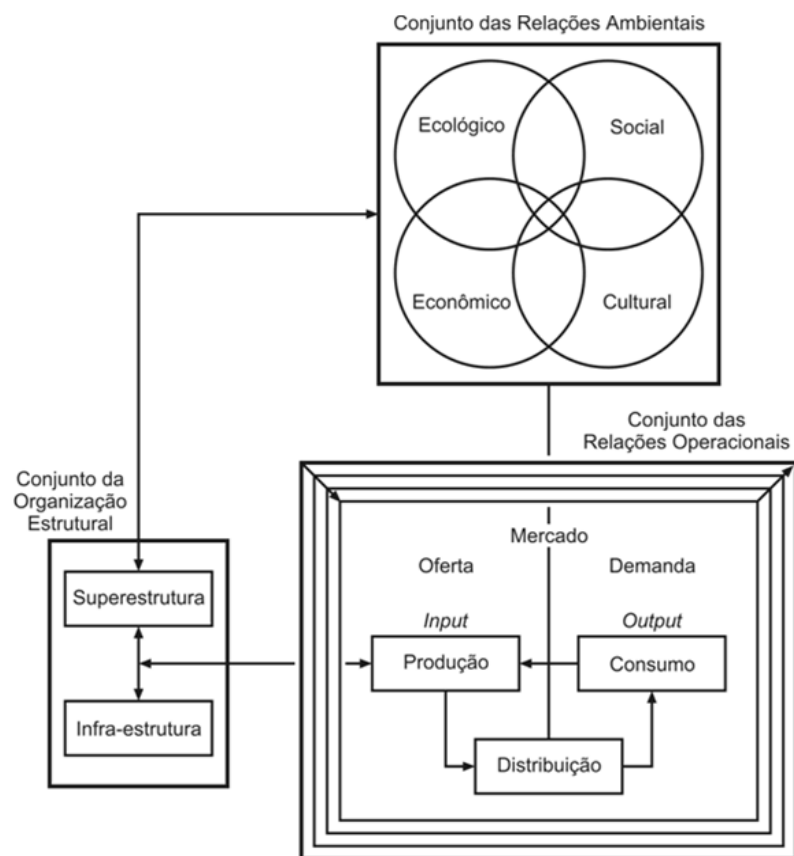
O esquema proposto deve ter a capacidade de retratar, até seus limites máximos, a configuração que tenta assumir um fenômeno como o do Turismo, tão sujeito a variáveis internas e externas que escapam, no momento da análise científica, a praticamente todo esforço de cristalização para serem estudadas, determinadas e avaliadas.

Com esse objetivo ele relaciona uma série de funções inerentes à natureza da atividade de Turismo, tais como o conjunto de fatores que geram as motivações de viagens e a escolha das áreas de destinação turística; o deslocamento de indivíduos no contínuo espaço de tempo; os equipamentos de transporte oferecidos ao tráfego de pessoas; o tempo de permanência na área receptora; a disponibilidade e a solicitação não só de equipamentos de alojamento hoteleiro e extra-hoteleiro, mas também equipamentos complementares de alimentação; a disponibilidade e a solicitação de equipamentos e instalações de recreação e entretenimento; a função dos bens turísticos; o processo de produção e distribuição desses bens e serviços; e também a estrutura e o comportamento de gastos do turista.

Emergem desse repertório de funções primárias e inerentes à atividade

funções derivadas que ampliam e consolidam o contexto em que ela se processa, contidas no ambiente natural, cultural, social e econômico, e nas funções de organização e operacionalização. Destacamos a tentativa de uma abordagem totalizadora do fenômeno turístico, ensaiada por Beni nessa passagem da obra.

A partir dessa base conceitual o autor configura o diagrama de contexto do Sistema de Turismo, que permite visualizar três grandes conjuntos: o das Relações Ambientais, o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total. No próximo capítulo serão descritos cada um dos componentes do sistema.



**Figura 3 - O Modelo Sistur**

Fonte: Beni (1998)

Nos capítulos seguintes o SISTUR será analisado a partir do estudo de caso realizado em Foz do Iguaçu e os princípios da teoria da complexidade e categorias operacionais.

## 2 CAMINHO DA DESCONSTRUÇÃO DO MODELO SISTUR

### 2.1 Percurso Metodológico

Esta pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, é uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos dirigidos à resolução de um problema específico sobre a complexidade que se apresenta diante do fenômeno turístico a qual vai muito além da representação exposta pelo modelo sistêmico - SISTUR. O que coloca a seguinte problematização: Como compreender o turismo enquanto fenômeno, a partir de um modelo referencial que permita desvelar sua complexidade como um ecossistema?

Para melhor abordagem do problema optou-se pela forma qualitativa, pois considera que existe uma relação entre o sujeito e o universo real, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números.

Ao escolher o trajeto a ser percorrido neste estudo optou-se por uma abordagem qualitativa, na qual “[...] o objeto deixa de ser tomado como um dado inerte e neutro, o Sujeito é considerado como parte integrante do processo do conhecimento, atribuindo significados, àquilo que pesquisa” (SANTAELLA, 2001, p. 143), ou seja, inserindo conhecimento ao conhecimento, através da compreensão. Ela evita números, lida com as interpretações das *realidades sociais*. Os seus resultados são vistos como *verdades temporárias*. É considerada menos dogmática com relação às questões metodológicas.

A abordagem qualitativa possui caráter representativo e descritivo, a interpretação dos resultados surge da especulação do objeto de estudo na sua totalidade, de forma lógica e consistente. Ademais, essa metodologia se preocupa com o processo e não apenas com os resultados e o produto.

Tendo como objetivos: Analisar o modelo teórico do SISTUR, enquanto noção operatória diante de suas possibilidades e limites para a teoria da



complexidade; Analisar a propriedade metodológica do modelo do SISTUR na construção de um campo turístico a partir do diagnóstico realizado na cidade de Foz de Iguaçu; Agregar categorias analíticas ao modelo do SISTUR visando ampliar sua representação diante da complexidade do fenômeno turístico.

Parte-se do pressuposto que o método não é constituído por modelos fechados e reproduzíveis, mas que seria um percurso construído em simultâneo com o próprio desencadear da pesquisa, atendendo ao que Bourdieu (2011, p.20) apresenta como o desafio de “converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas”, pensando-os na sua complexidade, pois, a partir de Hegel “o real é relacional”.

Para Morin (2005) a ciência é intrínseca, histórica, sociológica e eticamente, complexa e é essa complexidade específica que é preciso reconhecer. A ciência tem necessidade não apenas de um pensamento apto a considerar a complexidade do real, mas desse mesmo pensamento para considerar sua própria complexidade e das questões que ela levanta para a humanidade.

No presente caso, busca-se o relacional a partir do estudo do modelo teórico SISTUR, e sua análise pela inter-relação das noções operatórias de campo e habitus de Bourdieu e os princípios da teoria da complexidade de Morin buscando a compreensão ainda que parcial e provisória do turismo, e o seu entendimento enquanto fenômeno sociocultural, fruto de inter-relações complexas.

A investigação tem como preocupação a análise e reconstrução do modelo sistêmico do SISTUR a partir de sua aplicação na realidade empírica. Para explicitar o caminho metodológico sugerido para realização dessa pesquisa utilizam-se os termos explicitados por Bruyne (1977). Segundo o autor, sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa se apresenta num espaço determinado pela articulação de diferentes instâncias, diferentes polos que formam uma espécie de campo de forças, e a submetem a determinados fluxos e exigências internas.

Para Bruyne, nesse espaço podem ser distinguidos quatro polos metodológicos que não configuram momentos separados da pesquisa, mas aspectos particulares de uma mesma realidade. Esses quatro polos definem um

campo metodológico que assegura a cientificidade das práticas de pesquisa (BRUYNE, 1977, p.35).

O polo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica. Ao longo de toda a pesquisa ele se encarrega de renovar a ruptura dos objetos científicos com os do senso comum. Segundo Bruyne (1977) é o polo que explicita as regras de construção do objeto científico, critica seus fundamentos. O polo epistemológico diz respeito aos métodos e processos discursivos que impregnam com sua lógica a abordagem do pesquisador.

No caso dessa pesquisa o método escolhido para a abordagem do tema é a Dialética - histórico - materialista, a qual segundo Demo (1995, p.88) é a metodologia mais conveniente para compreender a realidade social, e para além das condições objetivas, a realidade social é movida igualmente por condições subjetivas.

A opção se faz pela coerência com o tema proposto nessa pesquisa a análise de um modelo teórico. Para Bruyne, no sentido metodológico a dialética considera a relação entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por essa ciência (BRUYNE, 1977, p.65).

A dialética é um pensamento que se move no tempo, mas que se inscreve no espaço, que vai da forma lógica, racional ao conteúdo prático. É a tentativa de conceber a cada momento a análise como uma parte do processo social analisado. Isso implica na renúncia à suposição de uma relação externa puramente contingente entre os instrumentos analíticos e os dados analisados (HABERMAS, 1970 apud BRUYNE, 1977).

O polo teórico descrito por Bruyne (1977) como aquele que guia a elaboração de hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da elaboração das linguagens científicas e determina o movimento da conceitualização. Propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas.

O polo teórico implica na escolha dos quadros de referência que desempenham um papel paradigmático implícito. Na presente pesquisa o polo teórico tem como referência para a reconstrução do objeto, a teoria da complexidade expressa por Morin.

Conforme Bachelard (s/d apud MORAES, 2004) “compreender um fenômeno novo não é somente acrescentá-lo a um saber adquirido, mas reorganizar os princípios do saber”. Em busca da ressignificação do SISTUR de BENI para a compreensão do turismo enquanto fenômeno complexo será realizado um exercício de reconstrução do modelo tendo como referência o pensamento ecossistêmico. Para isso serão considerados a teoria da Complexidade de Morin (2000) e alguns pressupostos expostos por Moraes (2004) que fundamentam o pensamento “ecossistêmico” e dialogam com as especificidades do turismo, são eles: interatividade, complexidade, emergência, auto-organização, autonomia, incerteza, causalidade circular e transdisciplinaridade, a esses pressupostos agregam – se as categorias campo e habitus expostas por Bourdieu.

O terceiro polo exposto por Bruyne (1977) se refere às regras de estruturação e formação do objeto científico, lhe impondo certa ordem entre seus elementos. Chamado de polo morfológico ele suscita diversas modalidades de quadros de análise, diversos métodos de ordenação dos elementos. O polo morfológico escolhido para a realização desta pesquisa é descrito como o modelo sistêmico, fundamentado pela TGS - Teoria Geral dos Sistemas. O modelo sistêmico no ponto de vista morfológico pode ser entendido como conjunto de elementos que se encontram inter-relacionados entre si e seus ambientes.

O modelo teórico SISTUR de Beni (1998) foi construído fundamentado pela teoria geral dos sistemas e representa o turismo enquanto um sistema composto de subsistemas interligados, o que justifica a escolha do modelo para a realização do estudo tendo como quadro teórico a corrente estruturalista. Na reconstrução do modelo nessa pesquisa opta-se pelo modelo sistêmico complexo, tendo como quadro referencial a complexidade e seus princípios já citados anteriormente.

A modelização na perspectiva da teoria dos sistemas permite a inteligibilidade do mundo sem eliminar a sua complexidade. Funda a sua originalidade na sua capacidade de respeitar esta dialética constitutiva de toda complexidade: transformar-se funcionando e funcionar transformando-se, mantendo a sua identidade.

O quarto polo metodológico descrito é polo técnico que se refere a coleta de dados definidos pelos modos de investigação no caso específico trata-se de uma

pesquisa teórica documental. Os dados serão construídos a partir do recorte espacial da aplicação do modelo do SISTUR do Beni, realizada no estudo da cidade de Foz do Iguaçu visando à construção do Campo Turístico, temporalmente no período de 2011-2012.

## **2.2 Categorias operatórias em Bourdieu**

Na presente pesquisa, busca-se o relacional na aproximação das três vertentes teóricas: campo, habitus e sistema orgânico. A apropriação da teoria geral dos campos de Bourdieu, neste estudo tem o sentido do termo “apropriação” como parte do esquema conceitual de Roger Chartier para explicitar os processos de produção de sentido que configuraram a leitura como criação, matizando a compreensão das várias “interpretações” feitas entre nós. Chartier (1998, p. 74) refere-se ao conceito sustentando que:

[...] a apropriação tal como a entendemos visa a uma história social dos usos e interpretações referidos a suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar, assim, atenção às condições e aos processos que, concretamente, conduzem as operações de construção do sentido (na relação de leitura e nos outros casos também), é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam filosóficas ou fenomenológicas, estão por se construir na descontinuidade das trajetórias históricas.

O habitus é entendido como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo.

Em “A força do sentido” (1974), Sergio Miceli escreve que o habitus constitui a matriz que dá conta da série de estruturações e reestruturações por que passam as diversas modalidades de experiências diacronicamente determinadas dos agentes. Nesse sentido, assim como as primeiras experiências dos atores sociais vividas no ambiente familiar (isto é, o habitus adquirido nas relações familiares) são condições primordiais para a estruturação das experiências escolares, o habitus transformado pela ação escolar constitui o princípio de estruturação de todas as experiências ulteriores, incluindo desde a recepção das mensagens produzidas pela indústria cultural até as experiências profissionais. Já a prática é entendida como o “produto de uma relação dialética entre uma situação e um habitus” para Bourdieu (2010).

Bourdieu chama de “situação” a categoria que, progressivamente, irá receber a denominação de campo, principalmente os situados na esfera da vida simbólica (campo da moda, das instituições de ensino, da literatura, do esporte, da filosofia, dos intelectuais etc.). A abordagem dos campos seria inseparável da análise da gênese das estruturas mentais dos atores que neles participam, as quais de certa forma constituem produto da interiorização dessas estruturas objetivas. (MARTINS, 2002, p. 176).

Bourdieu substitui a noção de sociedade pela de campo, pois entende que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos.

Para Lahire (2002) o elemento fundamental e relativamente invariante da definição do campo é sua concepção como microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social podendo ser regional, ou global.

Esta noção impõe ao campo regras de um jogo e desafios específicos irredutíveis às regras de jogo ou aos desafios dos outros campos, ou seja, tomando como exemplo o estudo realizado em Foz do Iguaçu, as formas de produção e reprodução do capital pelo comércio de fronteira – e a maneira como atuam estes comerciantes – nada tem a ver com a forma como atuam os empresários do setor do turismo – e a maneira como concebem seu negócio – um hoteleiro ou um agente de

viagem receptivo. Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo o fluxo de fronteira.

“A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo” (LAHIRE, 2002, p. 47-48) Analisar as estratégias dos agentes permitirá ao investigador entender como os atores do processo histórico se posicionam no campo, o poder simbólico que se estabeleceu ao longo do tempo em torno destes empreendimentos e subsequentes atores, e/ou políticas públicas que influenciaram na territorialidade estabelecida na região.

Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos ‘últimos a chegar’). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre “antigos” e “modernos”, “ortodoxos” e “heterodoxos [...]” (LAHIRE, 2002, p. 47-48).

Assim, no que se refere especificamente à noção de campo, Lahire (2002) nos diz que a teoria dos campos mostra pouco interesse para a vida fora do palco ou fora do campo dos agentes que lutam dentro de um campo.

O sistema simbólico em Bourdieu, segundo Miceli (BOURDIEU, 2003, p. 15), teria uma lógica própria, ou seja, funcionaria como texto. A produção simbólica, por sua vez, seria um microcosmo da luta simbólica entre classes e, quando e se alcançada a sua autonomização, passaria a se constituir como um campo, ou seja, um campo de produção como espaço social de relações objetivas. Mais especificamente, entenda-se campo como o “espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social, o quantum entendido como capital social” (ORTIZ apud BOURDIEU, 1983, p. 21). Falar em autonomia deste campo “implica a existência de

uma relativa independência dos campos em relação às transformações políticas e econômicas que ocorrem na sociedade” (ORTIZ apud BOURDIEU 1983 p. 27).

Estas relações objetivas registrar-se-iam na forma de *habitus*, ou seja:

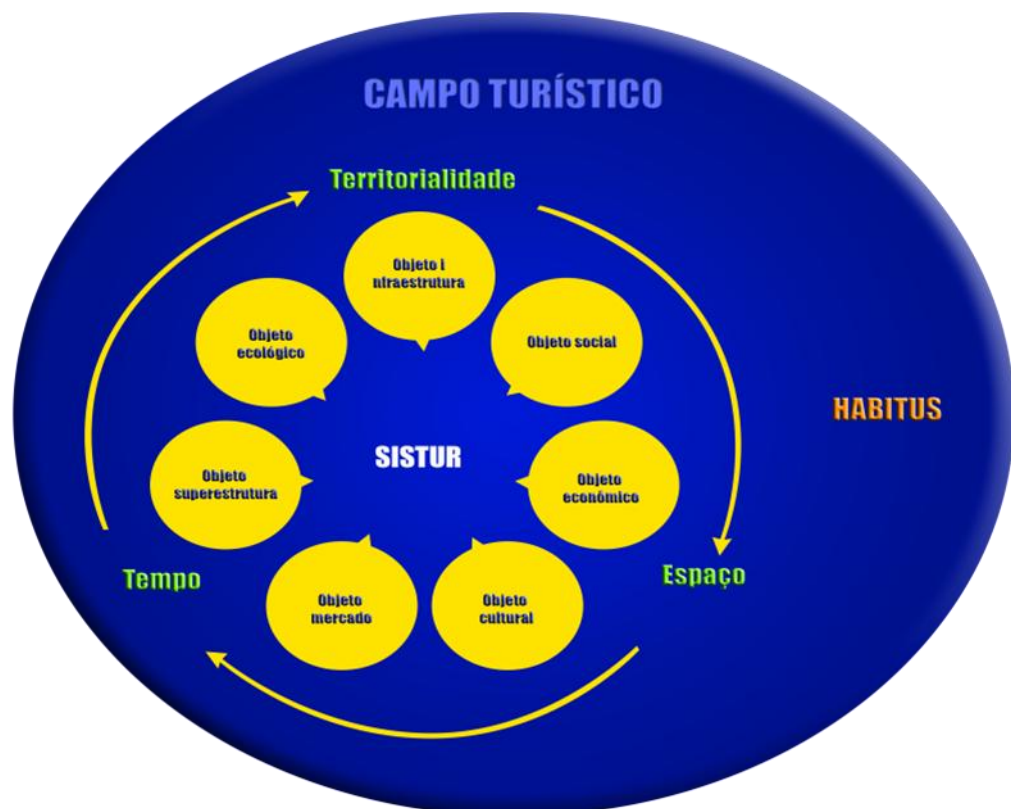
[...] um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, que torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados (MICELI apud BOURDIEU, 2003, p.41).

A ideia de sistemas simbólicos – constituídos em campos, produzindo e reproduzindo *habitus* – teria nos discursos os seus campos de força, embora a força de comunicação destes mesmos discursos nunca está inteiramente no discurso, nem mesmo nas relações de comunicação; uma verdadeira ciência do discurso deve buscá-la no discurso, mas também fora ele, nas condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores e da relação entre eles (BOURDIEU, 1983, p. 162).

Para explicar os discursos, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona; a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólica que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que alguns estejam impossibilitados de falar (por exemplo, as mulheres) ou devam conquistar seu público, enquanto que outros estão em país conquistado – mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com certas categorias ausentes (ou representadas somente por porta-vozes). Estas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não pode ser dito num grupo (BOURDIEU, 1983, p. 163).

Para Bourdieu (1989), às *formas simbólicas* – ciência, arte, religião, língua, mito e, acrescentar-se-ia, o turismo – seriam *estruturas estruturantes, ou seja*, instrumentos de conhecimento e de construção de um mundo objetivo.

Assim o percurso científico de campo a partir de Bourdieu (2011), soma-se a teorização de Jameson (1992), no que esta avança para problematizar dialeticamente o princípio marxista da relação infraestrutura – superestrutura. Ao tecer estes quadros interpretativos busca-se o resgate dos percursos de *construção de sentido* em termos de um *texto* turístico emergindo em um *campo* turístico específico, conforme figura 4.



**Figura 4 - Campo Turístico**

Fonte: Poloiguassu (2012)

### 2.3 Os princípios da teoria da complexidade

Em 1982, Capra em seu livro ponto de mutação apresenta um esquema conceitual de sistema. A concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e de integração. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos



elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização.

Os exemplos de sistemas são abundantes na natureza. Todo e qualquer organismo — desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais — é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo. As células são sistemas vivos, assim como os vários tecidos e órgãos do corpo, sendo o cérebro humano o exemplo mais complexo. Mas os sistemas não estão limitados a organismos individuais e suas partes.

Os mesmos aspectos de totalidade são exibidos por sistemas sociais — como o formigueiro, a colméia ou uma família humana — e por ecossistemas que consistem numa variedade de organismos e matéria inanimada em interação mútua. O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações entre eles (CAPRA, 1982).

Embora o organismo como um todo exiba regularidades e tipos de comportamento bem definidos, as relações entre suas partes não são rigidamente determinadas. O comportamento das partes individuais pode, de fato, ser tão singular e irregular que não apresenta qualquer sinal de relevância no que se refere à ordem de todo o sistema.

Essa ordem resulta de atividades coordenadoras que não constroem rigidamente as partes, mas deixam margem para variação e flexibilidade, e é essa flexibilidade que habilita os organismos vivos a adaptarem-se a novas circunstâncias.

As máquinas funcionam de acordo com cadeias lineares de causa e efeito, e quando sofrem uma avaria pode ser usualmente identificada uma causa única para tal defeito. Em contrapartida, o funcionamento dos organismos é guiado por modelos cíclicos de fluxo de informação, conhecidos por laços de realimentação. Por exemplo, o componente A pode afetar o componente B; B pode afetar C; e C pode "realimentar" A e assim fechar o circuito. Quando tal sistema sofre uma avaria, esta é usualmente causada por múltiplos fatores que podem ampliar-se reciprocamente através de laços interdependentes de realimentação. De modo geral, é irrelevante saber qual desses fatores foi a causa inicial do colapso.

Os sistemas auto-organizadores exibem certo grau de autonomia; por exemplo, eles tendem a estabelecer seu tamanho de acordo com princípios internos de organização, independentemente de influências ambientais. Isso não significa que os sistemas vivos estejam isolados do seu meio ambiente; pelo contrário, interagem continuamente com ele, mas essa interação não determina sua organização. Os dois principais fenômenos dinâmicos da auto-organização são a autorrenovação — a capacidade dos sistemas vivos de renovar e reciclar continuamente seus componentes, sem deixar de manter a integridade de sua estrutura global — e a autotranscendência — a capacidade de se dirigir criativamente para além das fronteiras físicas e mentais nos processos de aprendizagem, desenvolvimento e evolução. Do ponto de vista sistêmico, determinismo e liberdade são conceitos relativos.

Na medida em que um sistema é autônomo em relação ao seu meio ambiente, ele é livre; na medida em que depender dele, através de interação contínua, sua atividade será modelada por influências ambientais. A relativa autonomia dos organismos geralmente aumenta com sua complexidade, e atinge o auge nos seres humanos.

Alexander Bogdanov (s/d, apud CAPRA, 1982), médico, filósofo e economista russo identificou três tipos de sistemas complexos: 1. Organizados – o todo é maior que a soma das partes; 2. Desorganizados – o todo é menor que a soma das partes e 3. Neutros – a organização e desorganização se anulam mutuamente.

O estudo detalhado dos ecossistemas mostrou com muita clareza que a maioria das relações entre organismos vivos são essencialmente cooperativas, caracterizadas pela coexistência e a interdependência, e simbióticas em vários graus.

Embora haja competição, esta ocorre usualmente num contexto mais amplo de cooperação, de modo que o sistema maior é mantido em equilíbrio. Esse *insight* está em profundo contraste com os pontos de vista dos darwinistas sociais, que viam a vida exclusivamente em termos de competição, luta e destruição (CAPRA, 1982).

As questões reducionismo/holismo constituem-se, a partir da noção orgânica do mundo, o cerne do sistema da vida. A abordagem sistêmica se propõe a um pensamento sintético e explica o comportamento dentro de uma visão teleológica, que explica algo a partir do que este algo estabelece como finalidade.

Esta visão teleológica e este pensamento pretensamente sintético dos sistêmicos em nada explicitam como o sistema abarca as superações históricas, ou seja, a transição de um sistema a outro.

Convém retomar a ideia básica da T.G.S., segundo Bertalanffy (1968, p.53), “[...] é necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferentes quando estudado isoladamente”. Já Capra (1982), não discorda desse pensamento, mas enfatiza a natureza dinâmica das partes, salientando que “suas formas não são estruturas rígidas, mas manifestações flexíveis, embora estáveis, de processos subjacentes.”

Para caracterizar o sistemismo é importante considerarmos:

a) os sistemas existem dentro de sistemas pois “quanto mais estudamos o mundo, vivo, mais nos apercebemos de que a tendência para a associação, para o estabelecimento de vínculos para *viver* uns dentro de outros e cooperar, é característica essencial dos seres *vivos*”;

b) globalismo - a natureza orgânica é autônoma, mas ao mesmo tempo um componente de um organismo maior. A ordem é resultado da auto-organização dos subsistemas em sistemas globais;

c) entropia - desgaste do próprio sistema que é repostado pela autorregulamentação do mesmo;

d) retroalimentação - os sistemas se auto-alimentam na medida em que interagem com outros. Isso para Capra (1982, p. 262), foi considerado como uma distinção entre os mecanismos orgânicos e de máquina.

Convém ressaltar que o processo de realimentação é sempre proposto em termos da busca do equilíbrio. Capra (1982) prefere o uso da palavra estabilidade ao

*invés* de equilíbrio. Para ele "a estabilidade de sistemas auto-organizadores é profundamente dinâmica e não *deve* ser confundida com equilíbrio. Consiste em manter a mesma estrutura global apesar de mudanças e substituições contínuas de seus componentes" (CAPRA, 1982, p.264).

Uma visão sistêmica vem responder ao desafio de compreender uma situação na qual o homem é sujeito e objeto. Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes e em crise. Essa crise segundo Capra é resultado de uma crise de percepção ela deriva do fato de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo obsoleta — a visão de mundo mecanicista da ciência cartesiano-newtoniana — a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos.

Morin ao elaborar sobre a complexidade parte da recusa a simplificação e propõe uma visão sistêmica, para ele a complexidade do real pode estimular a complexidade do pensamento.

A partir da desconstrução do discurso cartesiano, Moigne (1997) apresenta quatro preceitos do novo discurso que embasam a teoria da modelização ou teoria do sistema geral.

Enquanto o discurso cartesiano afirma a busca por uma verdade a partir das evidências em relação ao fenômeno, o primeiro preceito proposto pelo novo discurso segundo Moigne (1997) é o da pertinência, podemos aceitar qualquer coisa como verdadeira: "todo objeto que consideramos se define por relação às intenções implícitas ou explícitas do modelizador".

O segundo preceito proposto por Decartes é o reducionista, em que a análise deve ser decomposta em quantas partes for possível, para a compreensão do fenômeno ou estudo do objeto. O novo discurso, conforme Moigne (1997) propõe o globalismo como preceito, considerando que o objeto está inserido em uma parte maior e deve ser percebido na sua relação funcional com o seu ambiente sem se preocupar em estabelecer uma imagem fiel de sua estrutura interna.

A explicação científica a partir do preceito da casualidade, conforme o discurso cartesiano, o mundo é dotado de uma estrutura e essa estrutura incorpora

leis causa-efeito invariantes. Ser racional é comportar-se em conformidade com leis já identificadas ou levantar a hipótese de que existem leis na natureza e considerar a razão com a sua identificação, for disso não haveria racionalidade (MOIGNE, 1997, p. 48).

Nessa perspectiva vivemos procurando uma melhor maneira, buscando separar os meios e os fins e determinar o único meio melhor assim que um fim tenha sido claramente fixado. Em contraposição o novo discurso do método propõe o preceito da teleologia que engloba o velho discurso, porém renega a universalização e o monopólio da racionalidade, Moigne (1997, p.48). A explicação passa a ser contingente e o objeto pode ser interpretado pelo seu comportamento e os recursos que ele mobiliza o que anteriormente foi exposto por Parsons (1951) para a compreensão do sistema social.

O último preceito proposto pelo novo discurso é o da agregatividade em contraposição a exaustividade em busca de uma objetividade, o preceito da agregatividade reconhece que toda representa.

De acordo com Moigne (1997, p. 54) “Não pretendemos explicar ‘tudo’ de um objeto, mas mais modestamente, interpretar o que nos interessa sem nos certificarmos da totalidade desta interpretação”.

O paradigma é conceituado por Moigne (1997) como esquema global de algumas hipóteses de base sobre as quais cada época científica baseia as suas orientações privilegiadas de investigação baliza a concepção do universo que cada ser humano forja.

O autor destaca o paradigma mecanicista racional, segundo Moigne (1997) a construção que encarna de modo mais fiel o discurso cartesiano, sob o qual todo objeto é suscetível de ser explicado. Surgida no século XIX, esta explicação funda-se na identificação da estrutura do objeto, cuja é única e invariante. Nessa perspectiva a estrutura é a causa e condição necessária e suficiente do efeito e da função assegurada pelo objeto. Assim o conhecimento do objeto se dá pelo conhecimento de suas estruturas.

Ainda no século XIX a partir da termodinâmica Boltzmann citado por Moigne (1997) introduz o paradigma mecanicista estatístico, uma alternativa na qual o centro

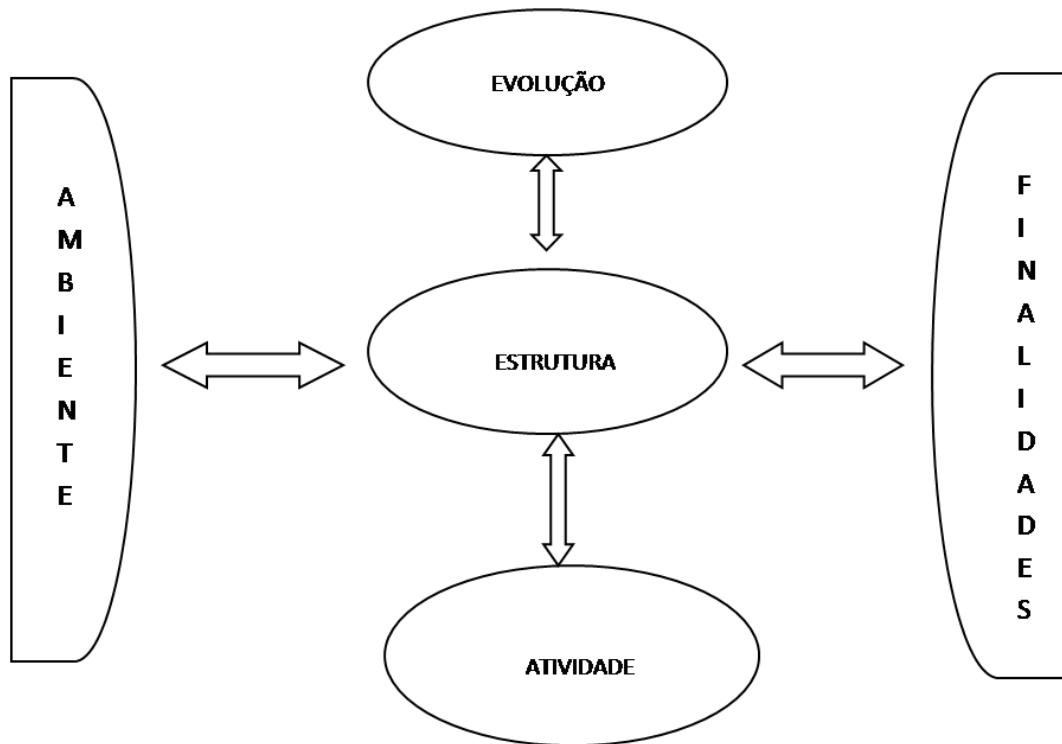
de interesse passa das entidades estabelecidas pela análise clássica às qualidades possuídas pelo sistema considerado como um todo que não pode ser decomposto.

A procura de um paradigma unificador manifesta-se entre 1950 e 1970, o paradigma estruturalista. Numa efervescência intelectual a diferenciação do paradigma estruturalista pareceu por instantes prometer um novo discurso do método. Para Piaget (1968, p.123 apud MOIGNE, 1997) o estruturalismo era um método e não uma doutrina. Propunha um procedimento global que descrevesse ao mesmo tempo o objeto na sua totalidade funcionante e evolutiva. O objeto era percebido na sua totalidade e estruturado, não de uma forma estática, mas por meio de um sistema de transformação.

De acordo com Moigne (1997) há uma contradição epistemológica profunda entre os estruturalistas, pois de um lado afirmavam ser impossível se desfazer, ainda que provisoriamente, do postulado da objetividade, entretanto a objetividade os obrigava a reconhecer o caráter teleonômico dos seres vivos e há admitir que nas suas estruturas e performances realizam e perseguem um projeto.

Essa contradição epistemológica profunda é reconhecida e assumida pela ciência. As reações contra o dogmatismo são periódicas e fecundas. Em 1948, Wiener funda a cibernética. O paradigma cibernético propõe uma espécie de inversão da perspectiva modelizador: em vez de centrar a atenção do modelizador nos mecanismos ou nas estruturas orgânicas, vai ignorá-lo encerrando-os em caixas negras, privilegiando a interpretação dos comportamentos.

Partindo de uma intenção de investigação dos métodos para bem conduzir a sua razão e representar o mundo cognoscível, emergiu progressivamente o paradigma sistêmico representado na figura 5. Batizado também de sistema geral a descrição deste esquema pareceu tipificar as articulações essenciais desse discurso.



**Figura 5 - Paradigma Sistêmico**

Fonte: Moigne (1997)

Para Morin, o 'todo' é complexo. Assim, é necessário estabelecermos uma análise dialógica, para entendermos a parte, que, por sua vez, também é complexa, como o todo. O todo é complexo como as partes, e essa Complexidade estão presentes no indivíduo, que, a partir do seu processo organizador, torna-se Sujeito. O todo está presente no cosmos, na vida e na ciência. É ele que justifica os princípios da ordem, da desordem e da organização dos sistemas, que originam a vida e a morte num processo dialógico. Para ele, o caminho da incerteza é um caminho, para compreendermos, provisoriamente, as contradições e aceitarmos o imprevisível. O Paradigma da Complexidade parte de um pensamento (MORIN, 2000a, p. 88):

[...] – que compreenda que o conhecimento das partes, depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;

– que reconheça e examine os fenômenos multidimensionalmente, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma das suas dimensões;

– que reconheça e trate as realidades, que são concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula);

– que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade.

Portanto, neste contexto, parece que a transdisciplinaridade é o caminho que necessitamos percorrer para rompermos os limites entre as disciplinas, que fragmentam o saber. Neste sentido, parece ser fundamental substituímos um pensamento que isola, separa, reduz disjunta, simplifica por outro que distingue, mas une, libera, enfim, é *complexo*.

Morin demonstra que tudo que parece estar disjunto, na realidade, deve ser visto como um todo, pois está *interconectado*, através de uma ordem/desordem/organização.

Castrogiovanni (2004) descreve sete princípios que compõem o pensamento complexo. Morin (1999) observa que o termo Complexo vem de *Complexus*, que significa originalmente *o que se tece junto*. O Pensamento Complexo busca distinguir e ligar, não através da certeza, mas das incertezas que acarretam dúvidas provisórias. “O objetivo do Pensamento Complexo é, ao mesmo tempo, unir (contextualizar e Globalizar) e aceitar o desafio da incerteza. Como?” (MORIN, 2000, p. 32). Ele propõe que façamos isso, através das noções de ordem, desordem, organização, Sujeito, autonomia, auto-eco-organização, como elementos decorrentes e presentes na Complexidade.

Morin acredita que o homem evolui com o universo e não no universo. Após a deflagração do universo, tudo ocorre *no* e *a* partir de um processo de evolução. Há um processo evolutivo cosmo-bio-antropológico contínuo, cada vez mais complexo. “O homem não é uma entidade estanque em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, em relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema” (MORIN, 1975, p. 31). Esse sistema aberto faz emergir um Sujeito



inacabado, capaz de regenerar-se e de auto-organizar-se, no processo de auto-eco-organização e auto-exo-organização.

A seguir destacam-se sete princípios que compõem o pensamento complexo:

- Princípio sistêmico ou organizacional. Trata da ideia de que o todo é mais do que a soma das partes, não como um produto de adição, mas como um produto de uma dinâmica interna auto-organizacional, uma dinâmica conjunta envolvendo as diversas partes. Por outro lado, a soma do todo é igualmente menos do que a soma das partes, cujas qualidades são inibidas pela organização que assume o conjunto. Como observa Morin (2002a, p. 137), “[...] o postulado implícito ou explícito de toda sociologia humana é que a sociedade não saberia ser considerada como a soma dos indivíduos que a compõem, mas constitui uma entidade dotada de qualidades específicas.”

Para Castrogiovanni (2005) o Espaço Turístico deveria ser considerado como uma entidade que se constitui pelas suas qualidades específicas, que nascem das associações, das combinações, das relações entre os Sujeitos e os elementos que Forma(m) o Lugar e não de *interesses economicistas*, muitas vezes individualistas, externos ao Lugar. No Turismo, acreditamos, neste momento, que os atrativos, que são parte do todo, mas que se fazem existir, através das associações, das combinações, da vida que emerge do todo, enquanto o todo – Espaço Turístico, retroage sobre as partes, *emergindo*.

Segundo Moraes (2004) a capacidade de auto-organização dos sistemas faz com que determinadas totalidades/ partes, surjam como propriedades e qualidades diferentes, nem sempre semelhantes ao sistema que lhes deu origem, razão pela qual se diz que o todo não pode ser simplesmente reduzido à soma de suas partes ou de seus componentes. Morin (2002a) introduz, neste princípio, a categoria das *emergências*, ou seja, a organização de um todo produz qualidades ou propriedades novas em relação às partes, consideradas isoladamente.

Para Moraes (2004) emergência pode ser vista como algo que surge sem precedentes, ou sem ser determinado pelo passado, como consequência do indeterminismo inscrito no tecido do universo, como resultado de processos

biológicos e físico químicos auto-organizadores. Embora saibamos que alguns processos do universo também podem ser regulados por processos deterministas da mecânica clássica, do tipo causa e efeito.

Outro aspecto é que, “[...] o todo é, igualmente, menos que a soma das partes, cujas qualidades são inibidas pela organização do conjunto” (MORIN, 2000a, p. 94). No Turismo, acreditamos, neste momento, que os atrativos, que são parte do todo, mas que se fazem existir, através das associações, das combinações, da vida que emerge do todo, enquanto o todo – Espaço Turístico, retroage sobre as partes, emergindo (CASTROGIOVANNI, 2005).

- O princípio chamado de hologramático. É inspirado na ideia do holograma, na qual cada ponto contém a quase totalidade da informação do objeto representado. Colocam em evidência esses aparentes paradoxos nos sistemas complexos, em que o todo está nas diferentes partes, como as partes estão no todo. (CASTROGIOVANNI, 2004, p.124) em sua tese, demonstra esse princípio considerando o espaço geográfico e o lugar:

Se tomarmos o Espaço Geográfico, o todo espacial está nos diferentes Lugares e os diferentes Lugares fazem parte do todo, pois as relações que se estabelecem não respeitam, necessariamente, os *limites políticos/territoriais/culturais*. Há uma organização Global(ização), que evidencia/sugere que cada ponto do Espaço Turístico representa o todo – Patrimônio Turístico Mundial Cada indivíduo, que é um *ponto individual* na sociedade, como todo, aparece, como Sujeito, através da Comunicação, da Cultura, da autoria. O Sujeito, como uno, torna-se relativo com relação ao outro. Será da mesma forma com o atrativo turístico?

- O princípio do círculo do anel retroativo rompe a ideia da causalidade linear. O círculo retroativo permite um processo autorregulador, ou seja, de continuidade, pois a causa age sobre o efeito, e este age sobre a causa. A própria sociedade, pela sua dinamicidade, está sempre buscando, através de diferentes ações sociais, políticas ou psicológicas, a manutenção dela própria. Isto introduz o próximo princípio – o círculo recursivo. Morin (2000d, p. 33) observa que esse mecanismo de regulação (ou *feedback*) possibilita “[...] na sua forma negativa, reduzir

o desvio e, assim, estabiliza um sistema. Na sua forma positiva, o *feedback* é um mecanismo amplificador [...]”determinando, enquanto resposta, outra ação com mais resultados.

- O princípio do círculo recursivo ultrapassa a noção de regulação para a de autoprodução e de auto-regulação. Os produtos e os efeitos são eles próprios, vistos como os produtores e causadores daquilo que os produz. Este princípio é de extrema importância para o Turismo, pois revela que os Sujeitos são os produtores e os causadores do que produzem. Em outras palavras, o Espaço Turístico parece ser a causa e a consequência da (inter)ação dos Sujeitos, na apropriação dos *meios* que compreendem/constituem o Espaço Geográfico. “Os indivíduos humanos produzem a sociedade nas – e através de – suas interações, mas a sociedade, enquanto todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos apontando-lhes a linguagem e a Cultura.” (MORIN, 2002, p. 289) Estas autoprodução e auto-organização parecem ser comandados pela Comunicação. A Comunicação constitui uma ligação organizacional, que assegura às inter-relações, as interações, as retroações, utilizando e construindo uma variedade de sinais e signos (CASTROGIOVANNI, 2004).

- O princípio da auto-eco-organização. Por este princípio, através da auto-organização, os indivíduos se autoproduzem ininterruptamente e gastam energia para salvaguardar a sua autonomia. Os Sujeitos possuem, ao mesmo tempo, autonomia e dependência, lidando com as duas ideias antagônicas, mas necessárias, pois a morte e a vida são complementares.

Morin (2001a, p. 53) ressalta que possui uma eco-organização “[...] tão complexa, tão redefinida, tão bem temperada e regulada, que tudo acontece como se fosse uma organização computacional/informacional/comunicacional recebendo informações e emitindo instruções.”, ou seja, uma eco comunicação. Não podemos esquecer que cada ser vivo é um emissor/receptor. Para o autor, a eco comunicação se constitui não somente por solidariedade entre emissor e receptor, mas por antagonismos. Através dos antagonismos, os sistemas não comunicantes também comunicam. O *ruído* é visto como fator de Complexidade, de refinamento, de sutileza e a meta de sua superação enriquecem a eco comunicação.

O Sujeito, que é um indivíduo, ao mesmo tempo, representa um microconceito e também possui eco-organização como uno, embora não passe de um ponto na imensidade do espaço e do tempo. “Dentro de cada sociedade, cada indivíduo é, ao mesmo tempo, um Sujeito egocêntrico e um momento/elemento de um todo sociológico” (MORIN, 2002 d, p. 167). É, efetivamente, um ponto, mas o ponto existe não só pela sua concentração espacial, mas pelos encontros sociais que o constituem a partir do que chamaríamos de *sócio-eco-organização*.

- O princípio dialógico. “Pode ser definido como sendo uma associação complexa (complementar/concorrente/antagônica) de instâncias necessárias em conjunto à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado” (MORIN, 1999a, p. 110). A dialógica permite assumir, racionalmente, a associação de ações contraditórias, para conceber um imenso fenômeno complexo. A dialógica entre a ordem, a desordem e a organização, através do que Morin (2002a) chama de inter-retroações, ocorre, através da Comunicação em qualquer sociedade; portanto, existe também em Foz do Iguaçu. Na dialogicidade, há sempre princípios contraditórios ou antagônicos, associados, sem que se possa resolvê-los numa síntese a vida é dialógica, pois “Nós vivemos de contradições, sem poder superá-las. Essas contradições nos fazem viver” (MORIN, 2002c, p. 55-56).

- O princípio da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento. Estes opera a restauração do Sujeito e revela o problema cognitivo central: da percepção à teoria científica, todo o conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito numa Cultura e num tempo determinado. Morin (2000c, p. 94-95) afirma que “A Comunicação não garante a compreensão. [...]. A compreensão humana vai além da explicação. [...]. Esta (*a compreensão*) comporta um conhecimento de Sujeito a Sujeito.” Compreender requer um processo de empatia, que está associado a uma Cultura e, portanto, a um tempo e a um espaço. Só é possível compreender através da Comunicação, pois, “[...] compreender comporta um processo de identificação e de projeção de Sujeito a Sujeito” (MORIN, 2000a, p. 93).

Estes sete princípios, embora colocados numa ordem, não obedecem à hierarquia, pois são complementares e interdependentes. São eles que encaminham para uma reforma do pensamento, de natureza não programática, mas paradigmática, porque concerne a nossa aptidão para organizar o conhecimento.

Morin (1998) utiliza o termo ecossistema sócio urbano para explicar o conjunto de fenômenos urbanos e o conjunto de fenômenos sociais. Também, chamado de pensamento ecossistêmico, para Moraes (2004) ele é capaz de captar interações e implicações mútuas, compreender as múltiplas realidades e os processos auto-organizacionais. Assim o pensamento ecossistêmico rompe com o velho dogma reducionista fragmentador da realidade e do conhecimento e consegue dar respostas sobre questões relacionadas à autonomia, à subjetividade e à aprendizagem.

Moraes (2004) apresenta o princípio da interatividade, que explica a natureza das relações ecológicas, indicando que o comportamento de um sistema influencia e é influenciado pelo comportamento do outro. Indica também que estamos interconectados por uma rede invisível na qual cada um de nós é apenas um de seus elos. Nenhum elo é isolável e qualquer ação repercute sobre os demais elos da cadeia. Portanto para compreender a dinâmica de qualquer organização é preciso também compreender as suas relações constituintes e seus padrões interativos. No caso de Foz do Iguaçu, buscou-se compreender as relações entre os sujeitos a partir das categorias de Bourdieu habitus e campo.

Este caminho metodológico permitiu a busca das respostas às questões de pesquisa orientadoras da investigação:

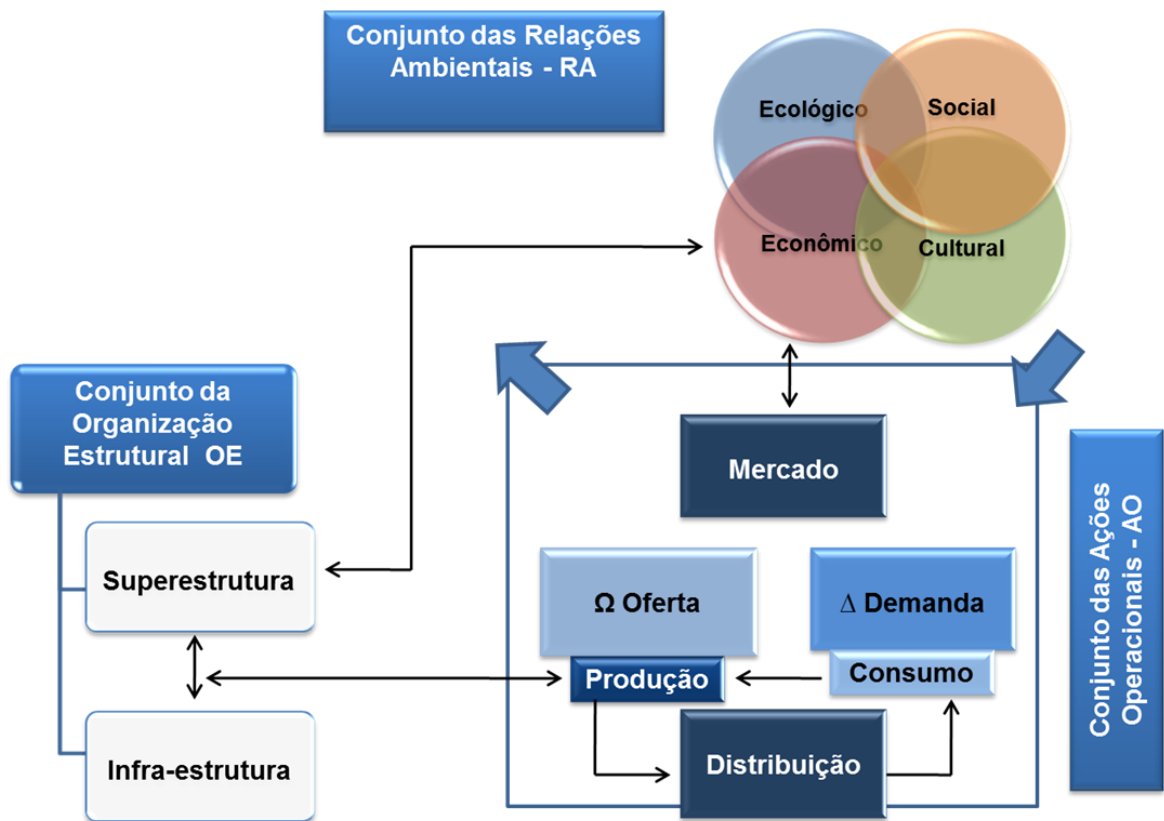
Quais seriam os componentes e as relações necessárias entre estes para a compreensão de um modelo ecossistêmico explicativo para o turismo?

Qual a propriedade metodológica do uso do modelo do SISTUR na construção de um campo turístico?

É possível no caminho de uma epistemologia do turismo relacionar categorias operacionais como SISTUR, campo turístico, habitus sob o paradigma da complexidade?

## 2.4 Descrição do objeto de estudo, o SISTUR

A fim de compreender a dinâmica do sistema serão descritos os componentes de cada um dos subsistemas e conjuntos que compõem o SISTUR.



**Figura 6 - Diagrama SISTUR**

Fonte: Beni (2013)

Considerando o turismo um sistema aberto e buscando descrevê-lo como um sistema sintetizador dinâmico que demonstrasse as combinações de força e energia, sempre em movimento, Beni (1997) relacionou uma série de funções inerentes a natureza da atividade de turismo, tais como: o conjunto de fatores motivadores das viagens e a escolha das áreas das destinações turísticas; o deslocamento de indivíduos no contínuo espaço tempo; o tempo de permanência na área receptora; a disponibilidade de solicitação de equipamentos de alojamento

hoteleiro e extra-hoteleiro, mas também de equipamentos complementares de alimentação; o processo de produção e distribuição desses bens e serviços; a fruição dos bens turísticos; e também a estrutura e o comportamento dos gastos do turista.

A partir dessa lista, Beni configura o que denomina de diagrama de contexto do Sistema de Turismo, formado por três grandes conjuntos: o das Relações Ambientais, o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais que interagem entre si. Cada componente desses conjuntos pode ser considerado um subsistema em si pois apresenta funções próprias e específicas, assumindo características individualizadas.

#### 2.4.1 Conjunto das Relações Ambientais

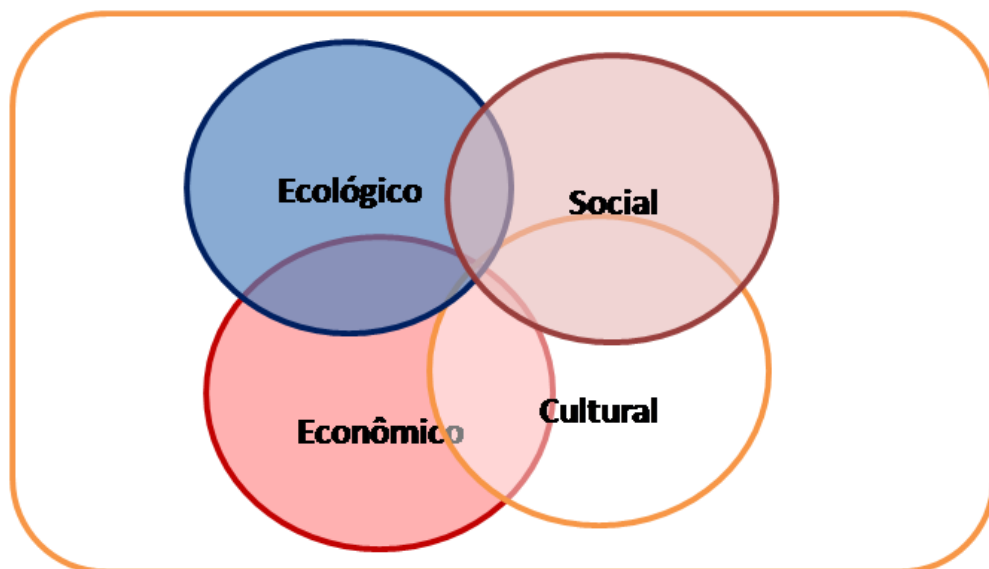
De acordo com o autor ao se correlacionar a atividade econômica isolada do setor de serviços, como transporte, ao turismo, esta passa a integrar o Sistur com um objetivo próprio. Beni cita como exemplo a empresa aérea que tem o transporte de cargas e passageiros como seu objetivo. Ao considerar o fluxo de passageiros entre localidades considerando variáveis como motivação, gastos, promoção e outras, estar-se a atribuindo a uma função econômica, exógena ao sistema, a qualidade turística, portanto endógena e integrante do sistema.

A conceituação do ambiente do SISTUR é algo complexo de definir, pois de acordo com o autor o ambiente está fora do controle do sistema e determina em parte seu comportamento. Assim, quando se diz que algo está fora do sistema, significa que ele pode fazer relativamente pouco a respeito das características ou do comportamento de cada coisa.

Na concepção do SISTUR os fatores sociais, econômicos, ambientais, ecológicos e culturais foram agrupados como conjunto das relações ambientais, pois de acordo com Beni, enquanto sistemas na sua concepção maior estão isolados, fora do sistema, mas ao mesmo tempo com ações específicas que influenciam decisivamente o turismo, acham-se dentro do sistema (BENI, 1998).

Em termos metodológicos para Parsons (1951), o empirismo se supera mediante a descrição dos fenômenos como partes ou processos de sistemas empíricos sistematicamente concebidos. A descrição do sistema empírico tem que ser feita sobre a base de uma serie de categorias «estruturais», dentro das quais se encaixam as apropriadas construções «motivacionais» necessárias para constituir um conhecimento utilizável dos mecanismos. As categorias devem ser um sistema de conceitos cuidadosa e criticamente elaborado que se possa aplicar de um modo coerente a todas as partes ou aspectos relevantes de um sistema concreto. Assim se torna possível à comparabilidade e transmissão de uma parte ou estagio, do sistema a outro, e de sistema a sistema.

As ações específicas são recebidas pelos conjuntos de subsistemas, atuando em interação com seus componentes. Nesse sentido, as ações do Conjunto das Relações Ambientais do sistema, que envolvem subsistemas distintos e autônomos à primeira vista, tais como o econômico e o ecológico, ao serem evocadas para justificar e determinar funções do turismo, convertem-se em ações específicas do sistema. As ações específicas são identificadas a partir do tratamento sistêmico das resultantes – os operadores e constituem o elenco de inputs que, processados, podem gerar resultados diretos, satisfatórios ou não. Neste último caso, há que se proceder a ajustes para a retroalimentação.



**Figura 7-** Conjunto das Relações Ambientais

Fonte: Autora, adaptado de Beni (2001)



A divisão do sistema em componentes, segundo Beni (1998, p.47) é necessária em virtude das inúmeras inter-relações verificadas e, cada um dos conjuntos de subsistemas, que também interagem entre si no sistema total. O que talvez seja contraditório, pois ao compartimentar o sistema pode se favorecer a visão isolada dos subsistemas. As inter-relações podem ser omitidas ou não ser vistas na sua complexidade.

De acordo com o autor o SISTUR não se caracteriza por estruturas e funções estáticas e mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante. É importante esclarecer que já na sua concepção o SISTUR trata-se de um sistema aberto e embora seja interdependente, não é auto-suficiente. Para Beni (1998) o seu crescimento ocorre em função de uma série de variáveis, uma das quais é a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais e a qualidade desses recursos, complementa o autor.

Por se tratar de um sistema interdependente em teoria, o subsistema ecológico deveria estar em equilíbrio com os demais. Considerando a importância dos recursos naturais para a existência do turismo, ainda que esse não seja o principal fator de atração de determinada destinação, a cada força potencialmente degradadora dos recursos naturais decorrentes do uso turístico deveria haver uma ação, impulsionada pelo homem, de caráter regenerador ou conservador, garantindo assim a manutenção do sistema a médio e longo prazo. Entretanto o que se constata é que, em função dos interesses econômicos, as forças empregadas para a manutenção do subsistema ecológico são desproporcionais em velocidade e intensidade em relação ao ritmo de degradação, causando um desequilíbrio no sistema.

Para a teoria da ação o organismo não é um sistema, e sim um ponto de referência. O foco de interesse para a teoria da ação não se encontra no processo de equilíbrio interno do organismo como sistema, e sim processo de equilíbrio implicado em suas relações com o meio ou situação no que outros organismos têm uma importância crucial. Este sistema relacional é o sistema da ação.

Esse desequilíbrio, segundo Beni, pode estar estreitamente ligado à instabilidade dos sistemas políticos, econômicos e sociais dos países em desenvolvimento como decorrência de uma política neocolonialista das culturas

agrícolas, da exploração e exportação de mão de obra. Isso os obriga a estruturar a recuperação dos investimentos turísticos no menor prazo possível, sem considerar as questões físico-ambientais e o próprio turista (BENI, 1998, p.52).

Para a visão do turismo como produto a teoria da ação não se aplica por não ter sujeito, ser social, o social é o mercado, assim é destituído deste jogo de ego-objeto. Se o SISTUR tivesse sido construído a partir da concepção da teoria ação, o turismo teria sido entendido como fenômeno e sua força motriz do sistema seria o deslocamento humano, o encontro, portanto o fluxo e o fixo. Assim até mesmo a visão sistêmica de Parsons teria sido mais dimensional, pois haveria a percepção da interação social, a comunicação entre *alter* e *ego*.

Por outro lado a deterioração progressiva do subsistema ecológico diminui as possibilidades de exploração do turismo, prejudica a experiência do turista, exigindo investimento tornando o turismo oneroso e pouco acessível. Esse é um exemplo citado por Beni que ilustra as relações e a interdependência existente entre os componentes do sistema. Entretanto essas combinações são diversas, e dinâmicas, importante ressaltar que não acontecem apenas entre os componentes de um mesmo conjunto e sim entre os demais conjuntos.

O conflito entre forças encontradas e não complementadas vai predeterminando, sobre as bases do crescimento exponencial da população e do capital para financiar a expansão dos centros turísticos, as características das relações entre a infraestrutura de apoio ao turismo, o projeto, os turistas e os atrativos naturais turísticos: relações artificiais que, com o passar do tempo, costumam sempre mais sustentar, seja do ponto de vista econômico, político e social, seja da legitimidade moral, ética e estética.

Sentencia um otimismo quanto à estabilização das economias em crescimento e o progresso social. Todas as crises, revoluções, são vistas como rearranjos internos, tendo como horizonte a otimização do desempenho da sociedade.

Seguindo a mesma lógica de apresentação do SISTUR, apresentaremos cada um dos subsistemas conforme descrito por Beni (1997)

#### 2.4.1.1 Subsistema Ecológico

O subsistema ecológico abrange, em grande medida, também o subsistema cultural. Tem como principal elemento a contemplação da e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e consequências do Turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um dos fatores.

Ao caracterizar os recursos naturais como subsistema ecológico e relacioná-lo ao sistema cultural, Beni demonstra uma visão sistêmica e de interdependência. O termo ecologia em si já traz uma noção sistêmica, quanto maior for a complexidade do sistema, a conduta das espécies sofrerá variações e por conseguinte, todo o sistema. “Existe uma série de fatores que condicionam o comportamento dos indivíduos em seu lugar e que dificilmente se repetirão por exemplo, em outra cidade, em outra comunidade” (BENI, 1997).

O conflito entre forças encontradas e não-complementadas vai predeterminando, sobre as bases do crescimento exponencial da população e do capital para financiar a expansão dos centros turísticos, as características das relações entre a infraestrutura de apoio ao Turismo, o projeto, os turistas e os atrativos naturais turísticos: relações artificiais que, com o passar do tempo, costumam sempre mais sustentar, seja do ponto de vista econômico, políticos e social, seja do ponto de vista da legitimidade moral, ética e estética. Portanto é imprescindível incorporar a perspectiva ecológica em todas as etapas de planejamento turístico.

O planejamento turístico compreende o estudo e planejamento do espaço, De acordo com Boullon (apud BENI, 1998) existem diferentes espaços, conforme descrição:

- a) **Espaço real:** Refere-se a totalidade da superfície do planeta e a biosfera que o envolve, se pode comprovar sua existência, nos deslocamos nele em muitos casos modificá-lo;
- b) **Espaço potencial:** Não existe no presente, trata-se da possibilidade de

destinar ao espaço real o uso diferente do atual. Portanto, localiza-se no plano das ideias dos planejadores quando depois do diagnóstico, estudam as possibilidades de uso do território;

- c) Espaço cultural:** Também denominado de espaço adaptado, é aquela parte da Terra que mudou sua fisionomia original como consequência do trabalho do homem. Conforme variam os tipos das atividades desenvolvidas no espaço cultural, originam-se o espaço natural adaptado e o espaço artificial;
- d) Espaço natural adaptado:** Partes da crosta terrestre onde predominam os reinos vegetal, animal e mineral sob as condições que o homem lhe fixou. No espaço natural adaptado ou rural as árvores, as plantas, os animais crescem de acordo com a natureza, porém é o homem quem decide, quando e onde devem nascer e quanto hão de viver.
- e) Espaço artificial:** Chamado também de espaço urbano, é aquele em que predomina a intervenção do homem, as formas são inventadas e os elementos naturais tem funções decorativas, como flores em vasos, ou canteiros. Sua expressão máxima seria a cidade.
- f) Espaço natural virgem:** Áreas cada vez mais escassas, sem nenhuma intervenção do homem.
- g) Espaço vital:** Tipo de espaço não se refere a terra mas ao homem ou quaisquer outras espécies unicelulares, vegetais e animais, e ao seu entorno.
- h) Espaço turístico:** Para Boullón, se refere ao resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, são a matéria-prima do Turismo. Este elemento do patrimônio turístico mais o mapeamento são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

Apropriando-se dos termos de Boullón, Beni acrescenta uma característica dos atrativos turísticos, que excepcionalmente são contíguos. Até mesmo em países que tem maior densidade de atrativos notam-se grandes áreas do território que não os tem. Considerando que o espaço turístico é entrecortado, sua delimitação não

pode ser feita a partir de técnicas de regionalização, porque de acordo com elas, toda a superfície do país ou do estado sob estudo e, nesse caso, cometer-se-ia o erro de representar como turísticas grandes superfícies que não são. Em substituição a essa noção Boullon (apud BENI, 1998), desenvolveu-se a teoria do espaço turístico.

Os componentes do espaço turístico são classificados por Boullón (1990), conforme superfície e grau de importância zona, área, complexo centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor de traslado ou transporte e corredor de estada ou estadia. O mesmo autor se refere ao patrimônio turístico constituído por atrativos, esses podem ser transformados em recursos turísticos. São elementos passíveis de provocar deslocamento de pessoas e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar, podendo ser subdivididos em naturais e culturais.

Os recursos naturais são elementos da natureza com determinada atração que motivam o deslocamento de pessoas de seus locais de origem para visitá-los. Tem a peculiaridade de serem produzidos e vendidos em localizações geográficas predeterminadas e não são transportadas. De acordo com Beni (2008) o consumidor vai até o produto e lá o consome.

Classificar os recursos naturais requer análises específicas, por isso a classificação varia de especialista para especialista. Por exemplo os mananciais, hipo, meso e hipertermiais, a segmentação de cada um deveria ser objeto de um estudo a parte e requer ainda um estudo no mínimo multidisciplinar, pois requer análises das propriedades químicas, quantidade e qualidade da fonte da água, estudo de capacidade de carga, enfim uma série de estudos e intervenções para disponibilizá-la enquanto recursos turísticos, como será comentado no item operadores do SISTUR.

Ainda em relação ao subsistema ecológico, Beni se refere a necessidade de conservação ambiental e dedica um subcapítulo do seu livro ao assunto. O autor comenta sobre a tipologia adotada no Brasil para classificar as unidades de conservação que tem como referência, a Comissão Internacional de Parques nacionais e Áreas Protegidas da União Internacional de Conservação da Natureza e seus Recursos, utilizada pelos países que tem ou que estão preparando seus

Planos de Sistema de Unidades de Conservação<sup>1</sup> (BENI, 2001). No ano 2000 foi sancionada a que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil, desde então, adota-se uma tipologia própria para classificar as áreas naturais protegidas de acordo com o uso e grau de proteção Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Estação Ecológica; Floresta; Monumento Natural; Parque; Refúgio de Vida Silvestre; Reserva Biológica; Reserva Extrativista; Reserva Particular do Patrimônio Natural; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva de Fauna.

Beni, em 2001 afirma que apesar de uma certa afluência turística a alguns parques nacionais, esses deveriam dispor de melhor infraestrutura para se tornar polo de atração turística. As áreas de conservação ambiental no Brasil, excluídas aquelas reservadas à investigação científica, verdadeiros polos potenciais de Turismo, deveriam merecer maior atenção das autoridades no sentido de serem mais conhecidas da população, estimular o turismo nacional e de servirem como atrativo ao Turismo Internacional. Mediante acordos entre as instituições responsáveis, os recursos financeiros oriundos do fluxo turístico poderiam ser utilizados para a manutenção das ações de conservação.

Para Beni (2001), a utilização estética, apenas, da diversidade e beleza do cenário paisagístico da flora e fauna das UCs demonstra a carência do planejamento turístico racional e integrado.

Entretanto, se por um lado, foram implantados planos de manejo e infraestrutura e o fluxo de visitante ampliou significativamente, a população do entorno das UCs cada vez tem menos acesso às unidades e pouca interação, os conflitos entre operadores de turismo e gestores de UCs permanecem e o planejamento integrado e o diálogo entre as diversas instâncias envolvidas do desenvolvimento do turismo nessas áreas ainda é incipiente.

---

<sup>1</sup> Em 18 de Julho de 2000, foi sancionada pelo Congresso Nacional a lei 9985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação-UCs no Brasil. Desde então o Brasil passou a adotar o SNUC como referência para a classificar as UCs. A edição do livro Análise Estrutural do Turismo que utilizamos como referência nesse trabalho foi publicada, em 2001, provavelmente a sua revisão fora anterior a publicação da SNUC, por isso o autor se referêcia a tipologia adotada pela Comissão Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, como citado no texto.

Sobre o subsistema ambiental Beni (2001) argumenta que o equilíbrio que se dá a partir da interação entre os diferentes elementos do meio ambiente e tende a proporcionar as ótimas condições a sua continuidade. Todavia a interação do homem traz impactos provocando desequilíbrio e perda de qualidade dos recursos naturais. As várias atividades econômicas tendem a satisfazer suas necessidades, cada vez mais crescentes e diversas, transformando irracionalmente o meio ambiente, fazendo com que as possibilidades de reestruturação do equilíbrio ecológico tornem se cada vez mais complexas e onerosas.

A degradação dos recursos hídricos por lançamento de dejetos domésticos ou industriais; a destinação inadequada de lixo; a emissão de gases poluentes; a ocupação desordenada do solo; a contaminação do solo por metais pesados, defensivos agrícolas são consequências das diferentes atividades econômicas, de acordo com Beni (2001) não podem ser atribuídas exclusivamente ao turismo. Entretanto é importante considerar que o turismo está intimamente ligado ao uso dos recursos naturais, mesmo nos casos em que o atrativo natural não é o maior motivador de fluxo. Acrescenta-se que o uso turístico em áreas naturais, causa impactos a curto, médio e longo prazo e esses devem ser considerado no planejamento e pratica das atividades.

O turismo sustentável contempla a preocupação com a conservação dos recursos naturais e para ser desenvolvido requer estudos de capacidade de carga, estudo de impacto ambiental, inclui também aspectos de marketing, qualidade, produtividade e competitividade dos bens e serviços turísticos.

No entanto, o que deveria ser uma premissa nas práticas do turismo, considerar a manutenção dos recursos naturais, o bem estar das comunidades locais, o equilíbrio econômico da atividade, a experiência do turista, passa a ser adotado apenas como estratégia mercadológica. O turismo sustentável, ou ainda turismo responsável passou a ser tratado como um segmento de mercado.

Ao finalizar a descrição do subsistema ecológico Beni (2001), considera impostergável e imprescindível que os sistemas de planejamento de desenvolvimento turístico incorporem, como eixo central, um estudo sobre o conhecimento integral e integrado dos recursos naturais, não só para o bem do

futuro turístico dos países, como também e esta é a principal razão – para a continuidade da permanência da espécie humana e suas manifestações no planeta, hoje e pelo tempo que durar o sistema solar a que pertencemos.

Embora, ao decompor os subsistemas não haja o detalhamento de cada um dos componentes do subsistema ecológico dentro do SISTUR, pela sua complexidade, é no capítulo referente aos operadores do SISTUR que Beni lista um grupo de variáveis, índices e indicadores relacionados ao subsistema ecológico. De acordo com o autor tratam-se de dispositivos que devem ser utilizados, considerados, estudados, planejados e inter-relacionados no planejamento do turismo.

Destaca-se abaixo os operadores do SISTUR relacionados ao Subsistema Ecológico:

O subsistema ecológico para o turismo pode ser compreendido primeiramente como atrativo, as belezas cênicas de áreas naturais, os diversos componentes dos ecossistemas devidamente interpretados, a qualidade do ar, o silêncio e o contato com a natureza fazem parte de muitos produtos turísticos. De outro lado, o meio ambiente pode ser considerado como elemento que recebe as resultantes dos usos dos atrativos, serviços e infra das atividades relacionadas com o turismo.

Portanto deve se controlar o impacto produzido e segundo Beni (2001) quanto maior o benefício do turismo recebido pelo Estado, maior deverá ser seu compromisso para proteger as características ambientais que facilitam seu desenvolvimento.

Vale observar que embora o autor faça referência aos recursos naturais como componentes do subsistema ecológico, os elementos paisagísticos ganham destaque no subsistema de oferta que será descrito ainda nesse capítulo. De certo modo, vê-se, nesse ponto uma fragmentação do subsistema, que na prática é indissociável. Entende-se que a separação dos componentes em subsistemas é apenas um recurso metodológico, para facilitar a identificação e tratamento das variáveis no sistema turístico.



Entretanto quando se trata de uma realidade de práticas de gestão descontinuada e fragmentadas como se vê nos destinos turísticos, a adoção de uma metodologia, ou de um modelo referencial, que trate os temas pertinentes ao turismo de forma fragmentada pode vir a reforçar essa prática. Outro ponto que pode ser observado em relação à classificação de atrativos turísticos enquanto sistema de oferta é a visão economicista sobrepondo-se a questão ecológica, pois os elementos são vistos como componentes do sistema ecológico, porém ganham destaque enquanto atrativo, insumos do sistema.

#### 2.4.1.2 Subsistema Econômico

Ao descrever o subsistema econômico Beni, conceitua economia enquanto:

[...] a ciência que estuda as leis que regem esses processos e que são precisamente, as que determinam as diferenças nas distintas organizações sociais, desde a comunidade primitiva até o capitalismo ou a economia de mercado e a livre iniciativa e o socialismo ou a economia dirigida ou integralmente planejada, que constituiriam até recente os dois principais sistemas econômicos (BENI, 2001, p.62).

A descrição do subsistema econômico está centrada no modelo capitalista, segundo Beni (2001) deve-se levar em conta que o turismo teve origem e predomina neste sistema, no qual se observa o complexo tecido de relações diretas e indiretas pelas quais os homens chegam a dispor de uma variada gama de bens materiais, capaz de satisfazer suas múltiplas necessidades e desejos.

As atividades produtivas de toda a organização social realizam-se através de unidades produtoras que, individualmente, articulam os fatores de produção, tradicionalmente conhecidas como natureza, capital e trabalho, em condições técnicas, historicamente determinadas para a obtenção de bens e serviços. As unidades produtoras provocam o fenômeno da divisão social do trabalho. De acordo com a função que desempenham, essas unidades produtoras podem ser agrupadas

em três setores produtivos básicos, que constituem o conjunto produto de um país, e que permitem, por meio da análise econômica, conhecer a estrutura do emprego de fatores que intervêm no processo produtivo (BENI, 2001).

O turismo, enquanto atividade econômica compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por diferentes motivos. O conjunto de serviços efetivamente colocados no mercado constitui a cadeia de sua produção, distribuição, consumo e valor.

O subsistema econômico do turismo compreende as alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e circulação de renda gerada pela atividade e como e porque se processam os períodos de expansão e retração dos fluxos nacionais e internacionais de turistas. A lógica do comportamento econômico dos viajantes (a decisão de viajar, o deslocamento, a hospedagem, a realização dos motivos da viagem, a permanência e os gastos) e, por outro, o comportamento das empresas e agentes públicos que operam nas localidades emissoras e receptoras.

Tais como outros subsistemas descritos no SISTUR a economia é condicionante e pode ser determinada pelo turismo. Embora haja outras variáveis que influenciam na prática turística do sujeito, a conjuntura econômica é condicionante da evolução do turismo tanto na ordem micro quanto macroeconômica. Assim, renda per capita, índice de preços, limitação de meios e recursos turísticos, teoria da indiferença e do equilíbrio, efeitos substitutivos da oferta, distribuição do gasto, crescimento dos custos de produção são questões que devem compor a análise do subsistema.

A economia pode ser um dos determinantes do turismo, pois influencia no perfil de consumo do turista e de gestão e desenvolvimento dos destinos turísticos. Nesse ponto, alguns aspectos inerentes ao setor que podem contribuir para seu desenvolvimento, devem ser considerados no estudo do subsistema econômico, tais como: a rentabilidade dos investimentos como estimulador da capacidade empreendedora; a especificidade da mão de obra demandada, como propulsora de

elevação no nível social do emprego a disponibilidade e recursos para financiar a demanda de serviços turísticos bem como novos equipamentos receptivos.

O turismo, não é apenas condicionado pela economia, ele também causa efeitos, de expressiva importância para o processo de desenvolvimento econômico. Enquanto atividade produtiva geradora de renda que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção e outros, provoca indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas.

Beni (2001) destaca o efeito multiplicador dos investimentos e o crescimento da demanda interna e receptiva do turismo provocando o desenvolvimento intersetorial. O aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros) eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição de mão de obra subutilizada e desempregada. O turismo proporciona também a geração de renda para o setor público, representadas por imposto direto ou indireto incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico, bem como estimulador do processo de abertura de economia.

O consumo turístico, por exemplo é difícil de se mensurar pois apresenta complexas interfaces com outros setores de atividade, merecendo, por isso, um tratamento especial, que permita que se isole a contribuição do turismo no resultado global de produção e do consumo da economia. Uma das soluções propostas é a dada pela OMT, ao preconizar a Conta Satélite do Turismo- CST.

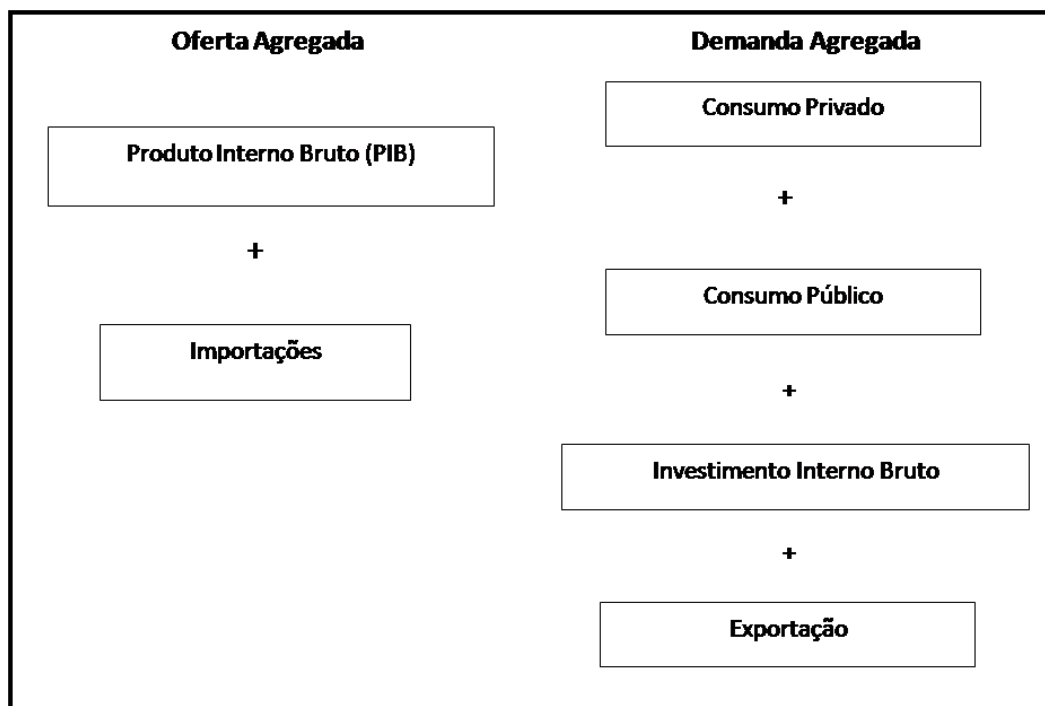
Como decorrência da elaboração da CST, pode-se dispor dos seguintes resultados: a) Agregados Macroeconômicos: valor agregado e PIB turísticos; b) Consumo Turístico: discriminado por fonte de suprimento, oferta interna ou exportação; c) Conta Produção, por ramo de atividade, incluindo dados de Emprego e Relações Intersetoriais; d) Outras Informações relevantes à construção de modelos de avaliação dos impactos do turismo; e) Indicadores de Caracterização do Turismo, baseados em números de chegadas; forma de viagem; duração; motivo; modo de transporte; meio de hospedagem; destino; procedência; etc.

Segundo Kadota & Rabahy (2003) a CST constitui-se em um importante instrumento de comparação dos resultados internacionais do turismo, dadas as diretrizes da OMT no sentido de padronizar conceitos e classificações, inclusive em suas consistências com o sistema de Contas Nacionais. Entretanto, a construção da CST é uma tarefa complexa que depende da disponibilidade de um conjunto de informações muitas vezes inexistentes nas localidades.

Um dos aspectos econômicos que deve ser cuidado é o estudo do financiamento do setor que Beni categoriza como setoriais – aplicados em empresas plenamente turísticas (alojamentos, transportes turísticos, operadoras de turismo, empresas de eventos, agência e publicidade); complementares - os investimentos que são motivadores dos primeiros, sem os quais dificilmente as atividades aconteceriam (investimento no conjunto de atrativos, estradas turísticas, recuperação de monumentos, implantação de museus e outros). Finalmente, os investimentos com efeitos indiretos que reúnem todas as obras de infraestrutura básicas (saneamento básico, energia, comunicações e outras).

Os recursos financeiros tem basicamente quatro fontes: investimento publico; investimento privado doméstico; crédito oficial; e parcela de capital privado exterior essas fontes passa necessariamente pelo sistema financeiro. Ao mensurar o volume de investimento conforme origem e destinação é possível compreender a formação desse capital turístico.

O quadro macroeconômico nacional nada mais é que o balanço dos recursos e, um ano determinado, que se vale da oferta total de bens e serviços, de um lado, e de outro sua utilização pelos distintos componentes da demanda, conforme figura 8.



**Figura 8 - Diagrama macroeconômico**

Fonte: Autora, adaptado de Beni (2001)

Beni enfatiza que o fenômeno turístico reflete em todos os componentes do esquema, cuja importância relativa e evolução devem ser estimadas, visto que é um fenômeno que se manifesta ao lado da demanda. O autor faz uma breve descrição de cada um dos componentes: **Consumo privado; Consumo Público e Investimento interno bruto**

A dificuldade de se mensurar os investimentos públicos feitos no turismo se dá pelo fato de não se dispor de uma classificação funcional de gastos de capital do setor público. Muitas vezes uma inversão ainda que tenha uma funcionalidade turística, atende a necessidades de outros setores e atividades da economia, como exemplo terminal de transporte, sinalização. Da mesma forma o turismo se favorece de inversões que atendem necessidades gerais tais como obras de saneamento básico; energia e outras. Normalmente, as estimativas de investimento interno bruto concentram-se nas inversões públicas específicas do setor de turismo. O balanço do turismo compreende, em seu débito, os gastos turísticos no exterior dos residentes em um país e como saldo, os ingressos dos gastos dos turistas que o visitam. A verdadeira interpretação do balanço de transações com o exterior exige que se

distingam as entradas e saídas de divisas, agrupadas em contas segundo sua significação.

O turismo origina registros no balanço corrente e no de capital, contribuindo para determinar o saldo, quer de operações, quer do balanço básico. A conta das operações correntes é formada pelos rendimentos e pagamentos em moeda estrangeira para: 1) Mercadorias que é preciso importar para atender à demanda turística (pagamentos) e as receitas obtidas com as mercadorias adquiridas por turistas estrangeiros. São de difícil determinação, sobretudo os pagamentos, já que se contabilizam por grupos de taxas sem se distinguir seu destino; 2) Serviços de toda classe que são o objeto do gasto turístico; geralmente incluem-se os ingressos e gastos de divisas provenientes do fluxo turístico na rubrica “turismo e viagens”, sem discriminação dos tipos de mercadorias ou serviços que os originam.

Este é o conceito que forma a conta turística no sentido restrito e que, em geral, se referem às estatísticas desse tipo. Sem dúvida, também se deve considerar o transporte de viajantes que, no balanço de pagamentos, é contabilizado em separado, incluindo as receitas e os pagamentos em moeda estrangeira. Na conta de capital também seria desejável conhecê-la, como reflexo das inversões estrangeiras e as do país receptor no exterior, em atividades do setor que, em consequência, influem na determinação do saldo do balanço.

Consideram-se no SISTUR importações os gastos dos residentes em viagens no exterior como compras de bens e serviços; as partidas que compreendem são as mesmas do caso das exportações.

Beni, ressalta que o turismo, por sua dimensão econômica, tem como propósito satisfazer necessidades expressas no mercado mediante a disposição do consumidor de pagar o preço dos serviços requeridos, o que leva as empresa a fornecê-los, utilizando recursos produtivos por natureza escassos. Público e empresas prestadoras de serviços são assim os agentes centrais da atividade turística, e o Estado desempenha um papel controlador. Em termos econômicos, segundo Beni (2001), o turismo consiste em demanda e oferta de serviços; porém o limite de cada uma é algo impreciso se não for visto em seu conjunto através de uma ótica sistêmica, pois dependem do conceito de turista e do entendimento sobre serviço turístico. Oferta e demanda se confrontam em um mercado, mecanismos que

permite a maior satisfação do consumidor e o menor uso de recursos produtivos, mas cujos resultados às vezes não são totalmente satisfatório se não houver controle e retroalimentação do sistema.

O turismo pode ser uma atividade coadjuvante de desenvolvimento econômico. No entanto, dependerá sempre da relação custo benefício. Convém desenvolver o turismo em todos os casos em que for rentável fazê-lo e então desenvolvê-lo nos casos em que os custos superarem os benefícios. Assim como no subsistema ecológico, Beni apresenta um conjunto de indicadores, chamado de operadores do SISTUR, relacionados ao subsistema econômico. Os Indicadores básicos são: tráfego de turistas; balanço turístico; uso da capacidade instalada de alojamento, pessoal empregado do setor.

Beni (2001) propõe ainda um conjunto de indicadores e informações que subsidiem o que ele chama de análise do significado econômico do turismo. Essa análise se constitui no elemento chave pra avaliar a contribuição do setor ao desenvolvimento nacional. Sugere-se que seja feita por etapas considerando os seguintes aspectos: Contribuição do Turismo no balanço de pagamentos e Efeitos do turismo sobre a receita nacional e a geração de empregos; Análise de outros efeitos econômicos; Contribuição para a expansão do mercado nacional: Contribuição para o orçamento geral de receitas da nação;

#### 2.4.1.3 Subsistema cultural

Para descrever o subsistema cultural, Beni recupera a ideia de espaço cultural, entendido como “[...] a parte da superfície terrestre que teve sua fisionomia e ‘aura’ mudados pela ação do homem. É a consequência da intervenção do trabalho físico e mental do homem no espaço natural” (BENI, 2001, p.86).

A compreensão do subsistema cultural parte da compreensão do conceito de cultura visto por Beni (2001) como conjunto de manifestações culturais, crenças valores e técnicas para lidar com o meio ambiente compartilhado e transmitido

geração a geração. Assim dependendo do grupo que dominar a sociedade, será a respectiva cultura dominante.

É em decorrência disso que hoje o turismo cultural se desdobra em tantos títulos: ecológico, antropológico, religioso, arqueológico, artístico e outros, que o autor denomina como turismo de moda, pois dependem dos valores e preocupação predominantes na sociedade num determinado momento, conforme as necessidades daquela sociedade.

O turismo traz uma dupla contribuição: direta, como resultado de uma experiência cultural que enriquece a população visitada e visitante com a troca de calores que ambas possuem; indireta, que consiste no planejamento (antes da viagem) e na verificação natural de pontos de dúvida entre o turista e o estrangeiro (SESSA, 1968 apud BENI, 2001).

Em um sistema cultural modelado pelos meios de comunicação o turismo representa uma oportunidade de exercitar a comunicação verbal, sendo uma ação pessoal enriquecedora. O turismo pode contribuir para a valorização e preservação da cultura, vista de forma diferente pelos turistas. Surge no século XIX o preservacionismo, como movimento organizado, quando outros fatores além da simples ação do tempo e da negligencia; vieram ameaçar a permanência do passado.

Beni (2001) chama atenção para o processo de museificação de centros urbanos e a diferença entre a iniciativa de um grupo social para preservar sua própria memória e a iniciativa institucionalizada seja pública ou privada que cria um patrimônio ou inventa uma memória a partir de sua intervenção. Surgem daí os problemas da animação cultural quando se tenta introduzir uma vida artificial em algo que foi congelado e isolado da vida cultural da própria sociedade.

Por outro lado o turismo estimula a recuperação e proteção de patrimônios e heranças culturais nos países, como por exemplo Machu Pichu, no Peru, Ouro Preto em Minas. Ocorre também que a valorização que o turista atribui á evidencia do passado cultural - que se converteu em algo estranho - fazem com que cidadãos do país receptor se conscientizem da continuidade histórica e cultural, o que pode contribuir para a valorização de sua cultura atual (BENI, 2001).



Beni descreve como componentes do subsistema cultural, em termos gerais a organização dos bens culturais a disposição do consumo turístico: a) o acervo dos monumentos históricos e o registro dos legados que expressam os valores da sociedade; b) os museus, as galerias de arte, que reúnem as várias modalidades de expressões artísticas; c) as manifestações culturais populares de caráter religioso e profano; d) o folclore, que retrata as etnias formadoras de populações, numa reconstituição cênica de ambiência histórica; e) a cultura popular que evidencia o presente de cada área, tornando-se geradora de fluxo turísticos específicos e caracterizadora de regiões de um único país.

Beni destaca também como componente do subsistema cultural a animação turística, definida por Camargo e Ansarah (1991) como o conjunto de ações e técnicas dirigidas a promover, motivar, promover e facilitar a participação do turista no aproveitamento do ser tempo turístico em todos os níveis e dimensões que este implica. Mas a animação cultural é um instrumento de comunicação, mediação entre o atrativo e o turista, pode ser utilizada como instrumento de educação patrimonial, ao proporcionar a interação do turista com o patrimônio, atrativo, manifestação cultural.

Portanto o estudo e análise do sistema cultural é fundamental no conjunto das relações ambientais do SISTUR, pois é dele que dependem o comportamento, as ações de visitantes e visitados em relação aos demais subsistemas do SISTUR. É crescente a importância do turismo cultural como fator ponderável de desenvolvimento sustentável local e regional, atraindo a atenção de pesquisadores, de órgãos públicos de promoção e fomento turísticos, de empreendedores da iniciativa privada e da própria comunidade.

Assim como nos demais subsistemas, Beni sugere um conjunto de indicadores, informações e ações que devem ser avaliadas visando conhecer e gerir os efeitos do turismo sobre os usos e costumes da população assim como seu patrimônio artístico e histórico são eles:

- A. O significado do patrimônio cultural na oferta de turismo;
- B. O conteúdo cultural da área receptora como atração turística;

- C. Patrocínio público e privado na abertura e conservação de museus gerais e específicos;
- D. Existência ou não de consciência social e pública sobre a memória nacional;
- E. Existência ou não de políticas oficiais de preservação e conservação do patrimônio cultural e natural em âmbito: federal, estadual e municipal;
- F. O turismo cultural como elemento de atração das regiões turísticas produz expressões e atividades que servem de motivadores aos turistas: artesanato; idioma; tradição; gastronomia; arte; história da região (incluindo monumentos, edifícios e patrimônio cultural e natural); tipos de trabalho desenvolvidos e tecnologias utilizadas pelos habitantes; arquitetura que confere a uma aparência peculiar; religião com suas manifestações habituais; sistemas educativos; vestimentas: trajes típicos; atividades diferentes ou excitantes de lazer;
- G. Turismo e mudança cultural;
- H. Turismo como estímulo de revitalização de artes tradicionais;
- I. Aculturação como influencia o contato entre turistas de culturas mais fortes e mais fracas: verificar se as mudanças ocorrem principalmente nas tradições, costumes e valores da sociedade local mais do que no grupo de turistas; verificar se as mudanças conduzem uma homogeneização gradual de culturas, onde a identidade local é assimilada pela cultura mais forte de grupos de turistas;
- J. Identificação dos locais onde há instalações e equipamentos para animação cultural;
- K. Identificação profissionais e tipo de animação cultural.

#### 2.4.1.4. Subsistema Social:

Ao apresentar o subsistema social descrito por Beni (2001), cabe contextualizar questão temporal, se passaram treze anos da publicação e alguns termos, que constavam como futuro, já se fazem presente. Entretanto muitas questões continuam sendo um desafio.

Em relação ao subsistema social Beni expõe a questão da desterritorialização que amplia-se de acordo com a velocidade das informações e do alcance dos meios de comunicação, rádio televisão e internet e gera na sociedade um espécie de tensão em busca da compreensão do novo, do inusitado e da sincronicidade virtual e factual.

Outra questão apontada como característica do subsistema social e, portanto deve ser analisada no contexto do SISTUR é a mobilidade que acarreta novas formas de vida modificando as linhas conservadoras de comportamento e propicia o contato entre as pessoas, amplia e enriquece as maneiras de pensar e atuar, hoje resultante da globalização e de processos de imigração.

O turismo receptivo é um produto dessa mobilidade facilitada por meios de transporte e de comunicação. Milhares de pessoas deixam a cidade durante os fins de semana, em carro próprio ou transporte coletivo em busca de lazer. Essa demanda exige respostas imediatas em termos de planejamento e investimentos para um tipo de turismo com equipamentos adequados e compatíveis com os hábitos e características socioeconômicas desse fluxo turístico sazonal, fins de semana e feriados prolongados.

Os aspectos psicossociais também devem ser considerados na análise do SISTUR. A observação do fato e do fenômeno do Turismo pelo investigador deve de um lado, examinar o turista como individualidade, unidade, portanto, produtor de motivações para sua viagem e de outro o turismo enquanto fenômeno social considerado com suas mobilizações de massas que contem uma alma coletiva, com seus denominadores comuns e motivadores gerais.

A partir do modelo sociológico da comunidade receptora de um destino ou de um país é possível compreender como se dará também o desenvolvimento da economia do turismo naquele destino. Beni apresenta três principais modelos sociológicos de desenvolvimento turístico das comunidades rurais, entretanto algumas características se aplicam também a outras comunidades:

- ❖ Desenvolvimento autóctone, vinculado ao capitalismo popular de empreendedores nativos.

- ❖ O modelo de colonização aristocrática e, em geral, iniciado por autoridade política ou financeira que lança um projeto de valorização, surgem assim alguns grandes hotéis destinados a acolher clientes da alta aristocracia.

- ❖ O terceiro modelo de desenvolvimento turístico é a colonização democrática, que pode surgir de uma comunidade que não dispondo de capital suficiente para a valorização do próprio território, ela abre as portas ao capital externo e conseqüentemente aos visitantes sem o planejamento de toda uma infraestrutura adequada.

No SISTUR a comunidade autóctone é definida por Beni (2001) como aquele coletivo humano que recebe dupla corrente migratória: a turística e a laboral; influi sobre ambas e se vê afetado por elas. É uma coletividade que compartilha uma área territorial limitada, que lhe serve de base para realizar a maior parte de suas atividades cotidianas; participa de uma cultura comum; acha-se em uma determinada estrutura social e revela a consciência de uma identidade com o grupo.

A comunidade autóctone é confluência de três importantes grupos; um receptor e dois migrantes que se relacionam. Essa inter-relação, num mesmo território, e num determinado tempo, assume uma grande complexidade derivada de uma situação de conflito de interesses por vezes opostos, que intenta conciliar e integrar pela lei fria da oferta e da procura (BENI, 2001).

Dentro do SISTUR o terceiro grupo não pode ser considerado receptor passivo, caso das correntes migratórias que são movidas pela necessidade de explorar seus próprios recursos no afã de melhorar seu nível socioeconômico. Ele incita um e outro grupo migrante a coexistir na comunidade, transformando-a em

uma plataforma de serviços que beneficia em diversos aspectos cada um dos grupos que integram e interagem no SISTUR.

O grupo social receptor, ou seja, os habitantes estáveis de um núcleo receptor sofrem muitas vezes por não conseguirem resistir a ofertas astronômicas de grupos externos e sucumbem diante da desenfreada especulação imobiliária, desfazendo-se de seu patrimônio para em pouco tempo dissipar os recursos caindo na marginalidade social e entrando no sistema enquanto mão de obra barata.

Para impedir ou minimizar esses desajustes sociais recomenda que se discipline a ocupação territorial a partir de uma política nacional de Turismo, contendo a obrigatoriedade de programas de reciclagem e permeação social de forma que a ocupação turística recreativa não venha a provocar a marginalização social e o SISTUR implantado represente uma efetiva oportunidade de emprego e de desenvolvimento econômico e social para a comunidade.

A comunidade autóctone, receptora dos grupos em mobilidade, não deve perder sua própria identidade coletiva que não se deve perder. Quando o fenômeno turístico é conduzido numa perspectiva econômica, entra em uma dinâmica especuladora que sacrifica a paisagem, a ecologia e as pessoas. Contudo o turismo também tem seu lado positivo e poder-se-ia afirmar que ele é um fenômeno sociológico importante e ambivalente e dependerá da forma que for conduzido. Por isso a importância do papel do governo local, busca de alternativas para a gestão pública, ação intersetorial e a participação social como fundamentais no processo de desenvolvimento do turismo.

Considerando o planejamento e a gestão em nível estratégico do SISTUR, deve se observar em profundidade os efeitos dos modelos sociológicos de desenvolvimento turístico nos núcleos tradicionais, naquele em expansão e nos novos a serem implantados via planejamento integrado a partir dos seguintes indicadores: Em relação a população residente (incluída a autóctone); População flutuante de turistas; Caracterização da posição dos participantes nas viagens coletivas; Turismo induzido da atualidade; O processo mimético na eleição de destinação de viagem.

## 2.4.2 Conjunto da organização estrutural do SISTUR

### 2.4.2.1. Subsistema da Superestrutura:

Esse subsistema compreende a política oficial de turismo e sua ordenação jurídico-administrativa que se manifesta nas estratégias governamentais que interfere no setor. Se refere à organização tanto pública quanto privada que harmoniza a produção e a venda de diferentes serviços do SISTUR.

De acordo com Beni (2001), as ações no turismo, sobretudo das áreas responsáveis pelo seu desenvolvimento, são de certa forma improvisadas, devido a ausência de pesquisas científicas e um quase menosprezado conhecimento teórico do fato e do fenômeno turístico.

A formulação apressada, indefinida ou desestruturada de uma Política Nacional de Turismo acarreta na inadequação de sua execução por consequência se verificam alocação e aplicação de recursos desnecessárias ou inadequados disponíveis na infraestrutura de apoio à atividade turística; ausência de estratégias para a correta preservação, conservação e utilização do patrimônio natural e cultural; implantação desordenada de equipamentos e serviços em áreas de vocação turística em descompasso com as características socioeconômicas do fluxo interno; má aplicação de estratégias de marketing.

Beni (2001, p.100) reforça a necessidade de se delinear diretrizes básicas de uma política econômica nacional para o desenvolvimento de turismo. Trata-se de definir a lógica de um plano em nível global e regional. O turismo requer a intervenção do Estado pelo que representa em suas características fundamentais.

A formulação da política de turismo deve estar fortemente ancorada nos valores nacionais; nos traços culturais que cumpre manter, no aspecto físico, que é imperativo conservar. A política se constitui num conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o Turismo no país; determinam as prioridades das ações executiva, supletiva

ou assistencial do Estado, facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal.

Segundo Beni (2001), a política deve se nortear por três grandes condicionamentos: - o cultural, o social e o econômico – Do ponto de vista organizacional, ele evoluirá para as políticas básicas, que inspiram e dão escopo ao pensamento programático. No plano dos programas, deve ser suficientemente flexível para permitir a inclusão de novos objetivos e instrumentos legais para atingi-los. Entretanto todos os programas deverão condicionar-se primeiramente à política de preservação do patrimônio cultural, artístico histórico, documental e paisagístico natural do país. Os órgãos e entidades ligados ao turismo articular-se-ão para esse fim, com as organizações públicas e privadas, na conservação dos recursos naturais renováveis e dos valores culturais nacionais.

A Política de Turismo deve ter como condicionante a presença da dimensão social, quanto mais significativo for a abrangência dos valores, a democratização de seu acesso mais duradouros serão os projetos. A condicionante econômica é fundamental na política de turismo, pois o benefício econômico terá de se fazer sentir nos resultados, interna e externamente, com a ativação do produto nacional e com o aumento da entrada de divisas.

A função dos órgãos institucionais públicos do Turismo deverá ser a determinação de prioridades, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos. O governo deve dar as diretrizes e prover as facilidades. A exploração de empreendimentos turísticos deverá permanecer inteiramente na mão da iniciativa privada, a ação estatal só será necessária quando se tratar de serviços ou equipamentos de apoio às atividades turísticas.

Dentro do SISTUR os órgãos públicos de turismo em nível federal tem a função de formular as diretrizes e coordenar os planos em âmbito nacional e os que se projetem para o exterior. Aos órgãos estaduais e locais cabem a concepção dos programas e a execução dos projetos regionais e locais. Compete a eles também a iniciativa dos melhoramentos e equipamentos necessários ao uso público

Em relação à posição do turismo na estrutura administrativa, não há uma ideia muito clara a respeito do lugar da atividade na organização administrativa do

setor público e a hierarquia de uma forma ou de outra está ligada a importância que, num dado momento o Turismo pode ter em relação aos outros setores da economia nacional. De acordo com Beni, “O certo é que o lugar do Turismo na estrutura administrativa pública dependerá, em definitivo, da orientação que o governo de cada país lhe der” (BENI, 2001, p.104).

A competência administrativa tem seu fundamento na lei orgânica que lhe dá origem. Na análise da competência específica dos órgãos nacionais de turismo, observa-se que normalmente seu principal âmbito de ação é a promoção, visando o crescimento da atividade turística. Entretanto Beni (2001) enfatiza que os órgãos nacionais tem como funções básicas a coordenação e a articulação de ações com outros setores e instituições nos níveis nacional, regional, estadual e municipal, com vistas à execução das políticas e outras medidas destinadas a impulsionar o desenvolvimento do Turismo em todo o território nacional.

Segundo o autor o Estado atua no turismo sempre para garantir a melhoria do balanço de pagamentos, a criação de empregos, a redução da sazonalidade e o incentivo à proteção ambiental, esquecendo-se talvez dos seus próprios fins, relegando a posição tão inferior, principalmente quando se trata de benefícios sociais, que chega a imprimir e divulgar nas políticas do setor a essencialidade do investimento privado na estratégia que é de sua responsabilidade.

Considerando o planejamento como a chave do subsistema superestrutura Beni enfatiza a importância da participação social no processo, como fator fundamental de ordenamento das relações de poder e de articulação entre os diferentes atores aumentando a integração nos processos coletivos, a autoestima e a constituição de cada um como sujeito de sua própria história.

A participação de segmentos empresariais também de superar a postura reivindicatória. Portanto na estrutura da política devem ser previstos instrumentos que proporcionem: a gestão compartilhada; a participação mútua em custos; a definição de programas e produtos de promoções turísticas que superem os modos tradicionais; a elaboração e promoção de produtos que conjuguem sua oferta com sua rentabilização.



Além da política de turismo, outros instrumentos são importantes para a sua execução e compõem a chamada superestrutura do SISTUR, são eles:

**a) Sistema de Informação do Turismo:**

**b) Sistema Nacional de Estatísticas do Turismo:**

#### 2.4.2.2 Subsistema da Infraestrutura:

Além do subsistema da superestrutura, o conjunto da organização estrutural tem como componente o subsistema da infraestrutura. De acordo com Beni (2001, p.125) os Estados modernos deixam de ter o caráter de provedor para desempenharem a função de indutores, articuladores, facilitadores e integradores. Na descrição do subsistema são examinadas as classes de infraestrutura relacionadas com o SISTUR as questões relativas à natureza e ao custo dos investimentos necessários e o momento adequado para realizá-los.

Beni enfatiza a necessidade de se fazer uma distinção entre infraestrutura geral e específica. A característica fundamental da infraestrutura geral é que o investimento serve ao setor de turismo como a outros setores. Trata-se da infraestrutura que proporciona os serviços públicos básicos a comunidade e também aos visitantes, tais como: rede viária e de transportes; sistemas de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros.

A infraestrutura específica é classificada por Beni (2001) em duas classes distintas que por vezes se sobrepõem: a primeira relacionada com a situação de investimento e a segunda com o turismo como forma particular de atividade econômica para ambas o critério é a demanda.

A infraestrutura como forma particular da atividade econômica são as vias de acesso a locais essencialmente turísticos, implantação de serviços de transportes como balsas; obras associadas à proteção das encostas no litoral; acesso a praias e embocaduras de rios; construção de teleféricos de acesso às regiões montanhosas.

Em relação ao investimento, pode ser estritamente local como em vias de acesso, energia e iluminação pública, pavimentação, neste caso, compete basicamente ao poder público executá-los. Entretanto em casos de grande investimento como ampliação de novos aeroportos, por exemplo, a parceria com a iniciativa privada surge como uma opção para o desenvolvimento de municípios e regiões.

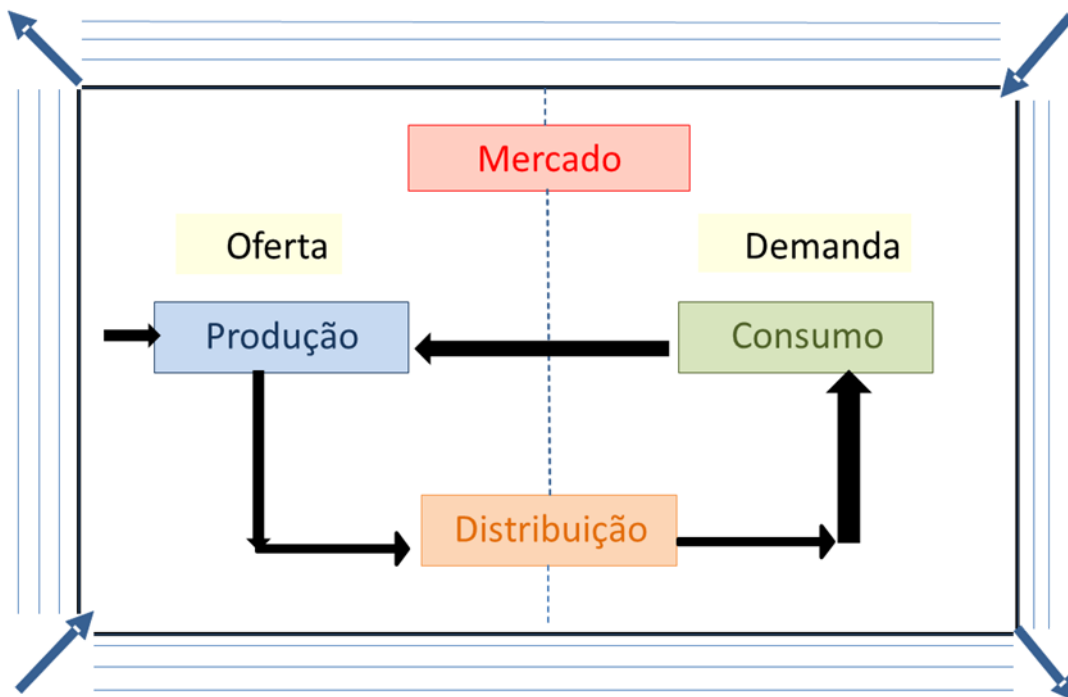
O diagnóstico da infraestrutura de um núcleo receptor, de um polo de desenvolvimento, ou de um centro de polarização de turismo, deve considerar os aspectos quantitativos, qualitativos, problemas e tendências dos serviços básicos prestados, bem como os investimentos necessários para mantê-los ou ampliá-los conforme demanda, levando em conta o fluxo sazonal, em especial em cidades onde o número de residentes fixos é inferior ao número de visitantes nos períodos de maior fluxo, fato comum no litoral brasileiro.

Beni descreve os componentes do subsistema infraestrutura de apoio turístico como condições básicas necessárias que garantam uma boa qualidade de vida para a comunidade e à prática do turismo tais como:

- A. Sistema de Transportes: Sistema de Comunicações ou telecomunicações:
- B. Sistema de Segurança: Sistema médico-hospitalar:
- C. Sistema educacional:

#### 2.4.3 Conjunto das Ações Operacionais

O conjunto das ações operacionais do SISTUR é composto pelos subsistemas mercado, oferta, produção, distribuição, demanda e consumo, que se relacionam conforme demonstra a figura 9.



**Figura 9 - Conjunto das Ações Operacionais**

Fonte: Beni (2001)

#### 2.4.3.1 Subsistema do Mercado:

O subsistema mercado é apresentado por Beni (2001, p.145) como um sistema de relações de oferta e demanda de bens, serviços e capitais e as condições e surgimento dessas trocas são determinadas pelas pessoas e empresas que os demandam e consomem.

Para descrever o subsistema do mercado o autor apresenta três questões centrais: o que produzir, como produzir e para quem produzir.

O mercado tem como característica a impessoalidade, a descentralização e é muito sensível às mudanças nas condições dos diferentes elementos que o integram, entretanto são também de rápida reação e adaptável a cada situação. A resposta do mercado às três questões centrais se dá através de preços. Já a eficiência produtiva é conduzida pela concorrência entre as empresas, que em meio ao preço fixo que impera em muitos mercados tem o desafio de diminuir os custos

de produção. Custos menos significam aumentos no volume de negócios e maiores benefícios totais, obtendo-se a eficiência distributiva.

Outros dois componentes fundamentais no subsistema são a demanda e a oferta. A demanda é entendida como a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço em um dado período de tempo. Oferta é a quantidade de bem ou serviço que chega ao mercado a um determinado preço por um período de tempo.

A demanda é determinada por um conjunto de variáveis: preço do bem ou serviço sob análise, valor de outros bens ou serviços substitutivos ou complementares, nível e distribuição de renda, número e idade dos consumidores, preferências, fatores de moda e outros. Entretanto como se tem dificuldade de mensurar todas essas variáveis, analisando a variação da quantidade da demanda em função do preço, chega-se à lei da demanda que estabelece uma relação inversa entre preço e quantidade demandada: à medida que o bem de consumo é mais barato, maior quantidade dele é demandada e vice-versa.

A oferta de um bem de consumo depende de seu preço de mercado e condições em que é produzida, chamada como a função de produção. Supondo a função de produção como invariável, analisa-se a variação da quantidade oferecida no mercado conforme a variação do preço de venda. Numa relação direta, à medida que o bem de consumo se tornam mais caros as empresas passam a produzi-lo em maior quantidade e vice-versa. A lei da demanda faz crer que essa relação da oferta não obedece a uma característica geral, e naqueles mercados que não operam em concorrência perfeita outros fatores além do preço intervêm no controle da oferta. Mas a interação da demanda com a oferta explica como se formam os preços para controlar a oferta, explica Beni (2001, p.147).

Beni aponta a segmentação do mercado turístico, como a melhor maneira de estudá-lo. Essa segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas, como faixa etária, nível econômico ou de renda, incluindo a elasticidade- preço da oferta e da demanda, e da sua situação social, como escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida.

Entretanto o principal meio disponível para se segmentar o mercado é o motivo da viagem, a segmentação segundo o autor, traz enormes vantagens, como economia de escala para as empresas turísticas, aumento da concorrência no mercado, criação de políticas de preço e de propaganda especializada, e promoção de maior número de pesquisas científicas.

A empresa turística se apresenta com um conceito tridimensional, formado por uma determinada combinação do mercado produto e tecnologia. Sendo assim não há uma empresa turística única, mas várias diversificadas. A satisfação de cada necessidade básica dos turistas requer práticas distintas, implicando na utilização de recursos, atrativos, equipamentos, infraestrutura e serviços também diferentes.

A competitividade no turismo se produz em âmbitos locais ou clusters. O turismo de natureza, em Foz do Iguaçu, por exemplo, requer atrativos naturais de grande potencial de atratividade, como o Parque Nacional das Cataratas. A esse atrativo deverão se agregar bons hotéis e serviços receptivos correspondentes. Porém, a experiência do consumidor e seu nível de satisfação serão o resultado de um conjunto de elementos influirá no seu grau de percepção da qualidade (competitividade) do cluster.

O cluster é um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial. Apresenta-se aos distintos mercados consumidores de turismo como um produto acabado.

Por fim Beni (2001) enfatiza a importância da qualidade dos produtos e serviços oferecidos no turismo como o único critério que se impõe de maneira natural para determinar o êxito ou fracasso dos produtos e serviços turísticos.

#### 2.4.3.2 Subsistema da Oferta

Em linhas gerais, sem levar em consideração os atrativos naturais das regiões que motivam, numa primeira etapa, a criação de fluxos turísticos, Beni define a oferta básica como o conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento,

de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado, de tempo, um público visitante. Como é evidente, os valores que a natureza oferece sem necessidade da interferência do homem (sol, praias, montanhas, paisagens) são as fontes de atração que sustentam os deslocamentos de pessoas com finalidades especificamente turísticas.

Para o desenvolvimento da atividade de Turismo de um país é necessário que as unidades produtivas de bens e serviços turísticos combinem adequadamente os fatores de produção e que também sua função de produção seja otimizada, pois esta determina o volume da oferta, conforme o autor.

O conceito da oferta de Turismo tem conotação mais ampla do que a simples produção de bens e serviços, pois abrange instalações e equipamentos. Os insumos básicos dessa produção denominam-se recursos e atrativos turísticos. O processo de Turismo corresponde exatamente à estrutura de produção da atividade turística.

No SISTUR os fatores de produção são combinados para resultar em uma unidade do produto turístico, que se expressa no mercado como bens e serviços vendidos através de demanda diversificada.

Para Beni o processo de Turismo se desenvolve de maneira eficiente quando dispõe da infraestrutura de apoio, como transporte e comunicação, saneamento básico e ambiental, e serviços públicos.

Apenas para lembrar, o autor registra que a complexa organização, tanto pública quanto privada, que controla a produção e a venda de bens e serviços turísticos nos mercados denomina-se “superestrutura”; este termo simplifica o conceito dessa inter-relação. É comum que na superestrutura denomine-se a soma “infraestrutura”, e o processo de Turismo como “conjunto de facilidades turísticas”.

Para que a combinação desses fatores e o processo de produção de bens e serviços turísticos ocorram é preciso que exista uma demanda real ou potencial, com as pessoas realizando atos de consumo chamados “atividades turísticas” em seus deslocamentos.

O esquema a seguir permite uma visualização total desses procedimentos.

Atrativos	+	Facilidades	=	Atividades
Turístico		Turística		Turísticas

O produto turístico tem as seguintes características gerais: está baseado no fator tempo; é irrecuperável se não for usado; não pode ser acumulado; não pode ser transportado nem transferido; sua matéria-prima não se agrupa; é extremamente dinâmico e instável, pelos gostos, preferências, modas; é opcional na escala de necessidades do consumidor, razão por que sua demanda é extraordinariamente elástica.

#### 2.4.3.3 Subsistema de distribuição

No SISTUR o processo de distribuição é o conjunto de medidas tomadas com objetivo de levar o produto ou o serviço do produtor ao consumidor.

Este subsistema compreende em geral: a escolha dos canais; seleção dos intermediários; seleção da oferta; programação de visitas; prospecção e entrega da oferta aos intermediários; venda; estimulação das vendas; relatório de venda; e análise de controle das vendas, segundo o autor.

Na comercialização do produto turístico, a definição do processo de distribuição constitui uma estratégia de *marketing* e, por isso mesmo, é necessário ater-se a uma análise já que se conhecem as características específicas do produto turístico, a partir das quais a função de distribuição e venda diferencia-se também de outros produtos, embora haja pontos em comum. A otimização do processo de distribuição assume, a cada dia, importância maior, principalmente porque as empresas de Turismo, como agências, operadoras, hotéis e transportadoras têm mobilizado grandes somas para a implantação dos equipamentos necessários para atender às exigências dos clientes, conforme Beni. Em função disso, um hotel ou um avião

necessita de altas taxas de ocupação para amortizar o capital investido, e isso só é alcançado através da otimização do processo de distribuição. Sabe-se que a publicidade ou a promoção de vendas, por melhores que sejam, têm suas limitações; portanto, são os distribuidores que, em última análise, levam o consumidor à decisão. Daí a importância de uma excelente escolha entre as empresas encarregadas da distribuição.

#### **a) Noção de Demanda em Turismo**

Para Beni, as pessoas que se deslocam temporariamente de sua residência habitual com propósito recreativo ou por outras necessidades e razões, demandam a prestação de alguns serviços básicos.

Para serem transportadas às destinações escolhidas, provocam a demanda de transportes, com características específicas, a qual se traduz na procura de meios adequados. Por exemplo, o transporte rápido comporta a demanda de serviços aéreos; o transporte mais lento abrange a demanda de meios terrestres ou marítimos.

Para serem alojadas convenientemente nos locais de destino e de estada criam a demanda de equipamentos receptivos, que são de várias categorias em função do poder aquisitivo dos consumidores.

Para terem fácil acesso ao objetivo específico de seu deslocamento, que poder ser um estabelecimento termal, um museu, uma pista de esqui, uma região panorâmica nas montanhas, solicitam a demanda de organização de serviços de acesso, de cuja eficiência irá depender a realização da finalidade dos turistas.

Para serem promovidas dos bens e serviços necessários ao seu estilo de vida, dentro do permitido pelo nível de renda, produzem a demanda de bens de consumo.

Assim, segundo o autor, em termos bem gerais, tem-se que a demanda em Turismo é um compósito de bens e serviços, e não demanda de simples elementos ou de serviços específicos isoladamente considerados; em suma, são demandados bens e serviços que se complementam entre si.



#### 2.4.3.4 Subsistema de Consumo

O Turismo cresceu muito nesses últimos anos, e seus integrantes estão operando com maior eficiência; hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e organizações turísticas aprenderam a tratar seus negócios com eficácia. Estados, comunidades, órgãos de Turismo regionais e locais estão sempre procurando atingir eficiência com eficácia; há uma necessidade premente de melhor conhecer os consumidores, como alvo e centro desse setor de serviços, e sua decisão de compra, para Beni.

Essas empresas e órgãos de Turismo desejam ter dados sobre os consumidores: seus hábitos, preferências, necessidades, grau de cultura, faixas etárias, rendimentos, se viajam em grupo, em família ou sozinhos; não chegam a compreender outros fatores que se produzem e influem notavelmente nas diferentes destinações turísticas e empresas de serviço do setor.

Idade, renda, educação e outras informações demográficas fornecem uma visão dos consumidores de determinados serviços, mas quase nunca se explica o motivo de um turista eleger um destino em vez de outro, escolher uma operadora turística, um país, uma companhia aérea e não outras, e assim por diante; as estatísticas não podem explicar a razão de duas famílias, muitas vezes residindo na mesma rua e com idênticas características demográficas, terem uma conduta tão distinta em suas viagens; é por isso que se deve pesquisar com critérios científicos o comportamento do consumidor e a estrutura de sua tomada de decisão, encerra Beni.

### **3 DESCONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO O SISTUR**

Nesse capítulo, recuperam-se conceitos expostos nos demais capítulos, buscando atender os objetivos propostos no início do trabalho. Nesse trabalho considera-se a produção do conhecimento como um processo complexo e artesanal. Semelhante à confecção de uma grande rede de pesca.

A cada pesquisa, o pesquisador, como um pescador a cada pesca, tece mais uma trama da rede e ajusta os intervalos dos nós, costura e recostura a trama de acordo com o que deseja apreender. Na pesca, assim como na pesquisa, não se pode apreender o ecossistema do oceano por mais justa que seja a trama. Ao retirar aqueles elementos do mar, mesmo que permaneçam vivos ou sejam transpostos em um ambiente reconstruído não terão as mesmas características, o mesmo comportamento que no ambiente de origem.

Da mesma forma, a pesquisa científica traz a tona alguns elementos de um oceano e por mais abrangente que seja a rede e por menor que sejam as distâncias entre os nós. A trama dificilmente conseguirá apreender todos os elementos que representem o oceano em quantidade e qualidade e permitam conhecer suas relações.

O foco dessa dissertação está centrado no tramar da teia, ou seja, no modelo de análise. Sem a pretensão de iniciar uma nova rede, partimos de uma trama extremamente resistente e abrangente, tecida inicialmente pelo experiente “artesão”, Dr. Mário Carlos Beni, que generosamente nos incentivou a continuar a tecer e ajustar a trama com vistas a abranger o turismo. Tessitura que de certa forma foi continuada por sua orientanda, Dra. Marutschka Moesch, em seu doutorado, e neste trabalho, tem o papel de orientadora e vem tecendo e ensinando a tecer durante dois anos. As linhas para tecer a rede são os conhecimentos disponíveis e escolhidos pelo sujeito pesquisador para compor aquela trama, de acordo com o objeto que se pretende apreender.

Beni (1998), tendo a teoria dos sistemas como guia para sua trama, construiu o Sistur, uma rede que tem como objetivo apreender o turismo em sua totalidade. Considerando o turismo como um sistema composto por subsistemas que interagem entre si, o autor utilizou-se de diferentes linhas e tamanhos de nós e intervalos entre esses nós, a fim de conseguir apreender, na mesma rede, elementos representativos de cada um desses subsistemas e suas respectivas orientações. As linhas seriam os conhecimentos, de cada uma das áreas, utilizados pelo autor para a descrição dos subsistemas. A trama e os nós se referem às relações estabelecidas por ele entre esses conhecimentos, para a composição do Sistur.

O SISTUR, como uma resistente rede, vem sendo utilizado para a análise do turismo e assim possibilita a “apreensão” de diferentes componentes em subsistemas. O processo de construção do estudo de caso, realizado nos anos de 2011-2012 em Foz do Iguaçu, possibilitou o exercício metodológico de utilização do SISTUR de Beni, enquanto modelo referencial para análise.

Ao lançar a rede SISTUR sobre o universo do turismo de Foz do Iguaçu o objetivo era categorizar e analisar os dados e conhecer o estado da arte do turismo no local. Assim foi possível conhecer a amplitude e a capacidade de apreensão dessa rede enquanto instrumento metodológico.

Durante o processo, a “rede” Sistur foi se mostrando insuficiente para o objetivo proposto de se compreender o turismo em sua complexidade naquele determinado território. Pois, ao realizar a análise dos dados a partir das categorias do Sistur, descrevendo como se configurava cada um dos subsistemas em Foz do Iguaçu, objetivava-se com a soma das partes obter o diagnóstico do todo, do sistema turístico, o que não foi possível, pois a simples soma das partes não revela a complexidade de suas conexões.

A partir do SISTUR foi possível ter uma visão do turismo de Foz em suas diferentes dimensões, descrever e analisar cada um de seus subsistemas. No entanto, ao analisar as linhas e tramas dessa rede, foi possível perceber que as linhas e costuras para captar determinados elementos estão mais estruturadas do que outras, fazendo com que estes se sobressaiam em relação aos outros, nem sempre correspondendo à dinâmica do sistema.

Como exemplo, destaca-se o subsistema econômico, cujas tramas estão justas, ao descrever esses subsistemas o autor o faz com um grande nível de detalhamento e elenca um grupo de indicadores fornecendo subsídios para a análise. Enquanto a análise de subsistemas como social e cultural, são recomendados índices e indicadores que não possibilitam conhecer as especificidades desses elementos. Permitem apreender o objeto, mas faltam elementos para compreender a sua complexidade junto ao tecido social onde é exercido.

Em busca de uma trama adequada para a apreensão do turismo em sua complexidade que revelasse as suas especificidades locais, iniciou-se o exercício de análise e desconstrução do SISTUR. Utilizando como base as linhas além dos componentes do SISTUR, os conhecimentos apresentados nos capítulos anteriores e tendo como norte as questões de pesquisa foi-se decompondo a trama existente. Nessa decomposição buscava-se um modo diferente de costurar, tendo como guia as noções operatórias de campo e habitus, e os princípios da complexidade de Morin.

Descreve-se a seguir os desafios e possibilidades encontrados no processo de construção dessa nova trama, com o objetivo de compartilhar experiências, contribuindo para a tessitura de novas redes e de uma epistemologia do turismo, ressignificando conhecimentos.

### **3.1 O estudo de caso Foz do Iguaçu tendo como noção operatória o Sistur-incompletudes**

A percepção em relação à incompletude do SISTUR enquanto modelo referencial e a necessidade de sua ressignificação para compreensão do turismo em sua complexidade se deu a partir do exercício metodológico realizado em Foz do Iguaçu.

A apresentação de um recorte do estudo realizado em Foz do Iguaçu e o detalhamento da metodologia é considerada aqui como de um referencial empírico

que motivou e serviu de base para a análise do SISTUR e necessidade de ressignificação.

O estudo foi realizado para compor o Diagnóstico de Turismo de Foz do Iguaçu-PR e Região Trinacional que teve por objetivos a identificação dos fatores que contribuem ou dificultam na realização de ações de inovação em turismo em Foz do Iguaçu e Região Trinacional<sup>2</sup>. Partindo da compreensão do estado da arte atual do Turismo na Região Trinacional - cidade polo brasileira Foz do Iguaçu como um processo histórico de solução as necessidades econômicas de grupos e, ou, empresas familiares no contexto de uma região de fluxos contínuos propiciados pela localização de fronteira.

A construção teórico-metodológica proposta para a resgate da construção de sentido do Turismo no recorte Região Trinacional, cidade polo brasileira Foz do Iguaçu, procurou aproximar as noções de *campo* e *habitus* em Pierre Bourdieu (2011 e 2003); e as teorização de Fredric Jameson (1992), no que esta avança para problematizar dialeticamente o princípio marxista da relação infraestrutura - superestrutura, frente a pós-modernidade e na relação do modelo sistêmico de turismo de Beni (2001). Ao tecer estes quadros interpretativos buscou-se o resgate dos percursos de *construção de sentido* em termos de uma memória turística emergindo em um *campo* turístico específico.

De acordo com Lahire (2002), analisar as estratégias dos agentes permite ao investigador entender como os atores do processo histórico se posicionam no *campo*, o poder simbólico que se estabeleceu ao longo do tempo em torno destes empreendimentos e subsequentes atores, e/ou políticas públicas que influenciaram na territorialidade estabelecida na região.

A construção do diagnóstico foi dividida em três etapas: A primeira dedicada à pesquisa de campo com o objetivo de resgatar o processo histórico de organização das instâncias turísticas na Região Trinacional, cidade polo brasileira Foz do Iguaçu, considerando-se a presença, ou não, de momentos de inovação e/ou ruptura, em especial a partir da constituição do Parque Nacional das Cataratas; da construção da Itaipu Binacional; da implantação do tratado do MERCOSUL; da

---

<sup>2</sup> Compreende os municípios de Puerto Iguazu, Wanda, Puerto Esperanza e Puerto Libertad na Argentina; Foz do Iguaçu no Brasil e Presidente Franco, Ciudad del Este, Hernandárias e Minga Guazú no Paraguai segundo resolução GMC 41/97. Com ênfase aos municípios de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este.

atuação da Prefeitura Municipal; da execução do PNMT; e da presença acadêmica na formação, no ensino e na pesquisa para o Turismo na região.

Na segunda etapa da metodologia foram analisadas as contingências das *invenções* locais em termos de um *habitus* turístico, e deste no contexto do país, considerando a análise comparativa dos dados coletados na primeira etapa, buscando avaliar como se constitui o *campo* do Turismo no âmbito regional e as possíveis *instâncias de validação* a ele inerentes, constituídas ao longo do processo a luz do modelo do SISTUR. Na terceira etapa buscou-se, a partir dos dados arrolados, responder a questões mais amplas e acadêmicas, associadas aos processos de globalização, mais especificamente das relações local/global e o turismo.

Para efeitos deste estudo apresenta-se um recorte, priorizando a primeira e a segunda etapa da metodologia acima descrita, fornecendo subsídios para a análise do SISTUR.

### 3.1.1 A construção do banco de dados a partir do modelo do SISTUR limites de sua aplicação no campo da pesquisa

O objetivo da primeira etapa da pesquisa era compreender os processos vinculados à implantação do turismo na cidade de Foz do Iguaçu desde os anos de 1950 até os dias atuais. Para isso foi feito um levantamento de informações existentes (inventários; diagnósticos; planos municipais, regionais, estaduais e aspectos legais relevantes relacionados ao turismo; pesquisas de demanda; planos de marketing; etc.) e posterior sistematização e análise destas informações para obter um panorama geral do turismo na Região Trinacional, a partir de Foz do Iguaçu. Diante do volume e diversidade de informações disponíveis e da necessidade de sistematização destas, optou-se pela criação de um banco de dados visando a sua posterior utilização para outros fins.

A fim de facilitar o acesso às informações aos membros da equipe de pesquisadores do POLOIGUASSU, bem como a análise que fora feita em conjunto, e, em alguns momentos à distância. O banco de dados foi criado no formato de

plataforma colaborativa (wiki). Nessa plataforma todos os componentes da equipe poderiam postar os documentos coletados bem como indicar as possíveis relações e analisar os diferentes dados, construindo assim um sistema de informações que subsidiariam não apenas a elaboração deste diagnóstico como de outras pesquisas posteriores.

Uma vez escolhida a linguagem e criada a plataforma wiki, a equipe tinha como desafio escolher uma metodologia para inserir o grande volume de documentos e informações encontradas em diferentes formatos e estado de conservação. Para isso seriam necessárias duas etapas, a primeira seria estabelecer critérios de inclusão desse material na composição do banco de dados. A segunda seria a categorização dessas informações de forma que possibilitassem a análise e a construção do diagnóstico de turismo de Foz do Iguaçu e Região Trinacional.

Na primeira etapa de seleção das informações os documentos foram classificados de acordo com a natureza do documento: Documentos públicos: arquivos públicos: arquivos governamentais (federais, regionais, escolares, ou municipais); arquivos do estado civil; arquivos de natureza notarial ou jurídica; jornais; revistas, periódicos. Documentos distribuídos: (publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos); Documentos privados: arquivos privados; Documentos de organizações políticas, sindicatos, igrejas, comunidades religiosas, instituições, empresas; Documentos pessoais: autobiografias, diários íntimos, correspondências, histórias de vida e documentos de família.

Após essa classificação era feita uma análise preliminar dos documentos para determinar a sua inclusão ou exclusão no banco de dados conforme metodologia proposta por Cellard (1998) que indica os seguintes critérios para a seleção das informações: A- Contexto; B- Autores; C- Autenticidade e confiabilidade do texto; D- Natureza do texto; E- Conceitos chave e a lógica interna do texto.

Após a seleção prévia dos documentos, os mesmos deveriam ser organizados na plataforma. Para a sistematização das informações era necessária a criação de categorias do banco de dados. Nessa fase, a equipe deveria decidir como seriam dispostas as informações na plataforma e conseqüentemente como seriam

acessadas. Era necessário se buscar um critério de ordenação, classificação das informações, que poderia ser por ordem alfabética, ou cronológica, por conteúdo.

Por se tratar de um banco de dados em uma plataforma wiki, que tinha como objetivo a análise do turismo em Foz do Iguaçu, a qual poderia ser disponibilizada posteriormente à comunidade científica e ao público em geral. Assim a equipe optou por organizar as informações em categorias e subcategorias de análise. Para isso era necessário buscar noções operatórias Bourdieu (2011), que embasasse o sistema de categorização das informações.

Após análise de estudos semelhantes, revisão de literatura e debate entre os pesquisadores da equipe do Instituto Polo Iguassu, optou-se por adotar a Teoria do Sistema Turístico – SISTUR, Beni (1996) como eixo referencial para criação das categorias e classificação das informações que se transformaram em noções operatórias. Por se tratar de um modelo teórico que tem como objeto o turismo.

A partir do modelo teórico do Sistur foram criados sete grupos de categorias para organização das informações de acordo com os subsistemas, Beni (2001). Conforme descrição abaixo:

❖ GRUPO 1 – SUPERESTRUTURA:

Descrição das Subcategorias: Leis, normas, decretos, acordos bilaterais, protocolos de intenção, convênios. Normatizações e legislações de forma geral. Políticas, diretrizes, programas, projetos, de turismo federal, estadual, municipal, transfronteiriços de ocupação territorial, desenvolvimento de atividades. Plano Diretor, Planos de sensibilização e educação para o turismo, Promoção do turismo interno, Turismo social, Entidades de classe; Desenvolvimento do processo de planejamento estratégico: avaliação da posição do turismo como prioridade municipal, atitudes da comunidade, avaliação das expectativas dos empresários.

❖ GRUPO 2 - INFRA- ESTRUTURA:

Descrição das Subcategorias: Serviços básicos ou de apoio ao sistema turístico. Infraestrutura interna: localizadas dentro dos limites de influência de um destino turístico. Infraestrutura externa: sistema que contribui para



aproximar um destino turístico ao outro, ou então, com centros urbano-industriais, urbano-rurais. Infraestrutura de apoio turístico: Serviços urbanos; Informações básicas do município; Sistema de transportes; Sistema de comunicação e telecomunicações; Sinalização turística, centros de informação ao turista; Sistema segurança; Sistema de saúde;

- ❖ GRUPO 3 - SUBSISTEMA ECOLÓGICO: Espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e consequências do turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um dos fatores. Ecologia, Ecossistema, alterações no ecossistemas: acumulação de resíduos, lixos tóxicos, contaminação das águas, poluição atmosférica. Aglomeração e concentração e urbana, conglomerados e complexos industriais. Resíduos sólidos e líquidos Privatização das áreas de lazer; Mineração e indústria extrativa; Programas de proteção e conservação da natureza; Preservação ecológica: defesa contra erosão hídrica e sólida, contra incêndios, privatização de áreas coletivas; Programas de regularização das reservas florestais, santuários ecológicos, áreas de piscicultura, de caça; Posicionamento quanto a poluição das águas Manutenção de equilíbrios biológicos e das condições paisagísticas; Desenvolvimento de parques e reservas; Restauração, repovoamento piscícola, reflorestamento; Desassoreamento e limpeza de rios, eliminação de resíduos; População ribeirinha; Desalojamento da fauna selvagem; Diminuição das condições de habitabilidade das áreas turísticas (lixo, fluxo pessoas) Impactos de equipamentos receptivos em zonas de matas; Construção de barragens, reclusas; Hidroelétricas; Ações de preservação e restauração do Meio Ambiente sobre comunidades: educação, sensibilização, legislação, parcerias; Sobre sociedade: no plano político, Atrativos naturais: Flora: ecossistema predominante, tipos de vegetação, espécies endêmicas, raras e extinção. Fauna: diversidade faunística do ecossistema da região, espécies endêmicas, raras e extinção. Paisagem: Planaltos e planícies, vales, rochedos, patamares. Costas ou litoral: praias, restingas, baías, enseadas, penínsulas, enseadas. Terras insulares: ilhas, arquipélagos, Hidrografia: Rios, Lago, praias fluviais e lacustres. Quedas d'água: cataratas, cachoeiras, salto,

cascata, corredeira. Fontes hidrominerais/ termais. Unidades de conservação: nacional, estadual, municipal. Cavernas, grutas, furnas; Áreas de caça e pesca;

- ❖ GRUPO 4 - SUBSISTEMA ECONÔMICO: Renda nacional, renda disponível, renda per capita, Índice de preços, limitação de meios e recursos turísticos, Situação do investimento, Financiamentos, Incentivos fiscais. Turismo como forma particular de atividade econômica. Demanda. Teoria da indiferença e do equilíbrio, efeitos substitutivos da oferta, Distribuição do gasto, crescimento dos custos de produção Empresas prestadoras de serviços, do comércio, da construção, Exercício de profissões ligadas ao turismo. Consumidor. Balança de pagamentos. Setor exportador. Taxas alfandegárias. Desenvolvimento do turismo. Tráfego de turistas. Efeito multiplicador da economia Efeitos do turismo sobre a receita e geração de empregos. Contribuição para a formação do produto interno bruto. Multiplicador de receita. Gasto do turista. Multiplicador de venda. Efeitos inflacionários. Mercado de câmbio. Balanço turístico - turistas. Internacionais. Conta satélite. Uso da capacidade instalada de alojamento (nº de leitos). Pessoal empregado no setor Quanto aos serviços turísticos, os quais são destinados à satisfação das motivações, necessidades e preferências do turista, podem ser assim classificados: 1. receptivos (atividades hoteleiras e extra-hoteleiras); 2. de alimentação; 3. de transporte (da residência à destinação turística e no centro receptor); 4. públicos (administração turística, postos de informações, etc.);
- ❖ GRUPO 5 - SUBSISTEMA SOCIAL: Primeiro Grupo. São os turistas, aqueles que dispõem de condições socioeconômicas que lhes permitam consumir parte de sua poupança no gozo do lazer, durante o período de tempo em que se dedicam a viajar. Segundo Grupo. São os trabalhadores em hotelaria, sobre tudo os que integram a mão de obra temporária. E aquele coletivo migrante que atende à comunidade, que se estabelece ou para trabalhar ou para servir o primeiro grupo em troca de um salário que não poderia ganhar normalmente nos entornos do polo turístico, não fosse a atividade do setor. As condições normais de vida nos seus locais de origem os obrigam a deslocar-se. A motivação dos que migram é clara e bem definida: melhorar suas condições de vida. Terceiro grupo. O grupo estável receptor de turismo. É

preciso dizer de início que esse grupo social receptor está mesclado pela incorporação de subgrupos e indivíduos provenientes de outras regiões e de outras culturas. Sempre em referência ao Turismo, esse grupo social autóctone é heterogêneo também sob outro ponto de vista: é composto de pessoas que são proprietárias ou administradoras dos equipamentos turísticos- receptivos, das que trabalham nessas instalações, sejam residentes do núcleo receptor ou forasteiros estabelecidos naquela comunidade, das que estão mais ou menos diretamente relacionadas com o Turismo através de empresas prestadoras de serviços, do comércio, da construção, do exercício de profissões liberais e outros, e ainda das que, sem estar profissionalmente ligadas ao Turismo, têm algum tipo de contato com o setor.

- ❖ GRUPO 6 - SUBSISTEMA CULTURAL: o acervo dos monumentos históricos e os registros dos legados que expressão os valores da sociedade; os museus e as galerias de arte, que reúnem as várias modalidades de expressão artística um verdadeiro desenvolvimento de culturas; as manifestações populares de caráter religioso e profano; O folclore que retrata numa reconstituição cênica de ambiência histórica, as etnias formadoras de populações; a cultura popular, que mais efetivamente evidencia o presente de cada área, tornando-se, por vezes geradora de fluxos turísticos específicos e caracterizadores de regiões dentro de um único país. Significado do patrimônio cultural na oferta do turismo. Conteúdo cultural da área receptora como atração turística. Hospitalidade. Memória, lugar de memória. Preservação e conservação do patrimônio. Bens imateriais; bens materiais. Turismo e mudança culturas. Impactos culturais. Sustentabilidade cultural. Revitalização da cultura, aculturação. Recreação e entretenimento na área receptora. Equipamentos culturais.
- ❖ GRUPO 7 - SUBSISTEMA DO MERCADO: Nesse grupo foram inseridos os subsistemas de distribuição, oferta, demanda, produção e consumo: Demanda; Oferta; Fluxo turístico; Comercialização do produto turístico; Definição do processo de distribuição; Estratégia de marketing; Produto turístico; Função de distribuição; canais de distribuição, estratégias de distribuição.

Após a análise preliminar as informações eram inseridas na plataforma wiki vinculadas a uma categoria correspondente, de acordo com seu conteúdo. Por se tratar de uma plataforma wiki optou-se por utilizar o recurso de *tag*, que consiste em identificar um determinado dado com a categoria correspondente, para facilitar sua visualização no mecanismo de busca. Quando se faz uma busca na plataforma por categoria, ou subsistema todas as informações pertinentes àquela categoria podem ser visualizadas. Ao acessar a página correspondente a determinado dado, o usuário visualiza o título, o ano, o tipo de documento, a autoria do documento, a fonte, um resumo do conteúdo, o link de acesso ao documento na íntegra e as categorias a ele relacionadas.

A próxima fase consistia na leitura global exploratória: apreensão do todo veiculado nos documentos; Leitura sucessiva para apreensão do todo de cada documento; Identificação das categorias potenciais dos temas para melhor sistematização das ideias; Avaliação dos documentos de forma crítica das cinco dimensões; Reclassificação das categorias de análise.

O processo de seleção, classificação e reclassificação das informações aconteceu durante todo o processo de pesquisa, pois à medida que se realizava a releitura dos documentos, e se encontravam informações complementares, ou de acordo com o contexto o mesmo documento poderia ser classificado em mais de uma categoria. E esse processo, tornou-se um exercício metodológico, pois cada dificuldade em categorizar uma determinada informação ou a cada análise realizada as categorias do Sistur eram complementadas e ressignificadas.

Outra evidencia importante no trabalho realizado na construção do Banco de dados de Foz do Iguaçu que motivou o problema de pesquisa desta dissertação foi a necessidade de se rever a dinâmica do SISTUR e trabalhar as categorias operacionais dos subsistemas de forma transversal, numa trama, onde o campo turístico vai se estabelecendo pela dinâmica dos subsistemas e habitus do local.

### **3.2 O SISTUR e a noção de campo: O resultado da experiência de Foz do Iguaçu**

Visando compreender essas relações e interações entre sujeitos constituintes do espaço turístico, adotou-se a noção operatória campo, de Bourdieu, como linha para estreitar essa trama metodológica que permita a compreensão do turismo em sua complexidade.

Assim como já citado no decorrer desta dissertação o turismo deve ser entendido enquanto uma prática social, um fenômeno recheado de trocas simbólicas em um determinado espaço. Portanto, desvelar a sua constituição requer a compreensão de como se estabelecem e reproduzem-se as relações sociais e as relações homem-natureza naquele determinado território, muito anteriores e determinantes da relação mercadológica estabelecida pela economia do turismo. Esta relação mercadológica deve ser vista como uma das variáveis desse conjunto complexo de relações-reproduções envoltas por elementos simbólicos (habitus), que se configura o fenômeno turístico em um determinado tempo-espaço.

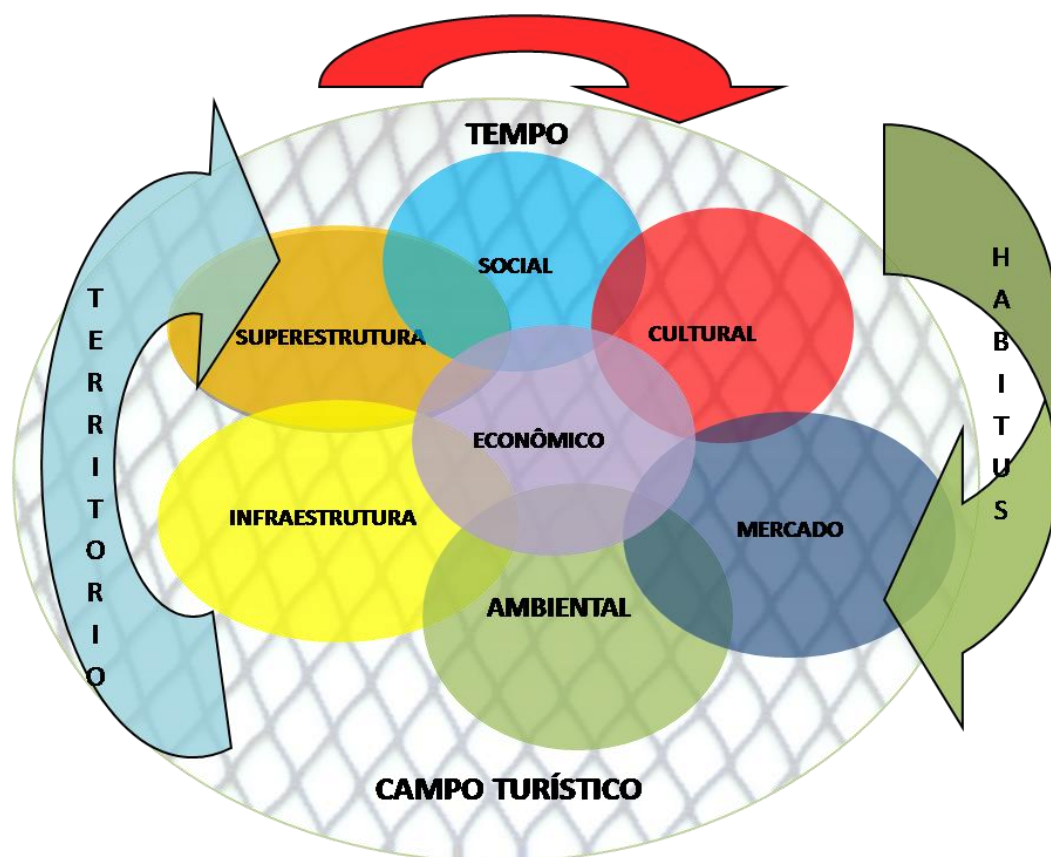
A noção operatória de campo permite elaborar um modelo de encaixe e interpretação dos fatores sociais retidos como pertinentes para dar conta de um dado estado da cena sociocultural em que está inserido o turismo de Foz do Iguaçu, partindo do marco da relação homem-natureza (Cataratas do Iguaçu), demarcada pela potencialização dos recursos materiais e imateriais do território, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população.

No caso de Foz do Iguaçu, buscou-se a partir dos subsistemas do Sistur analisar os dados que comporiam o campo turístico, para essa construção foi necessário uma pesquisa histórica. Os subsistemas do Sistur são compostos a partir de elementos e indicadores, constituindo uma relação causa-efeito. Tais condicionantes modelares não permitiram estabelecer as relações entre os subsistemas dificultando o clareamento de suas determinantes históricas. Assim, buscou-se a ligação entre os fatos constituintes dos subsistemas, a partir da noção de campo e habitus o que recuperou a historicidade das relações como um campo de trocas simbólicas.

Do ponto de vista do Campo se pode captar posições produtoras de visões, obras e tomadas de posição, a que correspondem as classes de atores sociais providos de propriedades distintivas, portadores de um *habitus*, também socialmente constituído.

Ao falar em campo turístico, substitui-se a noção de sociedade pela de campo, pois entende-se que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada só por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos (econômico, cultural, intelectual, etc.).

Assim na tentativa de explicitar essas relações entre funções sistêmicas do turismo e o conjunto de microcosmos sociais em que o fenômeno é tecido modelou-se a figura abaixo como representação do campo turístico.



**Figura 10 - Campo Turístico e a Noção de Complexidade**

Fonte: Autora (2014)

Esta noção de campo turístico impõe ao campo regras de um jogo e desafios específicos irreduzíveis às regras deste jogo, ou aos desafios dos outros campos, ou seja, as formas de produção e reprodução do capital pelo comércio de fronteira – e a maneira como atuam estes comerciantes – que nada tem a ver como atuam os empresários do setor do turismo – e a maneira como concebem seu negócio – diferentemente de um hoteleiro ou um agente de viagem receptivo. Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo a construção do turismo.

Entende-se que os atores sociais estão inseridos especialmente em determinados campos sociais. A posse de grandezas de certos capitais: cultural, social, econômico, política, artístico, esportivo, etc., e o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, sua identificação com uma classe social. Para um ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (jogar).

No caso de Foz do Iguaçu, na pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do território evidenciou-se que o sentimento de hospitalidade foi propulsor deste empreendedorismo, em uma época em que a localização continental do território vivia quase um isolamento do restante do país, tanto pela precariedade de acessos terrestres e fluviais, como por sua posição econômica e política.

Segundo o Relatório da Pesquisa realizada para elaboração do Diagnóstico da memória do território de Foz do Iguaçu (POLOIGUASSU, 2013), o empreendedorismo postulado pelos primeiros proprietários de hotéis, que tinham como objetivo possibilitar aos visitantes de outros países a experiência turística desta beleza monumental, as Cataratas do Iguaçu, registram inovação na memória deste território, cercado pela Mata Atlântica e posicionada no interior de um país, como o Brasil, de colonização marcadamente litorânea distante de qualquer cidade representativa do poder central.

Atraídos pela beleza dos Saltos de Santa Maria, como ainda era chamada na época as Cataratas do Iguaçu, Gibaja y Nuñez juntamente com Aguirre

constroem o primeiro hotel e um porto em Iguazu para melhor receber e facilitar o acesso dos turistas. O Cônsul brasileiro em Posadas (AR) percebeu o valor turístico para o desenvolvimento da área e sugeriu ao governo brasileiro a abertura de alternativas de visitação das Cataratas no lado brasileiro, também (POLOIGUASSU, 2013).

Os registros da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que foi instituída em 1905, este território das Cataratas do Iguaçu pertencia a Jesus Val, um uruguaio naturalizado argentino, que de acordo com o documento, era residente no local desde 1897 e recebeu da Colônia Militar este lote de 1.008 hectares para fins agrícolas (POLOIGUASSU, 2013).

Incentivado pelo prefeito da época, Frederico Engel, 1915 instala o primeiro hotel na cidade. Nesta época, no lado Argentino das Cataratas do Iguaçu já havia um grande hotel, e no lado brasileiro ainda não havia estradas que conduzissem até as Cataratas. Engel vendeu os hotéis que tinha no Paraguai e investiu na abertura do hotel Brasil na sede da cidade de Foz do Iguaçu e junto às Cataratas. Sob sua responsabilidade custeou a limpeza da estrada abrindo os primeiros 16 km para se chegar as Cataratas, onde instalou um hotel pequeno que tinha dois quartos para quatro pessoas (RIOS, s/d apud POLOIGUASSU, 2013)

Os dados evidenciam que a construção de um campo turístico em Foz do Iguaçu tem como marco esta relação homem-natureza, sob a ótica da contemplação ao atrativo natural e sua grande dimensão. As estruturas criadas para receber o visitante visavam seu conforto para possibilitar sua visita no Parque Nacional do Iguaçu.

Estas iniciativas no campo da hospitalidade não se restringiam a hospitalidade comercial, pois estes hoteleiros juntamente com demais empresários que começaram a investir na cidade de Foz do Iguaçu entendiam que a beleza e monumentalidade do atrativo Cataratas do Iguaçu não poderiam ficar desconhecidos ao país, e ao mundo, por tanto tempo. A intencionalidade dos primeiros investidores na possibilidade de um turismo regional foi insuficiente para a implantação do turismo de forma efetiva, mas, sem dúvida seu pioneirismo marcou a intencionalidade da existência de um campo turístico na região, a partir do atrativo



natural das Cataratas. Conforme relatos de pioneiros como Elfrida Engel neta de Frederico Engel (RIOS, s/d).

Toda a família trabalhava de sol a sol. Só tinha um ajudante de cozinha... Eu passava a roupa de cama e mesa, e de toda a família... Eu tinha muita afinidade com meu irmão Alfredo e sempre que aparecia um turista eu ia com ele na boleia de nossa carroça para as Cataratas. Lá tinha que fazer tudo, cozinhar, limpar os quartos e servir as mesas. Ele levava o turista pelos estreitos e tortuosos caminhos para ver as principais quedas da água. Ao voltar servia a comida e enquanto o turista descansava, meu irmão ajudava na cozinha, arrumando tudo para enfrentar 4 horas de carro de volta. Quando chegávamos e aparecia outro turista, lá íamos fazer tudo de novo. Era uma vida cansativa, mas nunca reclamamos nada, era nosso dever ajudar nossos pais.

Quando existe interação social, os signos, os símbolos adquirem significados comuns tornando-se um sistema simbólico que serve de meios de comunicação entre os atores se podem falar dos princípios de uma cultura, que passa a ser parte dos sistemas de ação dos atores relevantes e de seu habitus.

As intencionalidades dos primeiros investidores na possibilidade de um turismo regional, por parte de Victoria Aguirre, Gibaja e Nuñez, Jorge Schimmelpfeng, Frederico Engel, e o deputado Jayme Ballão foram insuficientes para a implantação do turismo de forma efetiva, mas, sem dúvida seu pioneirismo marcou a intencionalidade da existência de um campo turístico na região, a partir do atrativo natural das Cataratas e conseqüente desenvolvimento econômico da região de fronteira.

Os fatos com relevância econômica e turística no Território a partir da década de 1930, até o final da década de 1970, evidenciam a relação entre a fase da expansão agrícola brasileira, iniciada pelo Governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de propiciar a interiorização da ocupação da República Brasileira, e, assim implantar os ideais progressistas sob a lógica da agroindústria (POLOIGUASSU, 2013).

Estas eram vistas como políticas desenvolvimentistas, que por sua natureza extrativista e de agrícola extensiva (monocultura), se contrapunham a valorização da

paisagem natural, e de processos mais sistêmicos de desenvolvimento. Nesse contexto o turismo poderia ter sido uma das alternativas de continuidade da construção de um desenvolvimento endógeno na Região Trinacional, mas não foi o ocorrido.

Nos anos de 1930, com o apoio da interventoria federal no Paraná, Ozório do Rosário Corrêa apresentou ao governo federal um plano que visava elevar Foz do Iguaçu a um centro turístico internacional. Expunha nesse plano, as origens das fontes financeiras para sua execução, propunha nacionalizar a região e transformar a prefeitura de Foz do Iguaçu em prefeitura especial, por dez anos. Segundo esse plano, todas as arrecadações municipais, estaduais e federais do município, seriam aplicadas exclusivamente para o benefício do município. Os empréstimos seriam realizados pelo Banco do Brasil. Foz do Iguaçu seria transformada num centro de turismo internacional com cassinos, parques de diversão, devendo então a navegação ser melhorada pelo rio Paraná. Uma rede de hotéis de linha internacional seria construída, com esses financiamentos. Tais intenções não foram levadas adiante, pois o governo federal concentrou forças na implantação da “marcha para o Oeste” buscando colonizar a região através da agricultura, não dando atenção ao potencial turístico da região como forma de progresso (WACHOWICZ, 1982, apud, POLOIGUASSU, p.142).

Para Lahire (2002) o elemento fundamental e relativamente invariante da definição do campo é sua concepção como microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social podendo ser regional, ou global. Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo o fluxo de fronteira.

Em âmbito local, dos anos 1940 até o final da década de 1950, com a melhoria da infraestrutura de acesso, criação do Parque Nacional do Iguaçu, implantação do Hotel Cassino e construção do Hotel das Cataratas, a implantação de voos nacionais e internacionais, e os investimentos públicos e privados para ampliar a estrutura hoteleira institucionaliza-se a importância do turismo como um campo de interesse da sociedade de Foz do Iguaçu. De acordo com relatos nessa época havia um fluxo nacional e internacional de turismo motivado pela beleza das

Cataratas. Nesse mesmo período ocorre o processo de urbanização da cidade de Foz do Iguaçu e sua ampliação no campo cultural com a constituição dos clubes sociais, a criação de um jornal diário e a instalação de uma rádio.

Esse sistema cultural seria um dos componentes da estrutura do sistema social de ação local, mas a este se agregou o sistema de personalidade dos atores individuais e o sistema social que estabeleceu em suas ações. O que permite entender, a partir de Parsons (1951) que cada um desses sistemas deve ser considerado fora do sistema da ação, no sentido de que nenhum deles é teoricamente redutível aos termos de nenhum dos outros dois. Cada um dos sistemas é indispensável para os outros dois, no sentido que sem personalidade e sem cultura não existiria o sistema social.

No final da década de 1960, a cada dia novos hotéis e restaurantes eram inaugurados, segundo Corrêa e Aldé (2009), em 1966 passaram por Foz 70 mil visitantes, 88 mil em 1967, 132 mil em 1968, 255 mil em 1971 (CORRÊA & ALDÉ, 2009, p.125). Os relatos dos empreendedores evidenciam a instalação de equipamentos, casas de câmbio, hotéis, restaurantes. Estas iniciativas acontecem logo após a cidade ter seus primeiros investimentos em infraestrutura básica, como melhoria da estrada que dá acesso às quedas e também o fim da BR 277 que facilita o acesso à região, o que possibilita a visita às Cataratas e ao Paraguai assim ampliando as possibilidades de investimento dos empreendedores da época.

A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo (LAHIRE, 2002). Analisar as estratégias dos agentes permitirá ao investigador entender como os atores do processo histórico se posicionam no campo, o poder simbólico que se estabeleceu ao longo do tempo em torno destes empreendimentos e subsequentes atores, e/ou políticas públicas que influenciaram na territorialidade estabelecida na região.

A partir dos relatos dos entrevistados, os primeiros empreendedores, e o investimento era motivado por um fluxo já existente de turistas e evidencia-se também a diversificação, a partir da necessidade desses turistas. Inicialmente os investimentos são em hospedagem, então surgem os restaurantes e serviços como

passeios de barco, de avião, o que evidencia uma visão empreendedora e inovadora presente nos agentes desse que vem a se constituir em um campo turístico.

Os relatos também revelam como característica desses empreendedores do período de 1960 a 1970 a falta de conhecimento técnico específico, ou mesmo de tradição no turismo, pois eram os primeiros na família a empreender no turismo, diferentemente das famílias do início do século.

Como pode ser observado no final da década de 1960, houve o desenvolvimento das estradas brasileiras, conseqüentemente favorecendo o fluxo de pessoas, pela facilidade de acesso, o que gerou um novo ciclo de construção de hotéis na região. A cidade recebe benefícios de infraestrutura como rede de esgoto, água, energia elétrica, e um aumento populacional pequeno, acompanhando o desenvolvimento econômico proporcionado pelos novos investimentos.

A construção da Usina Hidrelétrica Itaipu a partir de 1974 provoca grande transformação na cidade expansão da estrutura por um grande fluxo de pessoas que participam de sua construção. No período final da construção de Itaipu, Foz do Iguaçu havia se transformado em um grande mercado de trabalho informal, uma vez que, das 62.184 pessoas em idade economicamente ativa, apenas 29.963 eram oficialmente reconhecidas como população economicamente ativa. O restante, quando não estava no desemprego, vivia em ocupações temporárias, as quais eram oferecidas principalmente pelo comércio em desenvolvimento no Paraguai (POLOIGUASSU, 2013).

Nesta realidade de crescimento da pobreza e da falta de moradia, Catta (1994, apud POLOIGUASSU, 2013) identificou o crescimento da criminalidade, em Foz do Iguaçu, aquele que seria o terceiro grande problema surgido, a partir da década de 1970. Segundo o autor, o processo modernizador decorrente da instalação da Itaipu, que promoveu uma urbanização acelerada, associado à condição de cidade de fronteira, foi determinante para o crescimento da criminalidade neste espaço. O processo de modernização apresentou muitas promessas de trabalho, prosperidade e desenvolvimento que não contemplaram a maioria da população que migrou para este espaço. A divisão social do trabalho promoveu uma grande concentração de renda, aprofundando as desigualdades sociais e ampliando a população pobre e desempregada.

Somado a este contexto, lembra-se da ótica de fronteira como lugar de passagem e de fácil circulação de bens e pessoas ligadas às atividades informais devido ao comércio, que por vezes tornaram-se alternativas ilícitas de ganhos para os moradores não absorvidos dos canteiros de obra da Itaipu.

Em resumo, a conjunção destes elementos e as mudanças de localização e crescimento no interior da cidade, induzem uma profunda diferenciação e segregação socioeconômica entre a população residente e os distintos tipos de ocupação econômica e urbana gerando diferentes graus de vulnerabilidade social na população.

A partir dos dados e entrevistas constata-se que até meados da década de 1970 o turismo se estrutura a partir de iniciativas de empreendedores locais de forma independente, não há registros de associativismo ou outras instituições. O órgão oficial de turismo com dotação orçamentária própria é instituído na década de 1970 e embora o Conselho Municipal de Turismo tenha sido criado anteriormente, passa a ser efetivo na mesma década.

Entre os anos de 1975 e 1985 foram criadas algumas instituições buscando capacitar esses trabalhadores, direcionadas para os serviços e servidores de turismo na cidade. O período de turismo de compras, que ocorreu de 1985 a 1995 aproximadamente, foi um período de grande fluxo turístico desordenado, o que segundo os dados provocou uma grande expansão hoteleira, especulação imobiliária e desqualificação da oferta.

O sistema simbólico em Bourdieu, segundo Miceli (BOURDIEU, 2003, p. 15), teria uma lógica própria, ou seja, funcionaria como texto. A produção simbólica, por sua vez, seria um microcosmo da luta simbólica entre classes e, quando, se alcançada a sua autonomização, passaria a se constituir como um campo, ou seja, um campo de produção como espaço social de relações objetivas. Mais especificamente, entenda-se campo como o “espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social, o quantum entendido como capital social” (ORTIZ apud BOURDIEU, 1983, p. 21).

Se na década de 1970 o turista ia a Foz do Iguaçu para contemplar a natureza e lazer, nesse período o fluxo era de pessoas que iam ao Paraguai fazer compras e voltar. Se no primeiro período a busca era por conforto e opções de lazer, nesse novo período a procura era por um lugar barato onde se pudessem estocar as mercadorias ali adquiridas que depois seriam transportadas e comercializadas em todo Brasil. Conforme relatos de entrevistados esse grande fluxo acabou por transformar e precarizar a qualidade da hotelaria local.

A partir da década de 1980 há evidências de articulação entre os agentes com o objetivo de congregar e coordenar as atividades relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do município. Um dos resultados mais efetivos foi a proposta de criação de uma Secretaria, adotando-se um plano diretor e uma política de turismo e a viabilização da Secretaria Municipal de Turismo, efetivada através da Lei nº 1.081, de 19 de novembro de 1980.

O que se pode perceber a partir da década de 1980 até os dias atuais no caso de Foz do Iguaçu, a partir dos relatos e dados analisados é a dominância de agentes da iniciativa privada, sob os interesses coletivos, e a reprodução de um *habitus* estabelecido por estes atores.

Um *habitus entendido* como sistema de disposição socialmente constituído de um grupo de agentes, como princípio unificador e gerador de todas as práticas, produto da interiorização das estruturas objetivas, lugar geométrica de uma determinação, a qual plasma o futuro objetivo e as esperanças subjetivas, amarrando qualquer prática no âmbito de uma carreira ajustada às estruturas objetivas.

Espécie de mapeamento tenso e concatenado dos princípios sociais capazes de impulsionar, motivar, e, assim constituir o cerne da concorrência envolvendo os atores ocupantes das diversas posições disponíveis no interior do campo turístico.

Na década de 1990 as mudanças decorrentes da política econômica brasileira proporcionaram prosperidade comercial às cidades fronteiriças paraguaias. O turismo de compras estimulou a comercialização dos produtos importados, como abertura de novas lojas, e a atividade distribuidora de novos produtos.

A partir da segunda década de 1990 houve uma desaceleração na economia latino americana, e conseqüentemente há uma diminuição no comércio de reexportação. Soma-se a esta conjuntura a política cambial e fiscal brasileira com o Plano Real, ao aumento dos custos da transação e maior competência e globalização dos mercados de consumo no MERCOSUL. A unificação tarifária com o tratado do MERCOSUL impacta negativamente no comércio reexportador na região (POLOIGUASSU, 2013).

O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção e só nesta medida) que os produtores servem aos interesses dos grupos exteriores ao campo de produção.

Sistema de disposições discursivas, o *habitus*, está predisposto a operar como princípios de geração de práticas, que se constituíam em meio à obediência transformadora de regras, ajustadas as suas condições de ocorrência sem dispensarem a mobilização de estratégias criativas por parte dos agentes. Dessa perspectiva, a prática emerge como algo, justificado em decorrência do seu contexto e, ao mesmo tempo, como uma conduta dotada de certa autonomia em relação à situação de ocorrência, ou melhor, como produto de uma relação dialética entre um contexto e um *habitus*.

Conduta resultante de uma matriz de percepções, apreciações e outras ações, que se esgueira em meio às constringências sem se deixar determinar completamente pelas mesmas. A prática é trazida para o território de confronto entre, de um lado, um contexto definidor de condições sociais de produção do *habitus* que as engendram e, de outro, uma conjuntura das condições de operação desse mesmo *habitus* representando um estado particular do contexto, ou seja, um *campo*.

Apesar de se haver ampliado o terreno de surpresa, ora dotado de uma espécie de contingência previsível em certa medida, o *habitus* estaria na raiz das possibilidades de apreensão dessa matriz de práticas de um grupo ou de uma classe, assimilável ao que Bourdieu define como lei imanente, internalizada por cada agente por meio de suas relações sociais e poderes locais.

Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima – e por meio desta luta-, sendo instrumentos de dominação estruturantes, pois que estão estruturados, reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre campo de produção ideológica e o campo das classes sociais.

A sociedade é uma, um todo consistente, um sistema, um conjunto de elementos ordenados pela razão, organizada através da imposição dos limites sobre as partes. Estes limites demarcam os campos do saber e do poder, como espaços sociais diferenciados, construindo uma visão reducionista e unidimensional da relação existente entre saber-poder. Tal visão impõe uma mutilação do real, na qual o outro é uma parte do todo, uma e, portanto, traduzível em produto mercantilizável (MOESCH, 2004).

Os sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um campo de produção e circulação relativamente autônomo, a história da transformação do mito em ideologia, por exemplo. Não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos a exemplo da concepção de imagem produzida pelo marketing de Foz do Iguaçu, que reúne natureza e luxo, uma nova forma de dominação homem-natureza que não insere a concepção de sustentabilidade e sim de consumo hedonista, atendendo a demanda turística, segundo “o discurso dos especialistas”. Assim inverte-se a intencionalidade no uso do atrativo natural Cataratas de bem simbólico da beleza e magnitude do local, para bem mercantil de uso de um *habitus* existente na localidade inserido no mercado global.

A compreensão do turismo perpassa pelo entendimento de como se constituem as relações sociais e as relações homem natureza naquele determinado território, muito anteriores e determinantes da relação mercadológica que se estabelece no turismo.

Na experiência da elaboração do diagnóstico de Foz do Iguaçu (POLOIGUASSU, 2013) ficou evidente a fragmentação e a sobreposição de ações no desenvolvimento turístico, fato que não está restrito ao âmbito local ou regional. Ao resgatar o processo histórico de desenvolvimento do turismo, foram



entrevistadas pessoas que participaram do início do desenvolvimento do turismo e também atores sociais que participam hoje ativamente do turismo na região. Analisou-se documentos de diferentes épocas e a falta de uma política integrada e continuada, não impossibilita o desenvolvimento do turismo, gerando desperdício de recursos públicos, desequilíbrio e pouco aproveitamento, por parte da população em geral, dos benefícios gerados pelo turismo.

Para Sen (2006), empoderamento significa alterar as relações de poder a favor daqueles que previamente exerciam pouco poder em suas próprias vidas. A questão da existência de capital social, ou mesmo capital comunitário, como condição essencial para o empoderamento, remete ao debate do clientelismo. Infelizmente, em maior ou menor grau, todos os governos do mundo estão cruzados pelo clientelismo político, pois é um dos aspectos da democracia parlamentar, junto com o lobby, resultantes dos diferentes interesses de grupos e atores para controlar espaços estatais. A ação mais ou menos clientelista do Estado, da mesma forma, contribui para aumentar ou diminuir o capital social coletivo.

Vale o registro da importância de que as chamadas condições essenciais para a consecução do empoderamento precisam ser construídas e que o Estado tem um papel fundamental, podendo tanto contribuir positiva, como negativamente.

No caso de Foz do Iguaçu pouco se sabe destas iniciativas organizacionais mais sinérgicas em prol de uma coletividade não homogênea. O poder simbólico expresso pelo *habitus* reproduz o valor do saber tecnocrático e a tradição política que outorga a legitimidade de uns decidirem sobre o futuro da comunidade. A história individual converte-se numa certa especificação de história coletiva de seu grupo ou de sua classe, a ponto de até mesmo o estilo característico de uma época ou de uma classe, salvando-se dessa conformidade acachapante pela admissão de certa maneira indicativa de uma diferença pertinente.

A interpretação dos dados coletados nessa pesquisa, a luz da categoria do *habitus* e campo de Bourdieu, como do SISTUR de Beni, evidenciaram a urgente necessidade de democratização das instâncias de poder do campo turístico de Foz do Iguaçu, para então possibilitar à retomada de um projeto realmente comunitário e regional alternativo as decisões emanadas pelas instâncias representativas que pelo

*habitus* local foram construídas no jogo de interesse de alguns segmentos e não da totalidade dos envolvidos de fato.

### **3.3 A concepção por trás da rede**

É importante ressaltar que a trama de cada rede, ou seja, o percurso metodológico de cada pesquisa será diferente. Pois a construção da trama depende da visão que se tem do objeto a ser pesquisado, do domínio do método, dos recursos disponíveis e dos conhecimentos necessários para tramar a rede apropriada ao objeto que se deseja “apreender” e o objetivo da análise proposta.

No caso desta pesquisa ao aplicar a propriedade metodológica do SISTUR deve-se considerá-lo enquanto instrumento de análise, mas também a concepção de turismo a ele atrelada. Pois Beni (1997), ao elaborar o SISTUR como modelo referencial, adota um conceito de turismo como atividade econômica que orienta a construção do modelo.

De forma contrária o autor enfatiza a necessidade de não se ater a um conceito ou definição de turismo, e, por isso no início de sua obra apresenta a divisão das diferentes definições a partir das concepções: econômica, técnica e holística. Apresenta, no decorrer da obra (BENI, 2001) o turismo enquanto fenômeno, como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, como um campo de estudo super abrangente, complexo e pluricausal.

Entretanto, apesar dessa amplitude da concepção do fenômeno do turismo, não o transforma em uma noção operatória na elaboração do modelo SISTUR o que acarreta uma simplificação no tratamento de suas relações, pois sua concepção epistemológica não fora reconstruído.

Evidencia-se essa desarticulação, quando ao iniciar a descrição do Sistur, Beni traz o conceito expresso por Moesch (apud BENI, 2001, p.41) que entende o turismo como fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para o sujeito que o pratica consumido de forma tribal em um espaço e tempo tanto real quanto virtual,

desde que possível de convivência. Concepção que o caracteriza como prática social

De acordo com o modelo, o Turismo move-se na esfera do econômico. A conjuntura econômica é condicionante permanente de sua evolução, tanto na ordem micro quanto na macroeconômica. Somado ao aspecto social que o configura, que por sua vez é determinado pelas relações econômicas de uma conjuntura.

“O Turismo é manifestação e contínua atividade produtiva, geradora de renda que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção”, afirma Beni (2001, p.65).

Ao analisar os conjuntos: organização estrutural e ações operacionais percebe-se que a lógica de produção e mercado é predominante na concepção do Sistur. Ao descrever a dinâmica do sistema são destacadas suas características mercadológicas e sua lógica de produção, consumo, oferta e demanda:

Para o desenvolvimento da atividade de Turismo de um país é necessário que as unidades produtivas de bens e serviços turísticos combinem adequadamente os fatores de produção e que também sua função de produção seja otimizada, pois esta determina o volume da oferta (BENI, 2001, p.169).

Quando examina as variáveis que intervêm em todo sistema e suas possíveis combinações, Beni (2001) constata que o fenômeno é, em seu sentido mais amplo, um setor produtivo, mas não na concepção habitual do termo. “Não é um setor de produção bem definido, tal como figura a agricultura, a indústria de produtos químicos ou de derivados do petróleo.”

Por sua própria natureza, o Turismo é resultante de várias atividades econômicas; utiliza bens e serviços de outras indústrias para oferecer o que se chama “produto final”. O que faz com que questione se o produto turístico final existe realmente como nas outras indústrias. Responde que na imaginação de cada turista ele existe, mas na prática, como cada pessoa tenta em seu individualismo dar um colorido especial as suas férias, o resultado será completamente outro. Por exemplo, dois participantes da mesma viagem organizada terão, ao final, consumido um produto

diferente, bastando um consumo suplementar dos produtos nacionais, uma participação em uma atração local até uma excursão não prevista para dar uma característica diferente ao produto final (BENI, 2001).

Essa passagem evidencia a dicotomia estabelecida entre econômico e social, o que dialeticamente pode-se estabelecer como a experiência turística no campo objetivo e subjetivo que o próprio fenômeno carrega.

Para Moesch (2004) a contradição entre o modelo sistêmico e a concepção de turismo se estabelece na compreensão do que é o objeto científico da Teoria do Turismo; “enquanto permanecem na visão economicista, mesmo sob a Teoria de Sistemas, como método, não alia sujeito-objeto em seus estudos” (MOESCH, 2004, p.296).

Segundo a autora, a forma é formadora, portanto esta propositura sobre a forma do fenômeno turístico não permitiu que o Sistur avançasse nas questões epistemológicas do turismo, assim o não rompimento epistemológico imobilizou o entendimento da complexidade do objeto modelado. Razão pela qual o modelo não apreende a complexidade do fenômeno.

A análise da categoria Economia ressalta uma prática determinista. O conceito econômico está representado pela prática, a materialização ideológica do fenômeno turístico, daí sua percepção, seu significado, dentro de uma formação social capitalística, o que no modelo fica expresso pela relação oferta-demanda, descrito como conjunto de operadores do Sistur. Evidencia-se uma relação determinista entre a organização do produto e sua operacionalização no mercado, como se esse fosse um ente despossuído de relações sociais e históricas.

Castrogiovanni (2004), afirma que há certa tendência em ser ampliado o conceito de Turismo, uma vez que deva ser visto, quer como uma atividade econômica quer como uma atividade humana. Ao se apoiar nesses dois pilares, o motivo da viagem, a viagem em si, constitui-se como um importante ponto de ruptura epistemológica com as anteriores formas de antever o Turismo – à percepção estrita de Turismo, enquanto viagem recreativa ou de lazer, substitui-se por uma visão abrangente na qual deve ser considerada, uma multiplicidade de motivações

peçoais, possíveis e, quase impossíveis, na gênese dos movimentos humano do que podemos entender por Pós-Modernidade.

Molina (1998), falando sobre as mudanças que a Pós-Modernidade trouxe ao Turismo, principalmente, a partir da última década do século passado, denomina Pós-Turismo um *novo paradigma*. O Pós-Turismo nasceu nos países de maior desenvolvimento tecnológico e industrial. Através do processo de Globalização, tem se trasladado para os países de crescimento tecnológico relativo. O Pós-Turismo está regido por um novo sistema de códigos e de relações, portanto solicita uma mão de obra qualificada que entenda a complexa rede de processos simultâneos, originando o Turismo e a satisfação dos turistas. Assim, é importante que os Sujeitos envolvidos com o Turismo tenham concepções claras e noções teóricas sobre o que é, porque existe e quais são as suas representações sociais. Com isso, o Turismo passa a ser visto com mais academicismo e menos empirismo.

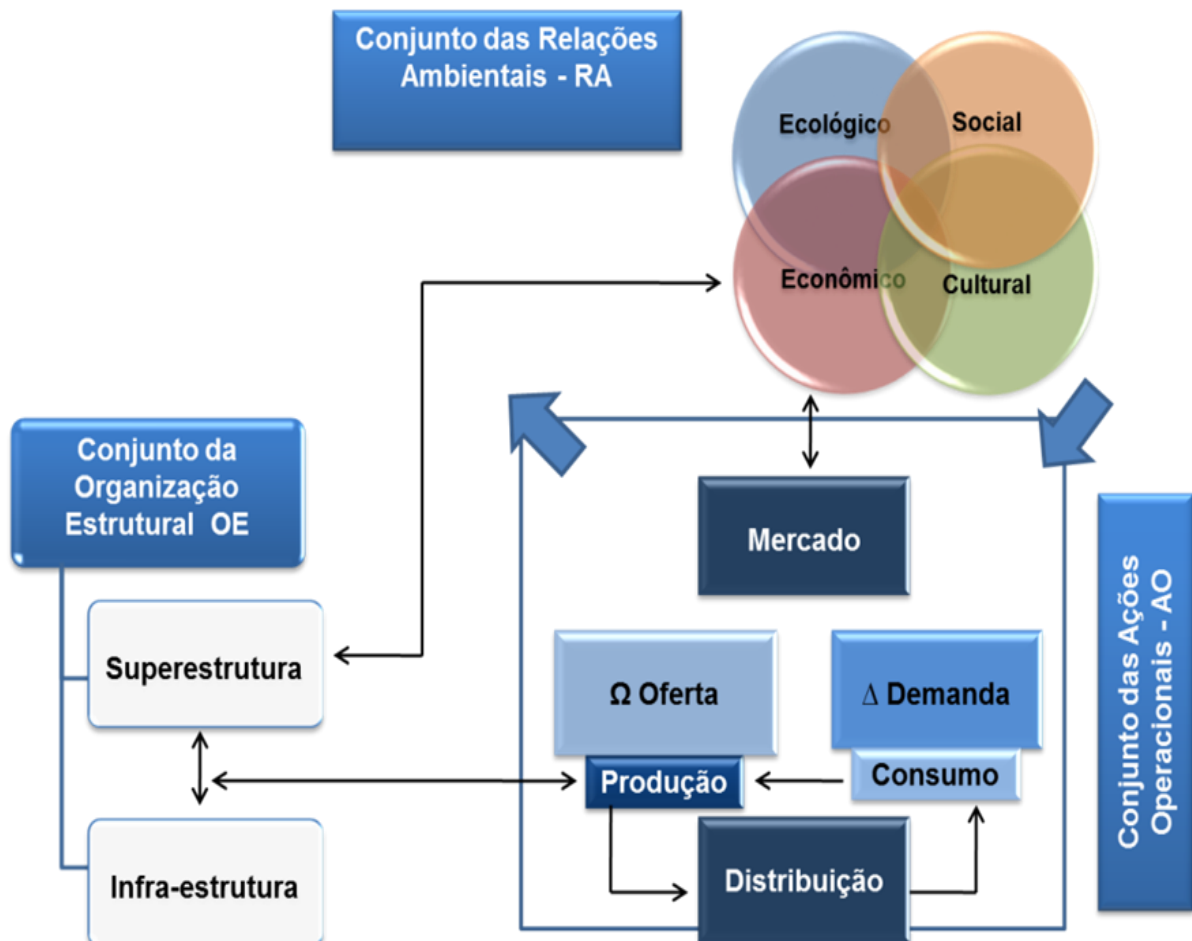
Nesta dissertação ao propor o estudo de novas possibilidades de análise do turismo, em busca por uma trama que possibilite a apreensão e compreensão do turismo adota-se o conceito explicitado por Moesch (2004) que o considera enquanto um fenômeno complexo produzido por sujeitos [...].

[...] O Turismo é produzido pelas interações entre os sujeitos que o constituem: os turistas, produtores e reprodutores do sistema, comunidade local. O Turismo mesmo, como um todo organizado e organizador, retroatua para reproduzir mediante a economia, a comunicação, o imaginário, a diversão, a tecnologia, o tempo, o espaço as vivências sociais e culturais que nômade pós-moderno (o errante) procura. Assim, é que os turistas, em suas intenções, produzem o Turismo, o qual produz os turistas que o produzem. Isso se sucede num circuito espiralado, através da evolução da história do Turismo (MOESCH, 2004, p.408).

Considerando esse olhar sobre o turismo e tendo a experiência de Foz do Iguaçu como evidência, inicia-se a análise das fragilidades e possibilidades de reconexão de cada um dos nós do Sistor, a partir de seus componentes.

### 3.4 A dinâmica do modelo Sistur: (des) atando nós

Ao desenvolver o Sistur, Beni (1998) pretendia retratar o turismo, em toda sua complexidade e multicausalidade até seu limite máximo, em um esquema sintetizador dinâmico que demonstrasse as combinações multifacetadas de forças e energias sempre em movimento. Assim adotou a conceituação de sistema, como o conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios logicamente ordenados e coesos, com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo, de modo a produzir um modelo referencial conforme figura 11.



**Figura 11** - Sistema de Turismo (Sistur) – Modelo Referencial

Fonte: Beni (2013) gráfico fornecido pelo autor

Inicia-se a análise e desconstrução da trama do Sistur a partir de sua

dinâmica de composição explicitando as contradições e incompletudes presentes a partir do exercício metodológico aplicado no diagnóstico de Foz do Iguaçu. A configuração do SISTUR em três grandes conjuntos: Relações Ambientais, Organização Estrutural e das Ações Operacionais, bem como seus componentes básicos se deu a partir de uma série de funções inerentes a natureza do turismo relatado por Beni (2001, p. 57).

Embora Beni afirme que um sistema não precisaria ser dividido considera que [...] “no caso do SISTUR, a necessidade de dividi-lo em componentes é premente, em virtude das inúmeras inter-relações verificadas em cada um dos conjuntos de subsistemas que também interagem entre si no sistema total” Beni (2001, p.47).

Remetendo-se as evidências empíricas, ao ler as informações organizadas no banco de dados, já previamente analisadas e categorizadas em cada conjunto dos subsistemas identifica-se fragmentos do objeto turístico de Foz do Iguaçu nas diferentes patês de cada um deles. Onde o todo estava na parte assim como a parte estava no todo, o que demonstrou a fragilidade da disposição entre cada parte sua falta de interrelação.

Se por um lado a divisão do Sistur em conjuntos e subsistemas facilita a coleta de dados, pois os indicadores e componentes que caracterizam cada um dos subsistemas podem ser utilizados como um roteiro de pesquisa, por outro não permite uma análise complexa devido a sua desarticulação entre partes e todos. Ao olhar da complexidade é importante notar que o todo é mais do que a soma das partes, não como um produto de adição, mas como um produto de uma dinâmica interna auto-organizacional, uma dinâmica conjunta envolvendo as diversas partes (MORIN, 2002).

Exemplifica-se, ao analisar os dados pertinentes a superestrutura, os quais possibilitaram conhecer as políticas públicas de Foz do Iguaçu relacionadas ao turismo, suas estruturas públicas e organizações existentes ao longo do tempo, como o aparato jurídico institucional estabelecido. Entretanto para compreender as relações de poder que as determinaram é necessário desvelar a trama sócio-histórica construída pelo habitus dessa comunidade.

Mesmo ao reunir todos os dados disponíveis relacionados aos conjuntos relacionados pelo Sistor, não foi possível compreender os meandros da realidade histórica de Foz do Iguaçu. A tecitura orgânica das relações estabelecidas entre as partes possibilitaria a compreensão de forma complexa do todo.

Outras questões emergiam à medida que se relacionavam os subsistemas a exemplo: Considerando o fluxo turístico e a grande quantidade de eventos realizados mensalmente na cidade, como explicar a ociosidade de equipamentos como um centro de convenções construído com verba estadual? O mesmo se questionava em relação ao espaço das Américas, espaço destinado a eventos, este construído com verba federal. Identificar a existência desses equipamentos dentro do subsistema infraestrutura, do SISTUR, não responde a questão de sua subutilização e reconhecimento por parte da comunidade como espaços legítimos para realização de eventos.

Ao aplicarmos a noção operatória de habitus verificamos pelo relato de pessoas fontes que esses espaços são expressões simbólicas do poder estatal que ao longo da história do turismo da cidade retirou o protagonismo dos empresários da localidade. Pois os mesmos não foram ouvidos nas suas reivindicações.

Morin (2000) observa que o todo inicial jamais será o mesmo, pois tem, a cada momento da partição, uma nova organização têm qualidades ou propriedades, que não encontramos no todo, mas, por outro lado, o todo inicial será sempre um conjunto único.

Sobre o Sistor, Beni (2001, p.29) explica que não se analisa ou se mede o sistema, quer no todo, quer em partes: a mensuração incide sobre as qualidades atribuídas a ele e a seus elementos. Segundo o autor, a cada elemento ou relação discernida no sistema podem ser relacionadas numerosas variáveis, passíveis de mensuração e expressam qualidades ou atributos, como fluxos, intensidade, taxas de transformação, e outros. Portanto não se mede o turismo, mas o fluxo de pessoas que se deslocam para a área receptora, o número de unidades de alojamento ocupadas ou em oferta, as taxas de ocupação, as necessidades do consumidor. A soma das variáveis endógenas e exógenas do sistema é utilizada para explicar e dimensionar o fenômeno.



No Turismo, acreditamos, neste momento, que os atrativos, são parte do todo, mas que se fazem existir, através das associações, das combinações, da vida que emerge do todo, enquanto o todo Espaço Turístico, retroage sobre as partes, emergindo (CASTROGIOVANNI, 2004).

Pensando no SISTUR, ao analisar o turismo a partir dos subsistemas se faz um recorte de um elemento que está inserido numa dinâmica de relações e ao analisá-lo no sistema turístico essas relações são reconfiguradas. Como observa Morin (2002, p. 137), “[...] o postulado implícito ou explícito de toda sociologia humana é que a sociedade não saberia ser considerada como a soma dos indivíduos que a compõem, mas constitui uma entidade dotada de qualidades específicas”.

No caso do subsistema ecológico de Foz do Iguaçu, por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu - PNI, enquanto unidade de conservação é por si só um sistema complexo de relações entre sujeitos, sujeito e natureza, indivíduo e comunidade, público e privado. Portanto é recheado de valores simbólicos, o processo de sua constituição e manutenção é permeado por questões políticas, econômicas, sociais, culturais. Ao analisá-lo na perspectiva do subsistema ecológico do Sistur, o PNI é considerado como elemento da paisagem e ação de conservação ambiental, será analisado o plano de manejo, as ações de educação ambiental propostas pela unidade, os estudos de capacidade de carga, as espécies catalogadas, o fluxo de visitantes, deixando-se de fora seu significado simbólico como fonte de identidade sociocultural da comunidade (subsistema social e cultural). Na análise do turismo de Foz do Iguaçu na perspectiva do Sistur, o Parque Nacional, passa a ser reduzido a um componente do subsistema da oferta turística, um (atrativo original). E passa a ser compreendido como um produto turístico. Nesse contexto a sua complexidade enquanto unidade de conservação, espaço simbólico e de habitus da comunidade se dilui emergindo as qualidades enquanto parte da oferta turística.

Na construção de uma trama para apreensão e compreensão do turismo na sua complexidade, a rede, que representa o instrumento de análise deve permitir que se conheça o todo e a parte sem dissociá-los.

Nessa perspectiva agrega-se o princípio da complexidade chamado de hologramático (MORIN, 2002). Esse é inspirado na ideia do holograma, na qual cada

ponto-ativo turístico-contém a quase totalidade da informação do objeto representado. Coloca em evidência esse aparente paradoxo nos sistemas complexos, em que o todo está nas diferentes partes, como as partes estão no todo.

Na prática mercadológica, os atrativos e serviços componentes de uma oferta são comercializados como um destino turístico. Como exemplo, ao promover Foz do Iguaçu, a operadora turística vende ao turista a visita a um grupo de atrativos, escolhido, por ela ou por um grupo de empresários, para representar o que seria Foz do Iguaçu. No entanto o sujeito turista ao consumir esse produto, tem a visão de uma parte de um todo, de forma fragmentada e panorâmica representada na figura 12 extraída de um anúncio publicitário



**Figura 12** - Imagem vinculada a anuncio promocional de operadora de turismo

Fonte: Eu amo Foz (blog) publicado em (17/10/2012)

Como pode se observar no alto da figura 12, a intencionalidade é ilustrar a viagem a Foz do Iguaçu em três imagens distintas que formam uma totalidade. Entretanto a primeira foto da imagem traz a ponte da amizade que conecta a cidade de Foz do Iguaçu com Ciudad del Este, localizada no Paraguai, como identifica a legenda. As duas imagens seguintes apresentam atrativos localizados na fronteira, portanto pertencem a outros dois países. As Cataratas localizadas no rio Iguaçu que faz fronteira com a Argentina. Na terceira foto apresenta-se a usina binacional que tem sua estrutura instalada no Brasil e no Paraguai.

Nessa perspectiva, Foz do Iguaçu deve ser visto como uma célula, pertencente que constitui um dos *tecidos* do *corpo* turístico na fronteira, pois deve representar como uma unidade que se inscreve no todo. Cada atrativo também é uma unidade inserida em Foz do Iguaçu, como na cidade de Puerto Iguazu e Ciudad del Este, pois trata-se de uma região transfronteiriça.

Este princípio reforça a ideia de que, ao analisar, por exemplo, um atrativo em Foz do Iguaçu se conhece o todo Foz do Iguaçu, mas, por outro lado, não podemos esquecer que, na parte, também há diversidade, relatividade, alteridade, incertezas, ambiguidades, dualidades, cisões, antagonismos, ou seja, “o uno é complexo” (MORIN, 2002, p. 183). Assim, não podemos estudar o atrativo em si, mas como parte de um todo, o ecossistema turístico local.

Castrogiovanni (2004) aplica o conceito no estudo do espaço turístico. Para ele o Espaço Geográfico, o todo espacial está nos diferentes Lugares e os diferentes Lugares fazem parte do todo, pois as relações que se estabelecem não respeitam, necessariamente, os limites políticos/territoriais/culturais. Há uma organização Global(ização), que evidencia/sugere que cada ponto do Espaço Turístico representa o todo – Patrimônio Turístico Mundial.

O turismo que acontece em Foz do Iguaçu seria causa e consequência das interações entre os sujeitos que ali vivem e/ou que por ali circulam. Ao mesmo tempo, a dinâmica de Puerto Iguazu, bem como Ciudad del Este, cidades fronteiriças a Foz do Iguaçu, influenciam e é influenciadas pela dinâmica de Foz do Iguaçu que reflete no turismo das três cidades. Portanto, quando se analisa o turismo de uma determinada cidade, deve-se considerar as relações que esta estabelece com as demais cidades, a região e os países que estão inseridas.

#### 3.4.1 A dinâmica das relações entre os componentes do Sistur e o olhar da complexidade

Beni (2001) ao introduzir o assunto SISTUR se refere à teoria geral dos sistemas com um moderno conceito em que cada variável interage com as outras de

forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados. “Uma única variável pode, ao mesmo tempo, ser causa e efeito. A realidade não permanecerá imóvel” (BENI, 2001, p.19).

Segundo o autor, a estrutura do sistema é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se através de seus componentes. O elemento seria a sua unidade básica e ao caracterizá-lo deve-se considerar a escala (BENI, 2001, p.33). Nesse ponto Beni atribui uma hierarquização entre os componentes do sistema, vinculadas ao nível de abordagem.

De acordo com o autor, conforme a escala que se deseja analisar deve-se considerar que cada sistema pode ser um subsistema (ou elemento). Em determinado nível de tratamento as unidades do sistema são indivisíveis e consideradas entidades. Em outra escala analítica, a unidade anteriormente discernida pode passar a ser considerada como um sistema particular, em que se deve estabelecer seus componentes e suas relações.

Ao utilizar os subsistemas do SISTUR para categorização dos dados coletados para o estudo realizado em Foz do Iguaçu, ficou evidente a correlação entre eles, pois, um determinado dado categorizado como componente do subsistema cultural, era componente também do subsistema social e assim sucessivamente.

Conforme a escala que se deseja analisar deve se observar três características: tamanho, correlação e casualidade, estabelecendo interpenetração e alinhamento hierárquico (BENI, 2001, p.33).

A correlação se refere ao modo pelo qual as variáveis do sistema se relacionam. Essa análise seria feita por intermédio de linhas de regressão de correlação simples (entre variáveis) e canônica (entre conjuntos de variáveis).

A força da correlação seria assinalada pelo valor da intensidade, enquanto o sinal positivo ou negativo indica a direção na qual ocorre o relacionamento. A casualidade mostra qual é a variável independente, a que controla, e a dependente que é controlada. De modo que a ultima sofre modificações somente se a primeira se alterar (Beni, 2001, p.33).Essa noção operatória de causa efeito não fica evidente nos processos de ocorrência do crescimento turístico. Haja visto a desconexão

encontrada entre os subsistemas de Foz do Iguaçu. Por exemplo, a atratividade das Cataratas do Iguaçu e o fluxo turístico gerado é uma constatação, mas, outras correlações não ficam tão claras assim. Se por um lado há um grande fluxo de turistas devido a um conjunto de atrativos significativos, o trabalho do conselho municipal de turismo em praticas de gestão e promoção que renderam premiações nacionais e internacionais ao destino, por outro lado, acusa-se a ausência de um plano municipal de turismo entendido como instrumento de planejamento, ordenação gestão e fomento. Tal contradição não permite evidenciar a relação causa-efeito, planejamento-crescimento do turismo, pois a complexidade da dinâmica estabelecida em Foz do Iguaçu supera correlações de causalidade entre variáveis.

Para que se possa compreender como um processo de crescimento turístico ocorre sem um planejamento que estruture o sistema local é necessário entender como vem se estabelecendo o seu campo turístico.

Esta noção impõe ao campo regras de um jogo e desafios específicos irreduzíveis às regras de jogo ou aos desafios dos outros campos, ou seja, tomando como exemplo o estudo realizado em Foz do Iguaçu, as formas de produção e reprodução do capital pelo comércio de fronteira – e a maneira como atuam estes comerciantes – nada tem a ver com a forma como atuam os empresários do setor do turismo – e a maneira como concebem seu negócio – um hoteleiro ou um agente de viagem receptivo. Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo o fluxo de fronteira.

Mais especificamente, entenda-se campo como o “espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social, o quantum entendido como capital social” (ORTIZ apud BOURDIEU, 1983, p. 21). Falar em autonomia deste campo “implica a existência de uma relativa independência dos campos em relação às transformações políticas e econômicas que ocorrem na sociedade” (ORTIZ apud BOURDIEU, 1983, p. 27).

Na visão sistêmica adotada por Beni (2001) as relações internas e externas a um sistema podem depender do sistema em si ou de seu ambiente. Leia-se campo

turístico. Se um sistema é submetido inevitavelmente a diversos determinismos de seu ambiente, esses terão sobre ele várias influências diferentes em função de suas capacidades próprias de reação. Essas capacidades do sistema introduzem as noções de *regulação* e de *controle*, que podem ser nulas ou, ao contrário, extremamente desenvolvidas. Convém também salientar a noção de hierarquia necessária nas estruturas e nas finalidades; sendo assim as unidades de regulação, de reação e de colocação devem estar em coerência (MOESCH, 2004).

Isto introduz o próximo princípio – o círculo recursivo. Morin (2000d, p. 33) observa que esse mecanismo de regulação (ou *feedback*) possibilita “[...] na sua forma negativa, reduzir o desvio e, assim, estabiliza um sistema. Na sua forma positiva, o *feedback* é um mecanismo amplificador [...]”, determinando, enquanto resposta, outra ação com mais resultados.

O princípio do círculo recursivo ultrapassa a noção de regulação para a de autoprodução e de autoregulação. Os produtos e os efeitos são eles próprios, vistos como os produtores e causadores daquilo que os produz. Para Castrogiovanni (2004, p.125) este princípio é de extrema importância para o Turismo, pois revela que os Sujeitos são os produtores e os causadores do que produzem.

Transpondo para o que autor denomina de Espaço Turístico, este “[...] parece ser a causa e a consequência da (inter)ação dos Sujeitos, na apropriação dos *meios* que compreendem/constituem o Espaço Geográfico” (CASTROGIOVANNI, 2004, p.125).

Numa trama complexa, o princípio do anel recursivo pode ser aplicado na análise dos componentes do Sistur, substituindo a relação INPUT/OUTPUT expressada por Beni (2001, p.114). O autor a apresenta como abordagem para a definição de objetivos específicos e formulação de programas de ação que deverão ser adotados para atingir os propósitos estratégicos da política de turismo, como já descrita no capítulo anterior, desta dissertação.

Na perspectiva da superação da relação INPUT/OUTPUT Moesch (2004, p.407-408) propõe a recursividade, a partir de Morin (2002) como noção operatória ao sistema turístico, considerando três ângulos da causalidade:

1º ângulo: a causalidade linear, ou seja, com a matéria prima existente, no sistema turístico (atrativos turísticos naturais, atrativos histórico-culturais, equipamentos e serviços turísticos, entre outros.) aplicando o processo de transformação se produz o objeto de consumo do Turismo, o processo se insere em uma linhagem de causalidade linear; tal coisa produz tal efeito.

2º ângulo: a causalidade circular retroativa. Uma empresa turística necessita ser regulada, deve levar a cabo sua produção em função de necessidades exteriores, da força de trabalho e das capacidades energéticas intimas. Mas sabemos — depois de mais ou menos 40 anos, graças a cibernética — que o efeito (vender mal ou vender bem) pode retroatuar para estimular a diminuição da produção de objetos e serviços na empresa.

3º ângulo: a causalidade recursiva. Processo recursivo, os efeitos e produtos são necessários para o processo que o gera. O produto é produtor daquele que o produz.

Estas três qualidades se reencontram em todos os níveis das organizações complexas. O Turismo é produzido pelas interações entre os sujeitos que o constituem: os turistas, produtores e reprodutores do sistema, comunidade local. O Turismo mesmo, como um todo organizado e organizador, retroatua par reproduzir mediante a economia, a comunicação, o imaginário, a diversão, a tecnologia, o tempo, o espaço as vivências sociais e culturais que nômade pós-moderno (o errante) procura. Assim, é que os turistas, em suas intenções, produzem o Turismo, o qual produz os turistas que o produzem. Isso se sucede num circuito espiralado, através da evolução da história do Turismo. Esta compreensão da complexidade turística requer uma mudança muito profunda de nossas estruturas mentais.

De acordo com o autor Beni (2001, p.114) o estágio de planejamento, em que são definidos os objetivos da política, envolve a formulação de questões: *que inputs são necessários para assegurar que os objetivos estratégicos sejam alcançados?* E depois numa relação inversa, *quais os outputs são necessários para obter os inputs básicos?*

Utilizando essa abordagem, Beni (2001, p.114) descreve quatro inputs básicos para o Turismo. Três deles, seriam comuns a outras atividades, são considerados pelo autor como os mais vitais: capital, pessoas e mercados. Como exemplo destaca-se a relação estabelecida pelo autor entre os inputs essenciais e outputs necessários.

[...] Para atrair o capital de que precisa, deve conseguir lucros adequados; para atrair gerentes e empregados qualificados, deve oferecer condições atrativas de emprego; para conquistar clientes e/ou consumidores, deve projetar e estabelecer preços para os produtos que sejam realmente competitivos e eficientemente vendidos e deem um bom retorno ao investimento (BENI, 2001, p.114).

Ao analisar o exemplo, observa-se uma relação reducionista ao papel do sujeito, ocupando duas posições no sistema, uma como recurso produtivo do sistema, enquanto trabalhador, nesse caso motivado por boas condições de emprego. De outro lado, como clientes e ou consumidores atraídos pela qualidade e preço do produto.

A esses três inputs agrega-se, o quarto input destacado por Beni, a aceitação pelo público daquilo que o turismo está fazendo e produzindo, [...] “se a maioria decide que certos aspectos do desenvolvimento do setor são inaceitáveis, então os melhores planos traçados soçobrarão. Isto porque considerações ambientais e implicações de política social são muito vitais na formulação de programas de ação”. O autor complementa que “[...] o planejamento estratégico deve enfrentar algumas questões bastante difíceis nessa área, particularmente nos países em desenvolvimento, com sérios conflitos de interesses a serem resolvidos.” (BENI, 2001, p.115, grifo nosso).

Embora o autor destaque a necessidade de aceitação pelo público, destaca-se o trecho “os melhores planos traçados soçobrarão”, o que indica um distanciamento do público no processo de planejamento. O sujeito não aparece como protagonista que se relaciona com o ambiente, com os recursos disponíveis, com os demais sujeitos. Ainda que se faça referência aos interesses públicos, refere-se em aceitação e não ao protagonismo da comunidade.

Para Moesch (2004, p.408) não há dissociação:

Não está o turista em uma parte, e o Turismo em outra. Humanidade de um lado, o sujeito nômade de outro, ou de um lado a empresa turística com seu organograma, seu programa de metas, seus estudos de mercado, e do outro lado seus problemas de relações humanas, de recursos humanos, de relacionamento com seu público. Os dois processos são inseparáveis e interdependentes.



Ainda sobre esse tema Beni considera que o conceito de turismo sustentável deveria ser ampliado e definido como um processo preservacionista estratégico de desenvolvimento interativo e articulado, espacialmente delimitado e localizado. O autor critica os conceitos por ele pesquisados que trariam definições limitadas contemplando recursos ambientais e econômicos deixando de analisar a origem e transformação do valor turístico intrínseco e sua conversibilidade por meio da produção distribuição e consumo. Segundo ele ao focar no ambiental e econômico, desconsiderariam a inserção da população residente no processo produtivo e não atentam para o sistema de gestão, infraestrutura, equipamentos e serviços receptivos e competitividade local, regional e internacional dos preços praticados na comercialização do produto turístico (BENI, 2001, p.116).

Mais adiante, ainda em relação ao planejamento turístico, Beni (2001, p.119) enfatiza a importância da participação social como fator de reordenamento das relações de poder e de uma nova articulação entre os diferentes atores sociais para possibilitar maior acesso aos serviços de forma geral e maior integração aos processos coletivos e aumentando a autoestima e a constituição de cada um como sujeito de sua própria história. Entretanto essa análise não é considerada na composição dos operadores do Sistor.

Propõe-se que na constituição de um ecossistema turístico a complexidade das relações de poder expressas em um campo turístico, a exemplo do estudo de Foz do Iguaçu configure-se num componente da trama desse ecossistema. O reducionismo de seu tratamento como elemento formal expresso na superestrutura é insuficiente para responder as discontinuidades nas políticas de turismo a exemplo do percurso em nosso país.

Embora Beni (2001) critique o foco dos conceitos no ambiental e no econômico, ao explicitar a dinâmica da política acaba reduzindo as relações nela estabelecidas à visão mercadológica e produtiva e o papel da comunidade onde as práticas do turismo ocorrem. A partir da análise dos subsistemas e do exercício metodológico realizado em Foz, o sujeito não aparece apresentado na sua complexidade e sim como parte da oferta *turística*, diluído em seus negócios ou como trabalhador na prestação de serviços do setor.

A análise do sistema input e output permite demonstrar que apesar de se referir às relações entre os componentes do Sistur como complexas. Essas são lineares e de causa e efeito não correspondendo aos tipos das interações descritas a luz da complexidade. Assim se insere o princípio do anel retroativo na tentativa de buscar uma trama metodológica que permita compreender o turismo em sua complexidade, ou seja como um ecossistema.

O princípio do círculo do anel retroativo rompe a ideia da causalidade linear. O círculo retroativo permite um processo auto regulador, ou seja, de continuidade, pois a causa age sobre o efeito, e este age sobre a causa. A própria sociedade, pela sua dinamicidade, está sempre buscando, através de diferentes ações sociais, políticas ou psicológicas, a manutenção dela própria (MORIN, 2002).

Os diferentes ciclos de turismo, ao longo da história de Foz do Iguaçu, conforme dados do relatório do diagnóstico (FPTI, 2013), demonstram a dinâmica da sociedade de reinventar suas práticas turísticas como forma de identidade.

Nesses termos o subsistema cultural que é analisado enquanto recurso do sistema deve ser considerado na análise econômica, na elaboração das políticas públicas e em todo sistema turismo Para (MORIN, 2002a, p. 289) “Os indivíduos humanos produzem a sociedade nas – e através de – suas interações, mas a sociedade, enquanto todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos apontando-lhes a linguagem e a Cultura.” Estas autoprodução e auto-organização são estabelecidas e reproduzidas pelo habitus.

### **3.5 A energia do Sistur**

Na construção dos modelos de apreensão do fenômeno turístico de forma sistêmica, explicita-se a necessidade da existência de uma estrutura, como um feixe de relações entre elementos que o compõem. Esses elementos são complementares na sua distribuição, o todo em que se constituem é cabal e suficiente, há uma forte inter-relação entre as partes. É uma estrutura de partes satisfatoriamente distribuídas, que se associam e complementam. Toda a estrutura

pressupõe um sistema, pelo menos implícito e realizável, sendo sua condição prévia e necessária para ele existir. De um lado temos o contorno geral do todo; de outro, a possibilidade de redução da complexidade do todo a nível explicativo da estrutura, que repetiria dentro de si o retrato em miniatura do todo, dando, ao mesmo tempo, a razão porque o todo se mantém (MOESCH, 2004).

Todo sistema se potencializa por energias. Para Beni (2001) a energia potencial de seu SISTUR é traduzida pelo conjunto de recursos naturais ou culturais, que exercem poder de atração, ou seja, que possuem força imanizadora, capaz de atrair o turista do núcleo emissor para o núcleo receptor e a energia cinética é representada pelo tráfego turístico, com o fluxo de turistas e o acionamento de equipamentos e serviços responsáveis pela expansão das áreas receptoras de Turismo.

No caso de Foz do Iguaçu, ao analisar o processo de ocupação do território e as primeiras iniciativas de desenvolvimento do turismo, foi possível perceber que o empreendedorismo e a hospitalidade daquele grupo foi fundamental para a constituição do turismo na região até hoje. O atrativo natural contribuiu e até hoje se mostra como uma potente força capaz de atrair turistas do mundo todo. No entanto o acesso e os serviços necessários para viabilizar a visitação, inicia-se a partir das iniciativas individuais da comunidade, antes da institucionalização e transformação da área em Parque Nacional.

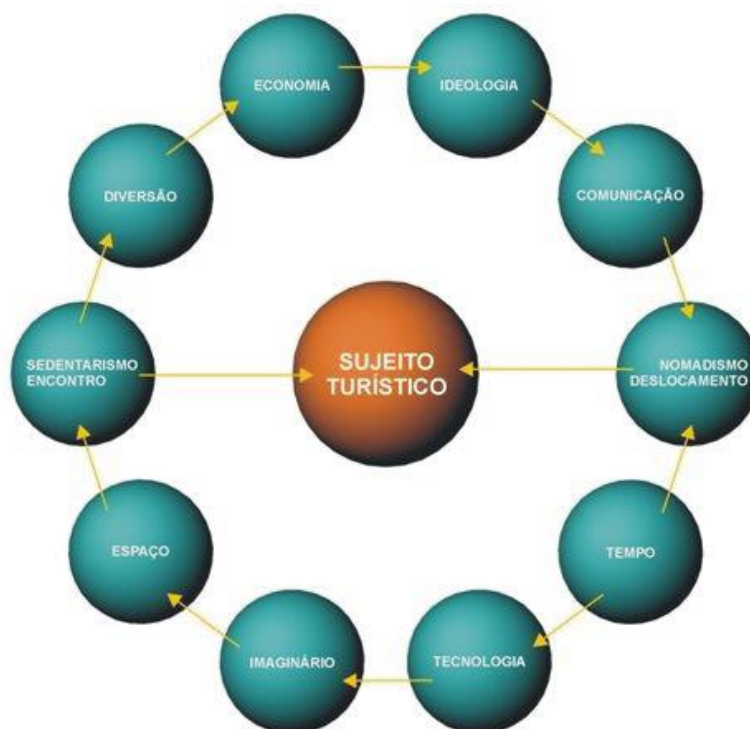
Além disso, para efeitos desse estudo considera-se o turismo enquanto resultado das interações entre sujeitos, entre sujeito e ambiente numa relação auto-eco-organizadora, princípio adotado por Morin (2002) para a composição dos sistemas complexos: por este princípio, através da auto-organização, os indivíduos se autoproduzem ininterruptamente e gastam energia para salvaguardar a sua autonomia. Os Sujeitos possuem, ao mesmo tempo, autonomia e dependência, lidando com as duas ideias antagônicas, mas necessárias, pois a morte e a vida são complementares.

O Sujeito, que é um indivíduo, ao mesmo tempo, representa um microconceito e também possui eco-organização como uno, embora não passe de um ponto na imensidade do espaço e do tempo. "Dentro de cada sociedade, cada indivíduo  , ao mesmo tempo, um Sujeito egocêntrico e um momento/elemento de

um todo sociológico” (MORIN, 2002d, p. 167). Nessa concepção o lugar turístico é efetivamente, um ponto, mas o ponto existe não só pela sua concentração espacial, mas pelos encontros sociais que o constituem, a partir de uma *sócio-eco-organização*.

Esse sujeito, a partir da teoria da complexidade é determinante e determinado, ora exerce o papel de turista, ora recebe como anfitrião. Para Moesch (2004, p.455)

Materializamos o desejo de estarmos no mundo deslocando-nos, a viagem permite experienciar o conhecimento da parte do cosmo, uma eco-organização de nossa posição hologramática, pois nos permite a alteralidade. Assim, dentro do sistema turístico aberto e orgânico, na forma de um holograma, a energia, que propicia a sua dinâmica é humana, para nossa construção teórica é o deslocamento, o qual denominaremos de nomadismo pós-moderno, utilizando a categoria de Maffesoli (2001), e o sedentarismo, que é o momento do encontro. Já o imaginário é o desejo projetivo que impulsiona este deslocamento, sendo a energia que permite a dinâmica do sistema turístico orgânico de forma hologramática.



**Figura 13 - Sistema Turístico Orgânico Hologramático**

Fonte: Moesch (2004)

Morin (2002d, p. 59) formula a seguinte ideia: “Em condições e limitações determinadas, a diversidade das espécies, dentro de um ecossistema, aumenta em relação com a sua resistência, sua vitalidade e sua complexidade [...]”.

### 3.6 O Sistur e a noção de espaço

O entendimento da noção de espaço turístico vinculado à concepção do Sistur é fundamental para a sua ressignificação. Beni ao compor o Sistur enfatiza a necessidade de se planejar o espaço e adota o conceito expresso por Boullón, (1991) que ao classificar os diferentes tipos de espaço, define espaço turístico como:

[...] o resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não podemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento ou componente do patrimônio turístico, mais o mapeamento, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país (BOULLÓN, 1991 apud BENI 2001, p.57 grifo nosso)

Destaca-se a importância atribuída aos atrativos turísticos e a relação estabelecida enquanto matéria prima, no conceito acima. Outro ponto importante a enfatizar é a generalização do conceito expressa por Boullón ao afirmar que o elemento ou componente do patrimônio turístico mais o mapeamento são suficientes para definir o espaço turístico. Beni ao reapropriar-se dessa concepção não trama a complexidade desejada ao Sistur no tratamento da noção operatória de espaço turístico. A concepção de Boullón é reducionista calcada em uma concepção de turismo economicista e utilitarista.

Com o objetivo de ressignificar o Sistur a luz da complexidade, adota-se o conceito de Espaço Turístico trabalhado por Castrogiovanni (2004, p.126-127):

No caso do Espaço Turístico, são as singularidades locais, que parecem ajudar a explicar a existência do Lugar, Não-Lugar ou Entre-Lugar *turístico*. Estas singularidades são estreitamente vinculadas a contingências históricas ou flutuações; logo, há uma dimensão ininterrupta de ordem e desordem. Esta *relatividade* da ordem e da desordem parece remeter a dois aspectos fundamentais, para análise do Espaço Turístico: de um lado, a importância de conjugarmos diferentes *escalas de análise espaço-temporais*, quando do tratamento de um problema concreto, e, de outro, a constatação de que ordem/desordem/ordem não são realidades objetivas, mas sim que se (re)constroem na relação Sujeito/objeto, numa dialogicidade auto reguladora.

De acordo com o Castrogiovanni (2004, p.126) o Espaço Geográfico, seria palco para a substantivação do Espaço Turístico, considerado como o cenário complexo, resultante de muitos conflitos. As mulheres e os homens, ao longo do *processo* histórico, acumulam experiências, procuram explicações e buscam inovações, construindo o Espaço Geográfico. Este processo, que é infinito, também é repleto de tensões, se substantivando por acréscimos e substituições.

O Espaço Turístico parece ser a causa e a consequência da (inter)ação dos Sujeitos, na apropriação dos *meios* que compreendem/constituem o Espaço Geográfico (CASTROGIOVANNI, 2004).

A relação diversidade/complexidade parece ser vital para a ree(x/s)istência do chamado Espaço Turístico, pois a diversidade alimenta, mantém, desenvolve a Complexidade eco-organizacional. Esta por sua vez, alimenta, mantém, desenvolve a diversidade. No entanto, esta espontaneidade eco-organizacional é fruto de uma longa história, de ajustes e desajustes complementares e antagônicos (CASTROGIOVANNI, 2004, p.129).

Por analogia, considerando o Turismo em certas condições e limitações, a diversidade de manifestação(ões) cultural(is), existentes num Lugar, parecem fortalecer a sua resistência, vitalidade e a sua complexidade. O que poderia ser chamado também de eco especificidades do lugar e que fazem de um lugar turístico, único e complexo.

A dinâmica existente no turismo de Foz do Iguaçu é única, e esta, condicionada as interações dos sujeitos em um tempo histórico. É um fenômeno

repleto de ações contraditórias e antagônicas, que parecem também serem resultados/resultantes da dialogicidade que se produz entre os Sujeitos residentes, entre os Sujeitos residentes e os objetos Forma(dores) e, entre os Sujeitos/objetos com os visitantes desses espaços.

No caso de Foz do Iguaçu, só foi possível a compreensão dessa complexidade das relações a partir da noção de campo e habitus de Bourdieu, como dos princípios da complexidade de Morin, o que apontou a necessidade do modelo Sistor ser reescrito como um ecossistema turístico.

## **4 NAS TRAMAS DA COMPLEXIDADE O DESAFIO DA CONCEPÇÃO DE UM ECOSISTEMA TURÍSTICO**

Ao lançar o olhar da complexidade sobre o turismo com o desafio de ressignificar o Sistur a fim de obter uma trama metodológica que permitisse analisar o turismo em sua complexidade, estava ciente o quão seria desafiador e incompleto o processo de pesquisa proposto.

O Sistur de Beni, por si só é um tema abrangente e de grande consistência e riqueza de detalhes. Portanto desconstruí-lo requer atenção e cuidado. Ressignificá-lo é ainda mais complicado pois, utilizando as analogias feitas no ultimo capítulo, trata-se de uma rede com nós firmes e apertados pelo tempo.

Entretanto nesse trabalho buscamos descrever os desafios encontrados com objetivo de contribuir e dar continuidade a tessitura de uma epistemologia do turismo. Ao utilizar o Sistur de Beni (2001) como modelo referencial, no caso de Foz do Iguaçu, foi possível perceber que o modelo estava atrelado a uma concepção de turismo, um tempo e uma lógica mercadológica insuficiente para a compreensão do estado da arte do turismo com suas especificidades e complexidade.

Assim foi necessário buscar uma concepção que compreendesse o turismo enquanto sistema complexo, tendo como pano de fundo as práticas turísticas exercidas em Foz do Iguaçu. A partir de seu campo turístico foi possível desconstruir o Sistur percebendo suas contradições e trazendo os princípios da complexidade na tentativa de reconstruir a trama metodológica que leva a um ecossistema.

Nesse se fez necessário buscar métodos e categorias que permitissem ir além da soma de variáveis, que se mostrou insuficiente no caso de Foz do Iguaçu. Nas evidencias empíricas recorreu-se a historicidade e as categorias campo e habitus de Bourdieu, como forma de compreender àquelas relações estabelecidas. As quais auxiliaram na compreensão das interações dos sujeitos, espaço e tempo e suas complexidades.



A noção de espaço turístico elaborada por Castrogiovanni (2004) foi agregada durante o processo de pesquisa por avançar no caminho das complexidades substituindo a noção trabalhada por Boullón (1999 apud BENI, 2001) na qual o espaço é apenas considerado matéria prima e identificação de atrativos de um lugar.

Indica-se a concepção de espaço turístico Castrogiovanni (2004) por suas qualidades específicas, que nascem das associações, das combinações, das relações entre os Sujeitos e os elementos que forma(m) o lugar e não de *interesses economicistas*, muitas vezes individualistas, externos ao lugar. As qualidades do lugar *turístico* ultrapassam a soma das propriedades de seus constituintes, como elemento do ecossistema turístico.

A concepção de espaço turístico vem ao encontro da noção operatória de um campo turístico específico, pois se entende que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada só por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irreduzíveis ao funcionamento de outros campos (econômico, cultural, intelectual, etc.).

Esta noção de campo turístico impõe regras de um jogo e desafios específicos irreduzíveis a este jogo, ou aos desafios dos outros campos, ou seja, as formas de produção e reprodução do capital pelo comércio – e a maneira como atuam estes comerciantes – que nada tem a ver com a atuação os empresários do setor do turismo – e a maneira como concebem seu negócio – diferentemente de um hoteleiro ou um agente de viagem receptivo. Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo a construção de uma trama específica, o turismo.

A transposição da noção de campo para o turismo desvela a complexidade e a singularidade do turismo, em Foz do Iguaçu, que assume uma configuração impar. Ao estudar o campo turístico de outra cidade, será completamente distinto, pois trata-se de um campo de necessidades, interesses, desafios.

Nessa perspectiva qualquer trama metodológica que se pretenda construir para analisar o turismo a luz da complexidade, deve ser flexível e considerar as especificidades locais, com o dos sujeitos que compõem aquela dinâmica. Para desvelar as complexidades do turismo é necessário compreender as interações e relações que ultrapassam as questões de consumo-mercado, o turismo é mais do que a soma de atrativos serviços e produtos.

O turismo é um fenômeno humano e complexo e deve ser estudado de forma conexa. Nesse contexto a partir do trabalho realizado pode-se identificar a propriedade metodológica descritiva do Sistur. No entanto se faz necessário avançar no seu desenho que enfatiza a relação causa-efeito entre os subsistemas, bem como nas inter-relações determinadas dos componentes do sistema. para este auxilie no desvelamento do turismo na sua complexidade, como um ecossistema.

Aponta-se como um possível redesenho na forma e concepção a figura abaixo:



**Figura14** - Representação do Ecossistema Turístico

Fonte: Autora (2014)

Como observado nessa dissertação, ainda há muito que se aprofundar e ajustar as tramas metodológicas. São poucos os trabalhos que tem como tema a epistemologia do turismo, portanto essa é uma pequena contribuição neste vasto universo de necessidades teórico metodológicas.

Sugere-se que a essa trama sejam agregados novos conhecimentos e seja transposta a outras realidades que a partir de suas especificidades trarão novas necessidades de ressignificação num processo dialógico.

A limitação do tempo e domínio da pesquisadora em relação ao método talvez tenham contribuído para que algumas linhas da trama não tenham sido trilhadas, necessitando que outros pesquisadores ou, em outro momento, a partir de novas leituras e num processo de reintrodução do conhecimento se reforcem os nós propostos, ou se desatem formando outros, no constante exercício de construção e desconstrução do conhecimento turístico.

## REFERENCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Para comprender la complejidad**. México: Sonora, 2008
- ARECO, A. M. B. **Sistemismo x dialética: uma questão de diferenciação de propostas**. *Trans-in-formação* (periódico) mai/ago. 1989.
- BERTALANFFY, L von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1968.
- BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo** 1. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_ 4. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Política Nacional de Turismo**. [Brasília]: [s.n.] Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes)> Acesso em: 23 mar.2013
- BRUYNE, P. de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: Os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BUCKLEY, W. **La Sociología y la teoría moderna de los sistemas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.
- BUNGE, Mario. **Sociología de la Ciencia**. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.
- CAPRA, F. **Ponto de mutação**. São Paulo, Cultrix, 1982. Cap. IV. p. 259-298.
- CASTROGIOVANNI, A. C. **A geografia do espaço turístico como construção Complexa da Comunicação**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- CELLAR, A. A análise documental. In POUPART, J.(Org.). **A pesquisa qualitativa enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.295-315.
- CHARTIER, R. **Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquietudes**. Paris: Albin Michel, 1998.
- CHURCHMANN C. W. **The Design of Enquiring Systems: Basic Concepts of Systems and Organization**. New York: Basic Books, 1971.
- CRANG, M.; FRANKLIN, A. The trouble with tourism and travel theory?. **Tourist Studies**, Londres, v. 1, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1980

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FÚSTER, L. F. **Teoría y técnica del turismo**. Madrid: Nacional, 1971.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 4. ed. Madrid: Nacional, 1974. Tomo I e II.

\_\_\_\_\_. **Introducción a la teoría y técnica del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

GASTAL, S.; MOESCH, M.M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

INSTITUTO POLOIGUASSU. **Pesquisa da memória do território do turismo de Foz do Iguaçu**. [Relatório de pesquisa entregue em 2013].

JAMESON, F. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamento críticos? **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 78, p.37-55, abr. 2002.

LEIPER, N. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and, tourist industry. **Annals of tourism research**. Great Britain: Pergamon, v.6 1979, p 390-407

LEMONS L. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

MARTÍNEZ, A. de J. J. Aproximação à conceituação do turismo a partir da teoria geral de sistemas. In: TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A.; (Eds.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 109-148.

MARTINS, C. Sobre a noção da prática. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 62, p.163-181, mar. 2002.

MARTINS, I M.C. **Gestão Estratégica da Sazonalidade em Turismo: o Caso de Aveiro**. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro 2010.

MICELI, S. A condição do trabalho intelectual (comentários). In: CATANI, A.

MARTINEZ, P. H. (orgs.) **Sete ensaios sobre o Collège de France**. São Paulo: Cortez, 2001, p.105-119.

MILLER, J.G. **Living Systems: basic concepts**, Behavioral Science 1965.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Social do Turismo**. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004

MOLINA, S. E. **El posturismo**. Mexico: Trillas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Conceptualización del turismo**. México: Limusa, 2000.

MORAES, M. C. **Pensamento Eco-sistêmico**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Método I: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

\_\_\_\_\_. **O Método IV: as idéias**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

\_\_\_\_\_. **O Método 5: a humanidade da humanidade: a identidade humana**. Porto Alegre: Sulina, 2002d.

\_\_\_\_\_. **X da questão: o sujeito à flor da pele**. Porto Alegre: Artemed, 2003c.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem feita: repensar a reformar, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro. 15ªed. Bertrand Brasil, 2008.

PARSONS, T. **El Sistema Social**. Estados Unidos, 1951.

\_\_\_\_\_. **O sistema das sociedades modernas**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Pioneira, 1974.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker, 2001.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

TRIBE, Jonh. **The indiscipline of Tourism**. *Annals of tourism research*. Great Britain Pergamon, v. 24, n. 4, p. 638-657, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**: 1.ed. São Paulo: Atlas, 1987.